

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**A Gestão do Programa Minha Casa Minha Vida pela Entidade  
Amazonas Sempre Vivo: a inserção do movimento social na  
política pública de moradia, em Manaus.**

**MIRELLA CRISTINA XAVIER GOMES DA SILVA LAUSCHNER**  
**Bolsista:** CAPES  
**Orientadora (o):** Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres

**Manaus –AM**

**2013**



Ficha Catalográfica (Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

<b>L388g</b>	<p>Lauschner, Mirella Cristina Gomes da Silva.</p> <p>A gestão do Programa Minha Casa Minha Vida pela Entidade Amazonas Sempre Vivo: a inserção do movimento social na política pública de moradia, em Manaus / Mirella Cristina Gomes da Silva Lauschner . - 2013.</p> <p>136 f. : il. color..</p> <p>Dissertação (mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Iraildes Caldas Torres.</p>
--------------	---

**Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner**

**Linha 1 – Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia**

**A Gestão do Programa Minha Casa Minha Vida pela Entidade  
Amazonas Sempre Vivo: a inserção do movimento social na  
política pública de moradia, em Manaus.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós – Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Linha de pesquisa: **Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia**, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da professora doutora Iraildes Caldas Torres.

Orientadora (o): Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres

**Manaus - AM**

**2013**

## RESUMO

Este estudo assume o propósito de verificar de que forma é realizada a organização das mulheres em torno da política pública de moradia pela entidade Amazonas Sempre Vivo, dando especial destaque à gestão do Programa Minha Casa Minha Vida por esta entidade de mulheres em Manaus. Há uma expressiva participação das mulheres na luta pela moradia no Brasil e em Manaus, em vários momentos históricos, estando, pois, integradas ao feminismo e aos movimentos sociais de modo geral, para exigir do Estado o direito à terra e à moradia digna. O trabalho assume a perspectiva das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. Assenta-se numa perspectiva crítica que procura analisar a problemática habitacional no país, no processo contraditório do capital e do Estado brasileiro. A pesquisa foi realizada junto a uma amostra de 10 mulheres beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida, sob a gestão do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo, com sede na cidade de Manaus. Dentre os múltiplos aspectos revelados ficou claro o fato de que as mulheres são capazes de realizar a gestão de programas sociais, cujo mister assumem com competência, organização e determinação como verificamos na ação da entidade Amazonas Sempre Vivo na gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades. Mas, deve-se reconhecer, à guisa da conclusão, que os movimentos sociais precisam qualificar-se para o desenvolvimento desta prática social que exige deles eficiência organizacional.

**Palavras Chave:** Movimento de Mulheres; Política Habitacional; Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades; Manaus.

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – OS MOVIMENTOS SOCIAIS, O FEMINISMO E A LUTA PELA MORADIA</b>	
1.1. Os movimentos sociais e a luta pela terra .....	15
1.2. A problemática habitacional e as Conferências das Cidades .....	28
1.3. O movimento feminista nas Conferências das Cidades .....	40
<b>CAPÍTULO II – A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO</b>	
2.1. Ministério das Cidades e o Programa Minha Casa Minha Vida .....	50
2.2. Minha Casa Minha Vida e os movimentos de mulheres em Manaus .....	60
2.3. A gestão do programa minha casa, minha vida pela entidade Amazonas Sempre Vivo .....	69
<b>CAPÍTULO III – O CONTROLE SOCIAL E A ATUAÇÃO DA ENTIDADE AMAZONAS SEMPRE VIVO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES</b>	
3.1. A ação organizativa da entidade Amazonas Sempre Vivo .....	80
3.2. A gestão democrática do Programa Minha Casa, Minha Vida pela entidade Amazonas Sempre Vivo .....	89
3.3. A visão das mulheres usuárias do Programa Minha Casa, Minha Vida sobre a entidade Amazonas Sempre Vivo .....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

Renda-se, como eu me rendi. Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei. Não se preocupe em entender, viver ultrapassa qualquer entendimento (Clarice Lispector).

Este estudo tem como tema central a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades realizado pelo movimento social de mulheres Amazonas Sempre Vivo. Assume o propósito de verificar o processo de organização das mulheres em torno da política pública de moradia na sociedade brasileira, dando especial destaque à gestão do Programa Minha Casa Minha Vida realizada pela entidade de mulheres Amazonas Sempre Vivo, na cidade de Manaus. Nosso interesse pelo tema se dá em face da nossa militância nos movimentos sociais em Manaus, especialmente no âmbito do trabalho técnico de Assistente Social realizado junto ao Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo. Deve-se também ao fato de sermos mulher e mãe que alimentamos a utopia da igualdade de gênero numa sociedade mais justa. É de nosso interesse contribuirmos como assistente social para a efetivação da política pública de habitação, remetendo para a possibilidade de sua ampliação nos marcos das políticas do Estado brasileiro, já que trabalhamos nesta temática dentro da Prefeitura Municipal de Manaus.

A participação popular na garantia de direitos sociais é uma conquista da sociedade civil que, historicamente, vem se colocando no cenário das lutas para reivindicar seu espaço e reconhecimento político junto ao Estado brasileiro.

A cidade é um direito de todos, diz Lefebvre (2001), mas esse direito não é dado gratuitamente, tem que ser buscado, reivindicado. A cidade é um espaço contraditório de interesses antagônicos, sendo, pois, nesse palco de luta de classes que o conflito se instala e que os direitos são reivindicados.

É a partir da segunda metade do século XX que o Amazonas enfrenta uma forte crise econômica decorrente da inflexão da borracha e, para retomar seu desenvolvimento econômico, foi criada a Zona Franca de Manaus em 1957, mas só foi instalada em 1967 com o Decreto Lei 288 de 28 de fevereiro de 1967. A Zona Franca de Manaus assumia o propósito de atrair investimentos para o país com capital internacional das indústrias de produtos semi-estruturados (PINTO, 1986). Estava aí a ideia de ocupação da região e sua integração às demais regiões do Brasil através de sua rentabilidade, dadas as condições de incentivos fiscais

para atrair as industriais nacionais e multinacionais. De acordo com Scherer (2005, p. 39), “Manaus deixa de ser o *porto de lenha para* ingressar na modernidade capitalista”.

É a partir do advento da Zona Franca que a estrutura da cidade se modifica consideravelmente e o espaço urbano adquire outra forma com o crescimento populacional, decorrente do processo migratório que se intensificou nesse período com a formação de inúmeros bairros originados de ocupações irregulares, já que o poder público local não garantiu moradia à essa população migrante. Ocorre, então, um novo e dramático processo: as cidades passaram a reproduzir as injustiças e desigualdades não só no âmbito da precariedade da moradia, mas também em relação a outros serviços sociais. Torres (2011, p. 223), afirma que “o processo de abertura do capital industrial, sob os imperativos da Zona Franca de Manaus, desencadeou um período de crescimento populacional desordenado”.

De acordo com Salazar (1992) a noção de urbano é forjada nesse período pelos próprios militantes dos movimentos sociais de luta pela moradia, em Manaus, depois da eclosão das lutas do MST em nível nacional. É no processo de ocupação de terras em meados de 1965 que foram construídos os Conjunto de “Flores no bairro de mesmo nome e o conjunto Costa e Silva no bairro da Raiz, que se destinavam a abrigar os moradores retirados de aproximadamente 700 moradias da Cidade Flutuante localizado no rio Negro” (SALAZAR,1992, p.204).

Dias (2007) considera que a Zona Franca prejudicou enormemente a população de Manaus posto que inúmeras expressões da questão social afloraram de forma ostensiva, compelindo os movimentos sociais a se organizarem para reivindicar políticas públicas junto ao Estado. Para Castel (2008) há necessidade de o Estado pensar ações que visem garantir os direitos da população à cidade. Para esse autor, é fundamental haver diálogo entre os movimentos sociais e o Estado, fato que no Brasil ganha força a partir de 2003 com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para Castel (2008, p. 30), a questão social é “uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”.

Com o deslocamento cada vez mais crescente em Manaus as zonas Norte e Leste da cidade passaram a absorver, principalmente com as ocupações nas margens de igarapés na década de 70, a parcela da população que não conseguia morar de forma digna na cidade. As mulheres são os sujeitos mais impactados pela falta de moradia, especialmente as chefes de família, e aquelas que não foram absorvidas pelas fábricas.

Silva (2004) destaca que as mulheres possuem uma presença marcante no processo de migração na medida em que elas sonham com melhores condições de vida para suas

famílias, mas ao chegar nas grandes cidades elas se deparam com a exclusão social. A luta do movimento de mulheres pela garantia dos direitos sociais, dentre eles a moradia, tem ampliado o debate e visibilidade da problemática da violência doméstica, pois a maioria das mulheres que se inscreve para a aquisição da casa própria no Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades<sup>1</sup> sofre violência doméstica.

Os estudos de Torres (2005) mostram que as mulheres sempre foram sujeitos centrais nos movimentos, nas lutas sociais e sindicais, foram elas que organizaram as maiores greves nos parâmetros da Zona Franca de Manaus. E não é só na cidade que elas atuam como sujeitos ativos, também na área rural percebemos o seu dinamismo. Conforme expõe a autora, “as mulheres da Amazônia sempre exerceram um papel importante na região, quer seja como trabalhadoras agricultoras, extrativistas e pescadoras, quer seja como organizadoras de comunidade” (TORRES, 2011, p.265).

É de nosso interesse sabermos como ocorre a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida, pela entidade Amazonas Sempre Vivo que é um movimento social de mulheres habilitado junto ao Ministério das Cidades para realizar a gestão do referido programa. Referida entidade realiza o atendimento à mulheres em situação de vulnerabilidade social, incluindo aquelas mulheres que são vítimas de agressão na relação conjugal. Neste sentido, é o nosso propósito procurar sabermos se realmente há prioridade de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, quais as formas de inclusão das mulheres chefes de família e quem são as mulheres que a entidade considera que vivem em situação de vulnerabilidade social, com vistas a garantir-lhes o direito à moradia. Busca-se saber, sobretudo, de que forma é realizada a gestão participativa do referido Programa pela entidade Amazonas Sempre Vivo, dentro de uma conjuntura e de um momento histórico ímpar no país que é o diálogo existente entre Governo e movimentos sociais no âmbito da gestão da política de habitação.

A metodologia deste estudo assumiu a orientação das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. O trabalho de campo atendeu a uma amostra de 10 Mulheres afiliadas à entidade Amazonas Sempre Vivo, as quais foram ouvidas através de formulários contendo perguntas abertas e fechadas. Ouvimos, também, sob a técnica de entrevista semiestruturada<sup>1</sup> representante da Caixa Econômica Federal de Manaus, 1 representante da Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB), 1 representante do

---

<sup>1</sup>Programa habitacional do Governo Federal para a população de R\$ 0 a 1.600,00 de renda familiar mensal, famílias chefiadas por mulheres, idosos, PNE, cujo processo de desenvolvimento e gestão ocorre pelos movimentos sociais habilitados junto ao Ministério das Cidades.

movimento social de luta pela moradia que participou da primeira e da última Conferência de Mulheres de Manaus, 1 representante do movimento social de luta pela moradia que teve participação na primeira e última Conferência Municipal da Cidade de Manaus,<sup>2</sup> representante da Amazonas Sempre Vivo, 1 representante do Fórum de Mulheres, 1 representante da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e 2 assistentes sociais da Amazonas Sempre Vivo.

O trabalho está estruturado em três capítulos que se intrerelacionam, didaticamente, para melhor exposição do tema abordado.

No primeiro capítulo procedemos a uma abordagem sobre os movimentos sociais, o feminismo e a luta pela moradia, evidenciando a problemática da habitação por dentro das conferências das cidades e procurando demonstrar como ocorreu a luta pela moradia.

O segundo capítulo traz uma análise sobre a política habitacional no Brasil contemporâneo. Discutimos a participação dos movimentos sociais na formulação de política de habitação no Brasil, no Governo do Presidente Lula, bem como desenvolvemos uma abordagem sobre a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades pela entidade Amazonas Sempre Vivo, dando destaque à prática profissional do assistente social na gestão do referido programa.

O terceiro capítulo discute o controle social e a atuação da entidade de mulheres Amazonas Sempre Vivo no Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades, mostrando como ocorre a sua ação organizativa assim como a gestão democrática do referido programa, e qual a visão das mulheres usuárias do programa sobre a entidade Amazonas Sempre Vivo. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

É assim que este estudo assume fundamental importância não só para subsidiar o poder público federal na efetivação de suas ações no que tange à política pública de habitação, como também assume primordial relevância aos movimentos de mulheres de luta por moradia na cidade de Manaus, especialmente para a entidade Amazonas Sempre Vivo.

## **CAPÍTULO I – OS MOVIMENTOS SOCIAIS, O FEMINISMO E A LUTA PELA MORADIA**

Eles fecham as fábricas, nós abrimos. Eles roubam as terras e nós ocupamos. Eles fazem guerras e destroem nações, nós defendemos a paz e a integração soberana dos povos. Eles dividem e nós unimos. Porque somos a classe trabalhadora. Somos o presente e o futuro da humanidade. (Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores – Caracas, outubro/2005)

### **1.1. Os movimentos sociais e a luta pela terra**

É perceptível que a luta pela terra tem sua origem na área rural haja vista que a exploração dos trabalhadores inicia-se neste espaço. A terra não só concentra riqueza como também tem forte valor mercantil para o capital financeiro. É por este motivo que ocorre a expulsão dos pequenos produtores de suas terras, pois estes atrapalham o desenvolvimento dos negócios dos grandes latifundiários.

Essa expulsão ocorre em todo o território nacional, sendo mais frequentes nas regiões Sul e Centro-Oeste, mas, há fatos que ocorreram também nas regiões Norte e Nordeste. Trata-se da expulsão dos camponeses (agricultores) de suas terras, tangidos pela mecanização da área rural. Essa excessiva concentração da terra no poder dos latifundiários determinou o surgimento do Movimento Sem Terra (MST) em 1980. Conforme Laureano (2007, p.37), o contexto de sua gênese está associado ao aspecto “socioeconômico, especialmente as transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970”. Essas transformações de cunho capitalista na agricultura levou rapidamente à expulsão de grandes contingentes da população, famílias inteiras que viviam da agricultura são compelidas a deixar suas terras, pois,

Segundo estudos do IPEA, fundação vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, a importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados dos últimos 50 anos: desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros vivendo em meio rural é obrigado a migrar. Os anos de 1990 não arrefeceram em muito essa tendência. Na virada do milênio, pelo menos 30% dos brasileiros que então viviam no campo, em 1990, mudaram seu local de residência (LAUREANO, 2007, p. 38).

Este autor destaca que as políticas públicas não respeitaram a vocação histórica dos camponeses das lavouras do Sul do Brasil, posto que o governo não criou estratégias de incentivo à agricultura, somente à pecuária. Frente a este processo tornou-se *mister* organizar os trabalhadores da área rural que são os principais sujeitos afetados pelo processo de desenvolvimento que os latifundiários promoviam na agricultura. Some-se a isto o fato de que o Estado não implementava políticas públicas que garantissem aos agricultores o atendimento de suas necessidades. O insucesso dos colonos que migraram para o Norte do Brasil os obrigou a resistir contra a saída do campo e buscar alternativas de luta pela terra nas regiões onde viviam. De acordo com Laureano (2007, p.39),

As ocupações de terra pelo MST, e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração. Essas lutas são a marca histórica na busca de terra para o trabalho, indispensável para obtenção de condições de vida digna e de uma sociedade justa.

A luta pela terra no Brasil ganhou mais força com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei Federal n.º 6.766/79, quando o direito à moradia foi assegurado. O MST foi o primeiro movimento social a organizar a luta em torno da ocupação de terra com uma plataforma de ação intensa rumo à conquista do direito à moradia. Os movimentos que surgiram depois do MST criaram suas estratégias de luta e organização espelhando-se nele, como é o caso da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Para Laureano (2007, p. 42), “dentre os personagens e movimentos que inspiraram a formação e atuação do MST destacamos seguindo os passos do geógrafo Bernardo Mançano: Sepé Tiaraju dos povos guaranis, Zumbi dos Palmares, Canudos de Antônio Conselheiro, a Guerra do Contestado, o Cangaço e as Ligas Camponesas”.

De acordo com os Cadernos Populares (2009, p. 1) “Manaus sempre foi marcada pelo latifúndio urbano, fruto de especulações imobiliárias e grilagens de terras urbanas, principalmente nos arredores da cidade que passou a crescer, a partir de 1970, na direção da terra firme, ou seja, nas zonas leste e norte”. Durante muitas décadas o corredor migratório para Manaus tem trasladado milhares de indígenas, peruanos, nordestinos, sulistas, famílias e grupos inteiros, em busca de trabalho. Mas, para trabalhar na Zona Franca, era exigido qualificação profissional e a maioria dos migrantes não cumpria essa exigência originando a segregação social e má qualidade de vida para os migrantes e suas famílias.

É a partir do processo de luta por acesso aos direitos sociais que em Manaus a luta pela terra tem seu início nos anos de 1970 com a Irmã Helena Augusta Walcott, antes mesmo

da criação do MST, posto que muitos dos migrantes moravam em condições subumanas nas áreas de risco dos igarapés da cidade ou de favor na casa de parentes ou amigos. Um dos líderes de movimento social por moradia ouvido neste estudo lembra com saudade daquele tempo. É o que podemos perceber:

A terra é direito do povo, precisamos organizar a luta de forma a termos mais visibilidade. Lembro-me da época da Ir. Helena, ela conseguia organizar um número expressivo de pessoas para lutarem pela terra, que é direito de todos, numa época em que havia mais repressão dos grileiros e grandes empresários, que até hoje são donos de uma parte considerável das terras da cidade. Precisamos fazer ações constantes para que o poder público não esqueça que a legislação não foi feita para ser arquivadas. As obras precisam ser pensadas para o povo. Nossa cidade ficou feia sem mobilidade, urbanismo e outros. Precisamos retomar o processo, unindo todos os movimentos de moradia (Adnamar Santos, entrevista/2012).

Cassab (2008, p. 4) esclarece que,

Ao prever uma série de exigências urbanísticas, teria encarecido o preço dos lotes e assim se tornado um instrumento de exclusão social. Às camadas de menor poder aquisitivo da população restaria apenas se conformar com a moradia ilegal. E a simples regularização não basta para solucionar o problema: quando se incorporam ocupações irregulares ao mercado formal, o processo de especulação imobiliária desloca a população de baixa renda para áreas ainda mais periféricas.

É assim que os movimentos sociais organizam-se para combater a prática “grileira<sup>2</sup>” que usurpa e se apropria de terras para a especulação imobiliária. De acordo com Adnamar Santos “Manaus sofre há muitos anos com a prática da grilagem e especulação imobiliária, esperamos que o Plano Diretor de Manaus possa coibir essa prática de apropriação indébita da terra, que é direito da população que mora nela” (entrevista/2011). Conforme Cassab (2008, p. 3) os loteamentos necessitam passar por aprovação das prefeituras para que os empreendimentos tenham validade/legalidade, posto que para o poder público “apenas o proprietário do terreno pode loteá-lo e para isso é preciso apresentar projeto junto à Prefeitura. Uma vez aprovado o projeto o loteador faz o registro do loteamento no cartório de imóveis”. Os movimentos sociais de moradia se organizam com o intuito de terem força para serem ouvidos pelo poder público. Buscam desmistificar a concepção de criminalidade que o poder

---

<sup>2</sup> O termo grilagem vem de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida. Assim como na prática com os grilos, a ocupação ilegal de terras públicas continua fundamentada no esforço para fazer documentos falsos parecerem verdadeiros.

público possui sobre a ação dos movimentos sociais, pautando suas estratégias na pugna pelo direito à terra e à moradia cuja principal experiência no Brasil é a do MST – Movimento Sem Terra.

Outros movimentos sociais que antecederam o MST merecem ser lembrados como é o caso do Movimento pela Casa Própria. O Movimento pela Casa Própria surgiu no período entre 1960 a 1961 em decorrência do adensamento das populações do campo nas cidades que levou à expansão urbana com o surgimento das periferias. É importante lembrar que as reivindicações da casa própria são bem antigas, desde os anos 1930, embora só nos anos 1940 é que são criados alguns conjuntos residenciais por meio de Planos e Institutos, surgindo nesse período grandes demandas pela casa própria (GOHN, 2001). De acordo com essa autora, “devemos lembrar também que o governo havia congelado os aluguéis por quase uma década, fazendo com que o produto ‘casa para aluguel’ desaparecesse do mercado” (GOHN, 2001, p.99). Os Movimentos sociais pela moradia foram crescendo e desenvolvendo-se no país no período de 1958 a 1964 quando emerge os movimentos sociais no campo pela Reforma Agrária, já que ela constituiu-se num dos pontos centrais das lutas no período populista.

Essa autora considera que o período de 1964 – 1974 correspondeu à fase de grande repressão dos movimentos sociais imposta pelo regime militar, momento em que ocorreram prisões, torturas e perseguições, mas também ocorreram várias lutas de resistência e movimentos de protestos no país (GOHN, 2001).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) que surgiram em 1968 no âmbito da ala progressista da Igreja Católica contribuíram enormemente para a resistência da luta no período do regime, embora o auge das CEB's venha a ocorrer somente em 1978 quando o Sínodo de Puebla reafirmou a opção preferencial pelos pobres. As CEB's foram de grande relevância para a luta em torno da moradia na medida em que a Igreja passou a assessorar e fazer formação aos movimentos sociais. Em 1972 iniciou o Movimento dos Loteamentos Clandestinos – MLC, em São Paulo, lembrando que a maior parte dos movimentos em torno da moradia tem origem em São Paulo embora não devemos esquecer que aqui em Manaus a luta pelo solo urbano com a Irmã Helena estava a todo vapor nessa década de 70. Esse movimento nasce sob a organização das Comunidades Eclesiais de Base com o propósito de combater os loteamentos clandestinos uma vez que os vendedores desses loteamentos acabavam enganando os compradores. De acordo com Gohn (2001, p. 172),

As áreas periféricas eram loteadas e vendidas em prestações acima de cinco anos, pois não havia política para a casa popular (sabemos que o BNH e outros atendiam às faixas médias da população). Nos anos 70 avolumaram-se os casos de compradores, que após anos de pagamento de prestações por seus terrenos, descobriam que não podiam registrar suas escrituras por irregularidades na documentação do imóvel.

Em virtude do aumento assustador dos casos de venda ilegal de loteamentos as CEB'S desenvolveram ações ostensivas de enfrentamento à essa situação, o que trouxe como principais conquistas do MLC a promulgação de uma série de leis coibindo o lançamento de loteamentos irregulares, regulamentação de posturas e códigos para a criação dos loteamentos. Gohn (2001, p. 113) aponta que “as lutas pela moradia popular nos anos 80 têm, como uma de suas causas de origem, o desaparecimento da forma da autoconstrução como solução para moradia popular”. Também em 1979 em São Paulo e Belo Horizonte surgiu o Movimento das Favelas, embora não devamos esquecer que a organização dos moradores de favelas data dos anos 1960 em várias regiões do Brasil. As lutas travadas por esse movimento foram inúmeras e as conquistas obtidas vão desde a reurbanização de favelas até a criação de novas leis e regulamentações, originando tarifas diferenciadas e até a Lei de Direito Real de Uso. A “sua promulgação resultou de um longo processo de luta dos favelados com os donos das áreas em litígio, tanto públicas como particulares” (GOHN, 2001, p. 122).

As ações da sociedade civil em torno dessa problemática continuou ao longo da história do Brasil. No Amazonas, como vimos anteriormente, a luta tem início com a Irmã Helena Augusta Walcott, religiosa da Congregação do Adoradoras do Sangue de Cristo que organizou o movimento pelo solo urbano em Manaus, iniciando sua luta no bairro da Compensa. É a própria Ir. Helena Augusta Walcott, 80 anos, uma das entrevistadas nesta pesquisa quem esclarece o início desta luta, a saber: “quando fui morar na Compensa estava naquele ardor missionário de morar na periferia. [...] em Manaus, naquela época (década de 70), a Compensa era terrível [...]” (entrevista/2012).

Para Vieira (1989, p. 33) é a partir de escritores como Rousseau que nasce a filantropia que é “a caridade secularizada, separada muitas vezes da ideia religiosa, e considerando o auxílio ao outro como um dever de solidariedade natural”. Esta autora também chama a atenção para o fato de que nos séculos XIII e XIV surgiram as congregações religiosas dedicadas especialmente à prestação de serviços no âmbito da assistência social, auxílios materiais, visitas domiciliares, assistência hospitalar, tornando assim um ardor religioso cada vez mais forte por parte das religiosas em estar nas periferias auxiliando de perto as comunidades mais necessitadas.

Para Torres (2002) no Brasil desde a década de 1940, a atividade exercida pelas primeiras – damas firmava-se como uma atividade de ordem filantrópico-benemerente no âmbito da atenção à pobreza, uma vez que as ações direcionadas para as classes subalternizadas sempre levaram a uma atenção focada nos problemas sociais por elas vivenciados, estando entrelaçadas com as atividades desenvolvidas pela Igreja em seus projetos e ações sociais na história do Brasil.

Santos (2009, p. 11) destaca que “o movimento social por moradia em Manaus nas ocupações de áreas urbanas teve seu início, entre 1978 e 1979, como um movimento de bairro ligado à Comunidade Eclesial de Base (CEB’s)”. Esse processo apresenta-se como o início da luta pela moradia em Manaus. Um dos fatores além da segregação social que determinou o processo de ocupação estava associado à situação de extrema pobreza na qual estavam submetidas grandes parcelas da população que não tinham condições dignas para morar. É a própria Irmã Helena que nos conta essa história, vejamos:

O processo de ocupação de terra em Manaus foi muito duro, sofremos inúmeras retaliações, pois estávamos mexendo com o poder da cidade. O povo precisava e quando entrei nessa luta era porque queria ajudar o povo que precisava, a ideia inicial era ficarmos apenas no bairro da Compensa onde tudo começou, mas acabou que o movimento tomou proporções bem maiores (entrevista/2012).

O processo de ocupação de terra em Manaus crescia visto que a população necessitava de condições dignas para morar, mas para Ir. Helena essa ocupação não poderia e nem deveria ser feita de qualquer forma, pois haveria possibilidades do insucesso nesta luta. Ela relembra este tempo nos seguintes termos:

Quando nós começamos éramos ajudados por certas pessoas que vinham do Sul, do Centro-Leste, de Goiás, do Mato Grosso que tinham trabalho coeso e empreendedor. Como iniciar um trabalho pra valer? Então começamos a formar as lideranças. Nós trabalhamos, nesse tempo, com mais de 50 pessoas que visitavam as casas das famílias sem-teto. Então queríamos fazer um trabalho realmente voltado para os necessitados. Esse era o nosso objetivo primordial (entrevista/2012).

A década de 80 foi intensa no âmbito da pugna pelo direito à moradia no Brasil, momento em que quatorze movimentos sociais destacaram-se por suas reivindicações quanto à política de habitação. A grande participação ocorreu em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, já que estas cidades possuem forte poder de organização e mobilização da população devido aos seus processos serem diferentes do restante do país, tiveram condições

históricas para sair na frente, o que não é nenhum desdouro às organizações políticas de outras regiões do país (TORRES, 2007). É assim que em 1981 é criado o Movimento de Invasões de Terra na Fazenda Itupu, o qual constituiu-se no marco inicial na luta popular da década de 80, não apenas em São Paulo, mas em todo o país.

A população de Manaus na década de 80, assim como as demais do Brasil sofria com a falta de moradia e organizava-se através da Igreja com a Irmã Helena, ganhando força e proporções maiores do que a esperada. A religiosa destaca que o grupo não ocupava terra de qualquer forma, aleatoriamente, era feito o reconhecimento e mapeamento da área a ser ocupada, pois, como diz a própria religiosa “quando íamos, era para ganhar, ficávamos o tempo que fosse preciso” (Ir. Helena, entrevista/2012). Conforme dados do Caderno Sares (2009) a religiosa desenvolvia um trabalho árduo com a população envolvendo a organização, formação e mobilização, pois para ela o processo de ocupação era para ganhar. Vejamos:

Permanecíamos até seis meses formando o povo, orientando-os para uma ocupação sem retorno. Porque já tinham a base para isso. Gente que vinha de fora e nos enriqueciam e os livros que a gente lia. Nós começamos a preparar. Nós nunca entrávamos sem o povo estar preparado, é por isso que nós conseguíamos a posse da terra. Se perdemos uma vez foi muito. Por quê? Nós nos preparávamos para a conquista da terra. Conquistar apenas com dez pessoas? Não dá! Então de repente eles eram 500 pessoas, 600 pessoas tendo encontros semanalmente com leituras bíblicas, especialmente na época da Campanha da Fraternidade. Nós sempre cantávamos: ‘o povo de Deus’ e ‘agora nós vamos pra luta!’. Ou na luta ou na marra nós vamos ganhar (Ir. Helena, entrevista/2012).

As lutas foram ocorrendo em todo o país e em 1983 surgiu mais um movimento social, representativo da luta pela terra no país, que foi o Movimento de Desempregados de São Paulo. Esse movimento lutava contra o grande número de demissões que ocorriam no país, inaugurando a prática de ocupações de órgãos públicos. Conforme Gohn (2001, p. 131), “como resposta a este movimento o governo estadual de São Paulo iniciou a política de assentamentos em áreas rurais, porém próximas de centros urbanos, o que veio a engrossar um outro movimento popular bastante significativo nos anos 80 e 90, o Movimento dos Sem-Terra da zona rural”.

Ainda em 1983 dois momentos sociais destacaram-se na luta em prol da moradia no Brasil, que eram as Ações Comunitárias. Sua criação resultou das ações de ocupação de terras ocorridas na Fazenda Itupu, o qual se constituiu no “núcleo organizador de toda a luta pela moradia naquela região de São Paulo, estendendo seu raio de atuação, posteriormente, para toda a Grande São Paulo” (IBIDEM, p. 132). O segundo momento importante de 1983 foi o

Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra dos Estados do Sul que definiu as diretrizes do Movimento Sem-Terra e decidiu que a ocupação de terras seria uma das principais formas de fazer pressão pela reforma agrária.

Na década de 80 outros movimentos sociais adensam a luta pela terra. Em 1984 surge o Movimento dos Mutuários do BNH – Banco Nacional de Habitação e o Movimento dos Assentamentos Rurais, sua atuação ocorreu no período de 1984 a 1995. Três momentos foram importantes em 1985 que foram o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores, a Romaria da Terra, e o Movimento pela Constituinte<sup>3</sup>, este último ocorreu de 1985 a 1988. No período de 1986 a 1989 os movimentos que tiveram mais destaque foram o Movimento dos Inquilinos, Criação do Movimento dos Sem-Casas, o Movimentos da Zona Leste de São Paulo, Movimento de Invasões de Terras em São Paulo e o Movimento pela Reforma Urbana. [sic] (2001, p. 140) considera que,

Desde 1981 o ato de invadir terras públicas e particulares foi a estratégia adotada pelos movimentos de moradia para buscar solução aos que não possuem teto ou pagam aluguéis fora de suas condições. A existência de vazios urbanos à espera de valorização ou de áreas públicas desapropriadas, em litígio ou congeladas por leis de uso do solo, como as regiões ao redor dos mananciais, ofereceu as condições ideais para viabilizar as invasões. Elas diferem das ocupações realizadas nas décadas de 1940-50-60 e 70, que geraram as favelas.

Na década de 90, dois movimentos sociais assumem significação na luta pela moradia no país, quais sejam: o Movimento Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida<sup>4</sup>, que ocorreu no período de 1993 a 1995, e a Criação da Central dos Movimentos Populares.

Ao longo dos anos as mudanças foram ocorrendo na forma de organização e mobilização da sociedade civil no país, e em Manaus não foi diferente, isto é, as mudanças também ocorreram, e com elas as frentes de luta do movimento por moradia. Após inúmeras conquistas a Ir. Helena foi afastada da frente de luta do movimento pelo solo urbano contra a sua vontade, porque por ela continuaria até os dias atuais, mas era visível o risco que sua vida corria. A religiosa foi ameaçada de morte por várias vezes e sofrera até um atentado que levou a morte um menor, cujo relato é realizado por ela mesma: “nós estávamos protegendo umas famílias lá do Armando Mendes e o Paulo Faria estava tomando as terras dos moradores que

---

<sup>3</sup> A Constituição promulgada em outubro de 1988 legitimou várias conquistas sociais que foram bandeiras de movimentos sociais.

<sup>4</sup> Esse movimento foi liderado pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, o qual assumiu a ação de distribuição de alimentos e de lutar pela geração de empregos. Em 1995 elegeu o tema da terra como prioridade para uma nova fase de atuação do movimento.

há mais de 10 a 20 anos que viviam lá, isso não podia ser feito porque tem direito de Usucapião<sup>5</sup>” (entrevista/2012).

É flagrante como os direitos sociais eram infringidos pelo poder público neste período. Mesmo com um artigo específico na Constituição Federal de 1988 que prevê o direito de Usucapião ocorria violação deste direito. A CF 88 em seu Art. 183 preconiza que “aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

Para Bentes (2005) a migração foi um dos fatores que levou a uma presença marcante da população nas periferias de Manaus, fazendo surgir através das ocupações inúmeros bairros, muitos sem infraestrutura para atender a população que nele chegava. Mas, é através da luta dessa população em precárias condições por melhores condições de vida que a Irmã Helena relembra a criação do bairro Armando Mendes, fato que a entristece, pois foi lastimável a violência ocorrida nesta comunidade, quando de sua ocupação pelo movimento liderado pela religiosa. Vejamos:

O Armando Mendes foi uma luta contra o grileiro e latifundiário Paulo Faria. Os Sem-Terra preferiam que o nome do bairro fosse Altenor Cavalcante (Altenor Cavalcante Araújo, 14 anos) e não Armando Mendes, pois o Altenor foi o menor morto pelos jagunços de Paulo Faria. Estávamos entrando na área com famílias que moravam naquelas glebas e o Paulo Faria estava lá com seus jagunços para retirar as famílias à força. Éramos um grupo enorme para proteger estas famílias, pois soubemos que o Paulo Faria ia fazer naquele dia um quebra-quebra. Naquele dia, lembro que era o terceiro dia de carnaval, nós fomos lá e fomos andando e observamos quando o Paulo Faria chegou em um carro vermelho. O pessoal me avisou: - Irmã, olha ele aí no carro! O que ele fez? Ele havia contratado um jovem de 15 anos para atirar em mim. Eu só vi a arma. Uma senhora até disse: - Cuidado Irmã, a arma! Daí ele atirou, e o menino Altenor estava do meu lado. Lembro que uns momentos antes ele tinha me falado: - Irmã, a senhora não vá esquecer de dar um terreno pro meu pai? ... Eu disse claro! Ele vai ganhar um terreno sim, e daí ele ficou andando todo tempo do meu lado. Não deu tempo de a gente desvencilhar do tiro. O Paulo Faria passou de carro e mandou o rapazinho atirar, justamente por ele ser menor não poderia ser preso. Eu sei que foi chumbo, que pegaria no meu peito, pegou na cabeça do garoto e em pessoas ao redor. O Paulo Faria percebeu que não tinha me atingido e veio ele mesmo com a arma na mão me procurando, ficamos escondidos atrás do lixo, jogados no chão, mas ele não conseguia me ver de

---

<sup>5</sup> A partir de 11 de janeiro de 2003, o código civil estabeleceu que, ao invés de esperar vinte anos para dar a entrada na ação de usucapião, a posse deve ser exercida por quinze anos. Em casos especiais, como quando a posse é do domicílio, o prazo passa a ser de dez anos. Se o ocupante não possuir outro imóvel, o prazo cai para cinco anos.

carro. Eu até sentia a bala na minha cabeça, mas ele não conseguiu me ver e foi embora. Lutamos para que o nome do bairro fosse Altenor Cavalcante, mas o chefe era o Amazonino Mendes, né? (entrevista/2012).

Como vimos anteriormente as ocupações não ocorrem de qualquer maneiras, são sempre bem planejadas e organizadas com muita antecedência para que o movimento ganhe força e possa exercer a pressão necessária em suas reivindicações. Gohn (2003, p. 50) chama a atenção para o fato de que as ocupações tem um forte aparato organizacional à base da atuação das comissões com “hinos, gritos de alarme, estratégias contra a repressão, estudos sobre o solo, a distribuição dos lotes, a irrigação, serviços coletivos etc.”, assim a religiosa também organizava as lideranças e as famílias que viviam sob sua liderança, visando a organização e aparato para todos.

Para Bentes (2005) em meio à luta coletiva deflagrada pela população pobre para garantir o acesso à terra urbana, existe a denominada “indústria da invasão”, esta envolve uma complexa rede de relações que inclui desde políticos populistas, proprietários de terras, empresários da construção civil, líderes de invasão e grupos que usam a terra para a especulação. Muitos desses especuladores se utilizam de menores e até mesmo de “lideranças” infiltradas na luta para atingir os líderes comprometidos com o processo e em favor da população subalternizada. O uso de menores para deflagrarem a violência acaba sendo utilizada por eles como mecanismo para que saiam impunes de seus crimes. A Lei Nº 8.069 de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Art. 2º preconiza que “considera-se criança para fins de efeito desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (LEI Nº 8.069 DE 1990, p. 287). E muitos desses menores aliciados para fins ilícitos convivem em seu dia a dia com a desestruturação familiar e financeira levando-os a serem alvos fáceis para os aliciadores, conforme destaca Freitas (2002).

Silva (2004) destaca que as famílias participantes das ocupações veem nesse processo a oportunidade de melhores condições de vida para suas famílias e as crianças desde muito novas já se sentem parte integrante deste processo, algumas chegam até a comentar com os colegas e adultos com quem convivem o quão importante é para elas e suas famílias estarem participando. Conforme Silva (2004, p. 41),

Nas cidades, passaram a viver nas periferias ou nas favelas, tornando-se órfãos da modernização. Sem qualificação profissional, analfabetos em sua grande maioria, foram destinados às ocupações mais desvalorizadas do baixo terciário – serventes de pedreiro, empregos domésticos etc. - , sem contar os desempregados e subempregados. É preciso ressaltar que não foram os

pobres do campo os causadores dos problemas da cidade, e sim os responsáveis por sua expulsão – grandes proprietários e empresas, além do Estado.

Gohn (2010, p. 41) destaca que a presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas é cheia de ciclos, com fluxos e refluxos. Segundo esta autora “o importante a destacar é esse campo de força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas”.

Deve-se reconhecer que há sim a indústria da invasão em Manaus, prática expúria condenada pelos movimentos sociais. Trata-se da infiltração de pessoas mal intencionadas dentro da ocupação de terra que tem por objetivo “invadir a área para proceder a venda de lotes”. Uma das lideranças feministas em Manaus Luzarina Varela, 50 anos, do Fórum de Mulheres de Manaus, revela o seguinte:

Acompanhei muitas ocupações de terra em Manaus, principalmente aqui na Zona Leste, na Grande Vitória, Nova Floresta, São Lucas, mas me assustei quando percebi que muita gente que estava sendo contemplada não era quem realmente precisava, muito já tinham terreno, mas queriam nessa área também. Isso me deixou decepcionada, pois participei da luta da Irmã Helena e nas ocupações lideradas por ela não ocorria esse tipo de coisa, pois a mesma fazia um trabalho de preparação com quem iria para a ocupação. Eles já estavam na luta e tinham que receber a formação, pois precisava garantir que não houvesse uma negociação dos lotes, pois quem tava ali realmente precisava. Percebi que há sim, infelizmente uma indústria da invasão e isso me deixa triste, pois muito companheiros se corromperam, isso pra gente é decepcionante, pois esse movimento não começou pra isso.

Para Silva (2004) é no final da década de 1970 que o movimento começa a desenvolver suas ações respaldadas em atividades transparentes uma vez que há grupos através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Igrejas e até mesmo outros grupos organizados na luta pela terra que realizam discussões periódicas verificando a real situação da população e fazendo levantamento da real necessidade deles para posteriormente realizarem a ocupação. A referida autora destaca que no início da década de 1980 não havia o cuidado entre os próprios militantes quanto ao uso do termo invasão, mas “atualmente há uma preocupação em diferenciar bem essas noções de invasão e ocupação. Isto porque invasão é tipificada no Código Penal de “esbulho possessório visando à obtenção de vantagens econômicas ou financeiras”, e nesse sentido, os sem-terra não invadem, eles ocupam o espaço para “garantir trabalho e terra a quem não tem terra” (SILVA, 2004, p. 60). Esta autora aponta a importância da formação das lideranças uma vez que eles são os multiplicadores desse processo e através deles as bases são fortalecidas.

Há muito o que avançar na conquista do direito à moradia, mas deve-se reconhecer que um grande passo já foi dado no âmbito da atual política de habitação do Estado brasileiro. Foi, outrossim, no Governo do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva com a criação da Política Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida, que os movimentos de luta pela moradia conquistaram sua maior vitória não só no que diz respeito à conquista da casa própria, mas sobretudo como co-partícipes da gestão desta política pública junto ao Estado.

No conteúdo do Programa de Aceleração do Crescimento / PAC, criado em janeiro de 2007, estava posta a pauta da moradia na medida em que este Programa prevê orçamento para as áreas de infraestrutura, habitação e outros. Na verdade o Governo criou no âmbito do PAC o Programa Minha Casa Minha Vida / PMCMV, que visa ações para atender a problemática da habitação no país em quatro modalidades: Financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00); Fundo de Arrendamento Residencial - FAR (atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 na área de atuação do FAR); Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando a produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos); Oferta pública de recursos (atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil habitantes).<sup>6</sup>

Tatiane Franco do Nascimento, 32 anos, assistente social do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades, voluntária da Amazonas Sempre Vivo revela que,

Manaus possui uma luta grande dos movimentos sociais pela moradia, considerando como sendo uma das grandes conquistas o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. Isso significa que já estamos sentando à mesa de debate, inúmeros avanços foram conseguidos. Já podemos dizer que mesmo ainda não tendo nenhuma casa construída pelo Programa, já conseguimos fazer com que o processo fosse desengessado. E é a população que mais ganha, pois recebemos inúmeras famílias clamando por cadastros (entrevista/2012).

Com a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades os movimentos sociais de moradia recebem os louros de sua resistência na luta. A política habitacional brasileira está sendo desenvolvida de forma participativa como prevê a Constituição de 1988 e

---

<sup>6</sup>Material disponível em, [www.cidades.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1131&Itemid=200](http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1131&Itemid=200), em 22 de janeiro de 2012.

o Estatuto das Cidades, de 2001. De acordo com uma liderança de movimento por moradia ouvida nesta pesquisa,

As lideranças fazem a sua parte, mas a população também precisa fazer a dela, estar sempre atuante dentro do movimento social, pois sem formação e preparação dessa população o Programa não avançará, pois todos precisam ter claro qual o seu papel nesse processo. O Governo Federal não está fazendo nada porque é bonzinho, isso foi a luta de muitos companheiros, uns que já morreram, outros que estão presos e outros que ainda estão no processo de luta. Então o povo precisa saber e entender que não é só receber a casa, ou você é ou não é militante. Porque é assim que fazemos a luta. (Cristiane Sales, Coordenadora Nacional da União Nacional por Moradia Popular do Amazonas, 44 anos, entrevista/2012).

O processo de participação democrática foi conquistado em meio a sangue, suor e lágrima, haja vista o assassinato de inúmeros trabalhadores rurais e lideranças de movimentos em favor da terra que tombaram, especialmente no Pará, na confluência da área conhecida como Bico do Papagaio (TORRES, 2007). Um dos casos de assassinato que ganhou notoriedade na mídia local e internacional foi o da religiosa Dorothy Stang, ocorrido em 2005, no Pará.

Conforme dados do Jornal Diário do Pará (2012) na manhã do dia 12 de fevereiro de 2005, Dorothy Mae Stang foi executada com seis tiros enquanto empunhava a Bíblia na mão direita. A morte da missionária norte-americana, de 73 anos, assassinada em Anapu, oeste do Pará, repercutiu para além das fronteiras brasileiras. Irmã Dorothy, como era conhecida, caminhou pela última vez e derramou seu sangue na terra que havia conseguido legalizar junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 2004, depois de anos de luta. O motivo da morte está associado à disputa pelo Lote 55, área de aproximadamente três mil hectares anexa ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança (PDS Esperança). O PDS Esperança é um assentamento agrário, validado pelo Governo Federal, que beneficia 600 famílias. Dorothy há 30 anos trabalhava para combater a miséria dos chamados “povos da floresta”.

É preciso compreender que a história de luta dos movimentos sociais e a luta pela moradia em Manaus foi árdua e significativa, trazendo consigo conquistas históricas e mostrando claramente que a sociedade civil não aceitou e nem aceitará que a política pública seja desenvolvida e executada de qualquer maneira, uma vez que sem esta participação não avançaríamos no processo de desenvolvimento no Brasil e em Manaus.

## 1.2. A problemática habitacional e as Conferências das Cidades

A problemática habitacional não é nova no Brasil, remonta o tempo da abolição da escravidão no século XIX quando tem início o processo de desordenamento das cidades. Não obstante a isto, deve-se reconhecer que é no âmbito do processo de industrialização e de desenvolvimento do país que a problemática habitacional se intensifica.

A expansão do capital no país contribuiu efetivamente para o drama do “inchaço” urbano expresso nas favelas, barracos e outras habitações improvisadas que redundou no desordenamento das cidades. Instalou-se o *déficit* habitacional no Brasil o qual caminhou progressivamente para índices elevadíssimos ao longo dos processos históricos e, quando medidas são tomadas, já não surtem mais efeito uma vez que o problema já tomou proporções gigantescas. Para o Ministério das Cidades (2011) o conceito de *déficit* habitacional é bem mais amplo e demanda ações efetivas correlacionadas à política urbana tais como saneamento, infraestrutura, equipamentos sociais, tendo em vista que a má condição de moradia afeta a educação, saúde, transporte e outras necessidades básicas. Trata-se de políticas públicas distintas entre si, mas que precisam ser pensadas e trabalhadas conjuntamente. Não obstante, o “conceito de *déficit* habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física” (Ministério das Cidades, 2011, p. 18).

Em virtude do elevado *déficit* habitacional o Estado tem buscado de alguma forma estruturar mecanismos que possam modificar ou até mesmo amenizar tal situação, mas é muito difícil porque esbarra em relações de poder bem concretas. Trata-se, de acordo com Silva e Silva (1989), de uma questão relacionada a um jogo de interesse do capital pelo qual o país passou e ainda passa, pois, não raro os terrenos localizados próximos aos equipamentos sociais são de empresários e estes não desejam ter uma população pobre morando no entorno de suas residências, o que poderia de alguma forma, desvalorizar seus bens (imóveis). Já houve, outrossim, uma intervenção do Estado com vistas à modificar a realidade na qual a população se encontrava, mas os mecanismos utilizados não estavam voltados para atender a parcela da população que necessitava.

A população desloca-se da área rural para a urbana em busca de melhores condições de sobrevivência buscando qualidade de vida e educação para os filhos, numa tentativa também de aumentar seu *status* financeiro. No entanto, ao chegar na cidade esses migrantes deparam-se com a exclusão social. De acordo com Maricato (2008, p. 22), “o crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na

sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação”.

No Amazonas, essa corrida desenfreada para a cidade foi intensa, acarretando o chamado inchaço urbano na medida em que a cidade de Manaus não estava preparada para comportar, em tão pouco espaço de tempo, o número expressivo de pessoas que vinham com suas famílias em busca de melhores condições de vida. O Estado não se preparou para atender uma demanda dessa magnitude contribuindo, desta forma, para o aparecimento de inúmeras expressões da questão social. Com o aumento acelerado da população associado ao desordenamento urbano emergiram inúmeros problemas sociais no campo da educação, saúde, habitação, emprego e outras. De acordo com Silva e Silva (1989) o Estado propôs alternativas para sanar tais situações, que na verdade nada mais era do que uma manipulação da indústria para conter os ânimos da sociedade que já não suportava mais a forma sub-humana na qual as pessoas estavam vivendo. Para esta autora,

A cidade capitalista é uma imensa concentração de pessoas, exercendo as mais diferentes atividades, sendo o solo urbano disputado para diferentes usos, disputa essa que se pauta pelas regras do jogo capitalista, cujo eixo fundamental é a propriedade privada. O uso do solo urbano é regulado pelo mecanismo de mercado, apesar de se tratar de uma mercadoria especial, visto que o preço decorre, em grande parte, do trabalho social e de sua localização. [...] a segregação social por garantir os padrões de expansão urbana requeridos pelo capital, por possibilitar a extração d renda da terra urbana, além de permitir a reprodução da força de trabalho a custos baixos, é funcional ao sistema capitalista brasileiro atual, vinculando a questão da terra urbana à dinâmica do processo urbano espoliativo, com a apropriação desigual e excludente, tanto da terra urbana, como dos serviços públicos de infraestrutura. A localização da família no espaço urbano determina sua inserção ou exclusão social, pois é a partir daí que é possível ou não ter acesso a uma série de benefícios urbanos, tais como água, luz, esgoto, serviço de saúde, educação, cultura, recreação, etc. (SILVA E SILVA, 1989, p. 29-30).

A segregação é um dos desafios enfrentados pela sociedade brasileira. A falta de moradia leva a população a uma situação de exclusão social. Conforme Maricato (2008, p. 21),

Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão da infraestrutura.

A segregação vivenciada pelas famílias das classes subalternas não está relacionada só com a ausência de infraestrutura e com a localização periférica da moradia, mas também com o tipo de casa, a qualidade da moradia. Vasconcelos (1996, p. 9) visualiza a existência de três tipos de déficit habitacional: *déficit* por moradia conjunta<sup>7</sup>, *déficit* por moradia precária<sup>8</sup>, *déficit* por moradia deficiente<sup>9</sup>. Essa situação de penosidade da moradia compõe o *déficit* habitacional na medida em que o seu conceito engloba as moradias inadequadas. A elevação do *déficit* habitacional deve-se muito à precariedade das moradias e de seus arranjos improvisados. A pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) dá conta de que “para 1992 o déficit total de moradias no Brasil era de aproximadamente 12,7 milhões de unidades. Se levarmos em consideração este déficit e o número de famílias brasileiras (algo como 38,9 milhões na época), vamos chegar a uma conclusão de que um terço delas não dispunham de residências adequadas para viverem” (VASCONCELOS, 1996, p. 9).

Observe-se que esta problemática vincula-se diretamente a fatores para além da falta da casa. Na pesquisa do IPEA

Em termos regionais, o Nordeste respondia por 6,5 milhões do total do déficit; o Sudeste, por 3,2 milhões; o Sul, por 1,5 milhão, e as regiões Centro-Oeste e Norte respondiam, respectivamente, por 1,0 milhão e 499 mil moradias. Pode-se constatar que cerca de 51% do déficit habitacional brasileiro encontrava-se na região Nordeste, enquanto a região Sudeste respondia por um quarto. As regiões Sul, Centro-Oeste e Norte respondiam, nesta ordem, por 12%, 8% e 4% (VASCONCELOS, 1996, p. 10).

Na década de 90 a região norte ostentava o 3º maior *déficit* habitacional do país, haja vista o forte fluxo migratório que ainda ocorria na região. Manaus ainda é vista como o lugar da riqueza, do emprego e da abundância. Essa migração ininterrupta foi acarretando a formação de áreas irregulares, em meio à degradação ambiental, acúmulo de lixo e dejetos onde os trabalhadores que vieram em busca do trabalho industrial fixam suas residências. Esses trabalhadores, segundo Bentes (2005), deveriam residir próximo às fábricas para facilitar o transporte e a chegada rápida nos locais de trabalho. Torres (2005, p. 144) ressalta que “o desenvolvimento econômico de Manaus deixa, hoje, ao povo amazonense, um legado de aprofundamento da questão social, cujo preço não é possível avaliar”. Uma das mulheres

<sup>7</sup> Corresponde a uma habitação ocupada por mais de uma família.

<sup>8</sup> São as moradias improvisadas como lojas, salas, prédios em construção que servem de moradia. São também as casas de taipa não revestidas ou de madeira aproveitada, casas cobertas de palha ou sapé, meros quartos ou cômodos.

<sup>9</sup> São as casas que não possuem canalização interna de água e de rede de esgoto.

associadas do movimento de mulheres Amazonas Sempre Vivo – ASV e beneficiária do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades, ouvidas nesta pesquisa nos contou a seguinte história:

Vim para Manaus buscando uma melhora de vida para minha família e quando cheguei aqui me vi sem casa. Mas sei que o *déficit* habitacional em Manaus é grande, o povo não tem casa e vive de um lado para o outro sem destino, mesmo tendo tanta riqueza nessa terra ainda temos esse problema. É preciso que tudo seja pensado na luta, pois além de casa precisamos de todo processo de escola, posto de saúde, transporte. (M. S., 40 anos, entrevista/2013).

As pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE) apresentam o *déficit* habitacional na região norte, mostrando que o Amazonas possui o maior *déficit* habitacional do Brasil 25,4%. Este Instituto utilizou-se de dados da última pesquisa do IBGE (2011) segundo a qual há mais de 155 mil residências improvisadas e quase 96 mil lugares onde as famílias dividem o espaço de forma subumana. Isto permite reafirmar que ainda nos tempo atuais há marcas de um passado circunscrito ao êxodo rural e aos deslocamentos para a Zona Franca de Manaus que atinge fortemente a população manauense. A Pesquisa Nacional por Domicílios (PNAD, 2007) apresentou um *déficit* habitacional no Amazonas de 156.720 mil moradias, das quais 50% estão concentradas em Manaus<sup>10</sup>. Estes dados já foram ultrapassados conforme informações apresentadas na Tribuna Popular feita por um vereador na Câmara Municipal de Manaus, a saber:

O *déficit* habitacional em Manaus é de 93 mil moradias, isso sem levar em conta as chamadas moradias inadequadas, que estão localizadas em áreas insalubres, e que eleva o *déficit* para 150 mil habitações. Esses números foram apresentados durante a Tribuna Popular com o tema: ‘A Problemática dos Aglomerados Subnormais em Manaus’, realizada nesta quarta-feira (29), por iniciativa do vereador Waldemir José (PT), na tribuna da Câmara Municipal de Manaus (CMM)<sup>11</sup>.

Note-se que o índice do *déficit* habitacional do Brasil tem aumentado na medida em que os fluxos de deslocamentos não cessam. A luta dos movimentos sociais pela moradia é ininterrupta na medida em que cresce a população e novos bairros e conglomerados humanos vão sendo criados em Manaus. Bentes (2005, p. 41), chama a atenção para o fato de que “os

<sup>10</sup> Disponível <http://www.suhab.am.gov.br/home/modules.php?name=News&file=article&sid=232>, acessado em 19 de junho de 2012.

<sup>11</sup> Disponível em [http://www.cmm.am.gov.br/noticia\\_simples\\_2006.asp?ID=8940](http://www.cmm.am.gov.br/noticia_simples_2006.asp?ID=8940), em 19 de Junho de 2012.

impactos desse processo atravessam décadas, dando a Manaus do século XXI a combinação de pobreza e riqueza, inclusão e exclusão, velho e novo”. Uma das mulheres ouvidas em nossa pesquisa revela que,

É muita riqueza em Manaus, a gente que tá no chão de fábrica sonha em poder sair de lá e ter uma condição de vida melhor para gente e pros nossos filhos, mas é muito difícil, pois a gente paga aluguel alto, é remédio, comida tanta coisa e no fim não sobre nada. Como pode tantos com pouco e poucos com tanto? A gente aqui só enriquece o dono, a empresa. (R.C, 33 anos, entrevista/2013).

É necessário, no entanto, desmistificar a ideia hegemônica do discurso oficial de que os movimentos sociais são criminosos, quando na verdade eles organizam a luta para construir uma sociedade com menos desigualdades sociais sendo co-partícipes do processo democrático de construção de uma cidade igualitária onde todos possam ter direito a ela, como diz Lefebvre (2001). De acordo com Adnamar Santos, 34 anos, representante do Fórum da Reforma Urbana, sujeito ouvido nesta pesquisa “o bairro Cidade de Deus é considerado a décima maior favela do Brasil” (entrevista/2013). Isto mostra o quanto desordenada foi a ocupação de Manaus.

Valle (2003, p. 159) assinala que na organização de Manaus as novas formas de espaços urbanos são “desenhadas a partir de ações que desconsideram a importância dos igarapés para a população local. Trata-se de um urbanismo imposto”, haja vista que a cidade possuía uma organização e que, em virtude do deslocamento extensivo acabou sendo sobrepujada de forma a conduzi-la a um processo de degradação. Cristiane Sales, 44 anos, uma das lideranças de movimento social de mulheres ouvidas nesta pesquisa e que participou das consultas públicas de revisão do plano diretor de Manaus, em 2011, revelou o seguinte:

Constroem a cidade apenas pensando nos empresários e nos políticos, esquecem-se do povo. É por isso que o movimento social precisa cada vez mais se unir, para pontuar como quer que seja construída sua cidade, sua mobilidade, que seus vazios urbanos sejam destinados a moradia popular. Por isso fizemos questão de levar o maior número de militantes para as plenárias de Revisão do Plano Diretor, pois não vai ser do jeito que eles querem, nós estamos aqui e não vamos deixar passar propostas só para os empresários, pois somos nós e o nosso povo que sofreremos com esse descaso de tantos anos, agora chega! Queremos uma Manaus para todos e não só para os poderosos (entrevista/2011).

Bentes (2005) destaca que as grandes cidades atraindo com suas luzes e o poder que possui de alimentar sonhos de melhoria de vida, e ainda pelo próprio sentido de liberdade que simboliza a cidade liberta.

A autora chama a atenção ainda para o fato de que em Manaus, os moradores dos bairros periféricos têm ampliado ainda mais os processos de segregação sócio-espacial e exclusão que enfrentam no cotidiano, uma vez que para esta autora “além da luta pelo sustento da família, convivem com a falta de água, de escola, de postos de saúde, de transporte coletivo, dentre outras necessidades” (BENTES, 2005, p. 47).

Conforme Gohn (2011, p. 14-15) “os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”.

Cristiane Sales, Coordenadora Nacional da União Nacional por Moradia Popular – UNMP revela que,

Não é apenas com a revisão do Plano Diretor que a população manauara reivindica seus direitos, que se faz ouvir e terem suas propostas levada a pauta de debate entre sociedade civil e Estado, é também nas Conferências das Cidades que pontuamos as necessidades principais da população, bem como as questões relacionadas à Habitação, Gestão Democrática, Transporte, Saneamento e outras foi através de luta, mobilização e articulação que conseguimos estarmos nas Conferências e até mesmo fazê-las serem realizadas. Em Manaus foi com muita luta que a 1ª e 2ª Conferência Municipal das Cidades foram realizadas, se os movimentos não fossem para a rua lutar, essa questão ficaria no esquecimento (entrevista/2012).

A Conferência das Cidades é o mecanismo utilizado pela sociedade civil para propor ao Estado políticas que visam construir a cidade que queremos. Conforme dados da Secretaria Estadual ela “foi criada pelo Ministério das Cidades para consolidar a parceria entre os governos e a sociedade civil – construir um modelo de política urbana com a participação efetiva dos municípios” (SEDRU, 2010<sup>12</sup>). Um dos pontos principais debatidos nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais das Cidades foram os aspectos relacionados à Habitação, Gestão Democrática, Saneamento, Transporte havendo avanços de uma Conferência para outra. Até o momento foram realizadas em 4 Conferências em âmbito Nacional, 4 no Estado do Amazonas e 2 no Município de Manaus.

---

<sup>12</sup> Consulta aos dados disponíveis no site <http://www.urbano.mg.gov.br/municipios/conferencia-das-cidades>, em 25 de abril de 2013.

Gohn (2011, p. 15) destaca que os movimentos sociais desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil à medida que formam sujeitos sociais para a atuação em rede. Trata-se de “redes de governança que procuram articular as experiências de inovações da gestão pública como fóruns das prefeituras que adotam o Orçamento Participativo; redes de entidades afins, como as redes de ONGs etc.”.

Ao longo da história das Conferências das Cidades tanto no âmbito municipal como estadual os movimentos sociais sempre estiveram presentes na luta por uma cidade melhor aprovando propostas que visavam direcionar o poder público em suas ações. No que tange à questão habitacional algumas políticas foram apresentadas pelos movimentos e aprovadas pelos delegados nas Conferências. Matos, 64 anos, membro do Concidades Nacional destaca que das Conferências Nacional das Cidades foram colocadas em práticas as seguintes propostas:

1ª CONFERÊNCIA – 2003: 1) Criou o Conselho das Cidades; 2) Integração das Políticas Urbanas; 2ª CONFERÊNCIA – 2005: 1) Políticas Metropolitanas; 2) Gestão Democrática das Políticas Urbanas; 3) Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; 3ª CONFERÊNCIA – 2007: 1) Plano Nacional de Habitação; 2) Política Nacional de Saneamento, Mobilidade, Acessibilidade e Transporte; 3) Conflitos Fundiários Urbanos; e 4ª CONFERÊNCIA – 2010: 1) Conselhos, Planos e Fundos; 2) Estatuto das Cidades – aplicação; 3) Programas e Políticas Urbanas (entrevista, 2013).

O Fundo Nacional de Habitação - FNH, apresentado na 1ª Conferência Nacional das Cidades encontrou forte oposição da equipe econômica e só foi aprovado em 2005 e instalado em julho de 2006, e ao invés de ser institucionalizado como um fundo financeiro foi instituído como um fundo orçamentário, o que limitou seu papel. A mesma política instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e exigiu de Estados e municípios a criação de uma estrutura institucional, com fundo, conselho e plano de habitação, para que tivessem acesso aos recursos federais.

A participação popular foi forte nas Conferências das Cidades em Manaus, principalmente por ter sido através da luta dos movimentos sociais que elas ocorreram. A Conferência é o fórum adequado e privilegiado de elaboração de políticas públicas para a cidade. Adnamar Santos representante do Fórum da Reforma Urbana do Amazonas destaca que “se não tivéssemos encampado a Conferência das Cidades de Manaus, que depois teve a

participação da Prefeitura Municipal de Manaus, ela não teria ocorrido, pois são através das Conferências que levamos nossas propostas de como queremos as cidades” (entrevista/2013).

De acordo com Lefebvre (2001, p. 113) “apenas grupos, classes ou frações de classes sociais são capazes de iniciativas revolucionárias e podem se encarregar das, de levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará obra”.

Conforme o Estatuto das Cidades (2001, p. 214),

A Conferência tem por objetivo mobilizar o Governo e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas, definir uma agenda da cidade contendo um plano de ação com as metas e prioridades sociais para a cidade. As Conferências devem ser instituídas como componente do sistema de gestão da política urbana, podendo se realizar no período de cada dois anos para avaliar a política urbana e definir as ações de governo e da sociedade.

De acordo com Bentes (2005, p. 72) “é em meio às transformações que ocorreram na cidade que um fenômeno passa a ganhar maior visibilidade no município de Manaus: a ocupação densificada das áreas dos igarapés por famílias de baixo poder aquisitivo, a qual tem na migração um fator preponderante”.

Para Valle (2003) as razões que levaram aos aterros dos igarapés da área central da cidade estão relacionadas à ocupação e ao crescimento do espaço urbano de forma desordenada. Esta é uma problemática social que parece se impor como um problema estrutural, haja vista que desfigurou a fisionomia da cidade de Manaus. Este foi o debate mais intenso e acirrado ocorrido por ocasião das consultas públicas de revisão do Plano Diretor de Manaus, em 2011, cujo tom do conflito vimos anteriormente na fala de Cristiane Sales, uma das lideranças que teve participação ativa nesse processo de revisão do Plano Diretor. De acordo com Scherer (2009, p. 130-131),

A riqueza socialmente produzida não é distribuída igualmente. Ela convive com um outro lado, que se expressa nas mais graves privações e sofrimento humano: a pobreza que se espalha nos diversos espaços e territórios, seja periféricos e centrais fruto da expansão desordenada e, também, nos igarapés que cortam a cidade e assim como nas áreas ribeirinhas.

Para Lefebvre (2001) a estratégia de renovação urbana se torna necessariamente revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas. Para este autor, “a estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de

forças políticas para se torna atuante. Ela não age por si mesma. Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela” (LEFEBVRE, 2001, p. 113).

De acordo com Bobbio (2004) o direito dos proprietários do poder era levado ao direito fundamental, mas nas sociedades dos países da primeira revolução industrial, quando entraram em cena os movimentos operários, o direito ao trabalho foi levado ao direito fundamental. Para este autor,

A reivindicação do direito ao trabalho como direito fundamental – tão fundamental que passou a fazer parte de todas as Declarações de Direitos Contemporâneas – teve as mesmas boas razões da anterior reivindicação do direito de propriedade como direito natural (BOBBIO, 2004, p. 71).

Scherer (2009) deixa claro que a Zona Franca contribuiu muito para o processo de desenvolvimento desordenado da cidade de Manaus e que não obstante ter propiciado emprego formal durante longos anos, hoje o índice de desemprego é bem significativo, grassando fortemente o trabalho informal. Ou seja, “a cidade de Manaus é atravessada de ponta a ponta pelo trabalho informal” (SCHERER, 2009, p. 137). Uma das mulheres que compõem a amostra desta pesquisa revela que participa de movimento social porque,

A gente vai e vem de um lado para o outro, por que quem vive de aluguel é assim. Quando vim pra Manaus pensava em uma vida boa, mas não foi possível. Hoje batalho pela minha casa própria porque estou desempregada e faço bico e se não for através da luta do movimento social como conseguiria a minha casa? A gente tem que participar (G. T., 50 anos, entrevista/2013).

De acordo com Scherer (2009) os segmentos socialmente vulneráveis não se restringem a morar em áreas periféricas, a maioria dos pobres vive nas cidades e regiões metropolitanas sem as condições básicas de subsistência. Um dos sujeitos ouvidos nesta pesquisa aponta para o fato de que,

A população necessita de condições básica para sua subsistência e a moradia é uma delas, como nossas mulheres poderão oferecer condições dignas a seus filhos e inserir-se no mercado de trabalho se não tem suas casas. Migram constantemente de um lugar para o outro e em virtude da falta de emprego acabam vivendo nas periferias. Dessa forma faz-se sim necessária a mobilização que vem sendo feita em Manaus para garantir o direito a terra para a população (Alcir Matos, membro do Concidades Nacional, entrevista/2012).

Conforme Pereira (2007) a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em seu artigo 1º preconiza que a assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado, através da política não contributiva pública e da sociedade, visando o atendimento das necessidades básicas. A provisão social prevista na LOAS deve ser compatível com as demandas das necessidades que lhe dão origem, ela tem que deixar de ser mínima ou menor, para ser básica, essencial, ou precondição à gradativa otimização da satisfação dessas necessidade. Pereira (2007, p. 27) destaca que “o primeiro passo nessa revisão é conceber provisões e necessidades como conceitos correlatos, guiados pela preocupação política de fazer com que as provisões básicas – em vez de mínimas -, que não são responsabilidades exclusivas da assistência social, sejam cada vez mais otimizadas”.

A autora ainda chama a atenção para o fato de que as políticas de provisão social só terão racionalidade e eficácia se estabelecerem inter-relações ou nexos orgânicos no seu próprio âmbito e com políticas econômicas.

Iamamoto (2009, p. 26-27) chama a atenção para o fato de que,

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material.

Essa argumentação da autora está na base das bandeiras de luta dos movimentos sociais. A habitação é um dos pilares sociais da população e da produção da vida material assim como todos os outros direitos sociais. Torres (2005) destaca que além da luta por melhores condições salariais e de trabalho as trabalhadoras do PIM também organizavam-se no movimento sindical, reivindicando creches para seus filhos e moradia digna para todos os trabalhadores. Elas representavam em 2000, segundo dados do IBGE (2000), mais de 39% das trabalhadoras economicamente ativas em Manaus seja no âmbito do PIM ou de outras empresas, mas este dado expressivo ainda revela, segundo a autora, condições de desigualdade, seu salário ainda é inferior ao dos homens.

Para Lefebvre (2001, p. 11) “o processo de industrialização é indutor e entre os induzidos estão os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana”. Para o autor as novas configurações da cidade permitem dizer que ela, tal como a fábrica, faz a concentração dos meios de produção

num pequeno espaço: ferramentas, matérias – primas, mão de obra. Veja o que diz uma das entrevistadas desta pesquisa:

A cidade cresce, a indústria, a política e tudo mais, menos os nossos direitos. Manaus tem a grilagem constante em seu seio e nós do movimento social não aceitamos a segregação socioespacial que é feita com nosso povo. Nosso povo sabe o que quer e ele quer o Direito a Cidade, seu lugar, sua terra. Esse é um direito nosso e não vai ser indústria, grilagem, político que vai tirar isso da gente. O movimento vai pra rua e não deixa que nos esqueçam (J.C., 30 anos, entrevista/2012).

Para Torres (2005) as mulheres são protagonistas ativas desse processo em Manaus. O movimento de mulheres tem crescido e vem construindo a cidadania do direito à terra desde a implantação da Zona Franca de Manaus. De acordo com a autora a inserção da mulher no mercado formal, sobretudo na indústria, corresponde a uma exigência do capitalismo mundial que levou consigo a herança de um sistema patriarcal responsável pela ideia familista e doméstica que envolve a formação das mulheres presente não só nas noções de destreza, perfeccionismo e acuidade que são habilidades atribuídas às mulheres, mas também e sobretudo, presente na discriminação salarial delas. De acordo com Torres (2005, p. 137),

O fato da mulher ter sido requisitada pelo capital e inserida no processo produtivo por força de uma exigência do mercado, contribuiu para que ela ocupasse postos mais baixos que os homens na hierarquia ocupacional; contribuiu para que ela tivesse menos chance de ascensão profissional; contribuiu para que as mulheres percebessem sempre salários mais baixos e apresentassem uma maior instabilidade no emprego.

A industrialização e as promessas de riqueza veiculadas nos meios de comunicação contribuíram em grande medida para o deslocamento de muitas pessoas para Manaus, sendo pois, as mulheres e as crianças os sujeitos mais vulnerabilizados submetidos a esse processo. Os baixos salários das mulheres não lhes permitia arcar com aluguel de casa na cidade, mesmo aquelas que contavam com os ganhos dos maridos. De acordo com uma das lideranças femininas entrevistadas,

Nossas mulheres vieram com os maridos e acabaram assumindo sozinhas a casa, mais que casa posto que vivem de forma subumana, muitas vezes nas calhas dos igarapés sem nenhuma infraestrutura. Quando ficam desempregadas e sem casa vão sempre buscando um aluguel mais barato. Nós, dos movimentos sociais lutamos para que essas famílias, maioria chefiadas por mulheres, tenham sua terra (Cristiane Sales, entrevista/2012).

O *déficit* habitacional no Brasil e em Manaus aumenta conforme a expansão populacional sem o devido planejamento da cidade, levando as classes subalternas a um processo de segregação. Esperamos que essa situação alcance mudanças com a revisão do Plano Diretor de Manaus. Conforme Alcir Matos, liderança da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e membro do Concidades Nacional,

Queremos qualidade de vida e lutamos para que o *déficit* habitacional brasileiro seja acabado, mas sabemos que esse processo não ocorrerá da noite para o dia. Em Manaus estamos empoderando os movimentos sociais para que façam suas ações de forma a garantir o sucesso na luta do povo (entrevista/2012).

Lefebvre (2001) assinala que a renovação da cidade é condição *sine qua non*. Deve-se elaborar estratégia urbana tendo como suporte as forças sociais e políticas, envolvendo o Estado e a participação popular. Um dos entrevistados desta pesquisa chama a atenção para o fato de que “não podemos fazer o que o poder público quer, precisamos ter articulações para que nossa voz seja ouvida e nossas ações tenham legitimidade. Precisamos sentar à mesa de negociação, senão, como iremos conseguir nosso espaço urbano digno” (Matos, UNMP, entrevista/2012).

É preciso compreender a vida cotidiana como o palco de lutas e conflitos, mas também como produção de situação de segurança e vida digna. Os movimentos de luta pela moradia buscam através de suas ações fazer ecoar a voz do povo para a conquista de seus direitos, os quais são obtidos às “duras penas”, sem perder a esperança, pois um dia eles serão conquistados como está acontecendo com o Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades.

### 1.3. O movimento feminista nas conferências das cidades

As reivindicações de qualidade de vida para as mulheres não é recente, remonta os primórdios do século XVIII quando esta temática já se fazia presente na pauta de discussões. Mary Wollstonecraft já exigia em seus escritos a independência econômica das mulheres como forma de emancipação social e de respeito pela igualdade. Desde esse período as mulheres encontram-se na pauta de reivindicações que vão desde o sufrágio universal do voto até a inserção no mundo do trabalho.

O Movimento Feminista é um dos movimentos sociais que mais teve avanço no mundo e no Brasil, e já obteve significativas conquistas ao longo da luta em favor das mulheres. Três ondas ou três momentos marcaram a expressão do feminismo no mundo inteiro, cujas lutas e reivindicações foram fundamentais para a construção de políticas para as mulheres que acontecem na atualidade. As conquistas das mulheres não ocorreram só no que tange à questão do trabalho, mas também no aspecto do alcance dos espaços de poder, da elevação no seu nível educacional dentre outros. O horizonte da luta das mulheres é o ideário do alcance da igualdade nas condições de vida, de trabalho e nas relações sociais. Busca-se construir um mundo mais saudável nas relações entre homens e mulheres.

O feminismo é um movimento social que já trouxe contribuições consideráveis à história, contribuindo para o desenvolvimento de novos hábitos e modos de pensar não preconceituoso em relação às mulheres. No Brasil o feminismo como movimento social inicia suas atividades na década de 70, mas só ganha visibilidade a partir de “1980 a 1985 quando teve sua importância redimensionada no Brasil. Isto porque começava a institucionalizar-se e também a difundir-se na cultura de massas” (SILVA, 2004, p. 94). De acordo com essa mesma autora,

Em 1979 realizou-se em Fortaleza o Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a grande reunião anual de todas as ciências [...]. Nesse ano apareceram feministas do Brasil inteiro, e fizemos uma reunião coordenada por Albertina Duarte. O feminismo nesse ano de 79 se espalhou por todo o país. O movimento até então existia só no Rio e São Paulo. Nesse Congresso, encontramos mulheres de todos os Estados do país, e elas fundaram os primeiros grupos feministas fora do eixo Rio - São Paulo. Foi um ano importantíssimo para a difusão das idéias feministas (SILVA, 2004, p. 94).

O movimento feminista no Brasil assume o ideário da igualdade nas relações de gênero, respeitando-se as diferenças. O engajamento das mulheres na luta do feminismo não

ocorre de forma corporativista e unilateral. Para Torres (2005), as mulheres não querem ser superiores aos homens, elas lutam por direitos e oportunidades iguais aos homens permanecendo diferentes deles. Segundo a autora ser diferente dos homens não quer dizer que as mulheres não devam ser iguais a eles no âmbito das oportunidades e dos direitos sociais.

Pinto (2003, p. 44) considera que a organização do feminismo é fundamental para a força que as mulheres foram adquirindo ao longo dos anos. Tem início “nos anos de 1970, principalmente nos bairros pobres, onde as mulheres começam a lutar também por melhorias nos postos de saúde, nas escolas, nas creches e nos serviços públicos em geral”.

A luta pela igualdade de gênero no MST já computa certo avanço. Algumas conquistas foram obtidas com os Encontros do Coletivo Nacional das Mulheres como, por exemplo, a garantia da participação de 50% de mulheres na sua diretoria, a inclusão de formação sobre a temática de gênero dentro dos assentamentos dentre outros. Santos (2010) vê a prática de luta e organização do MST como um exemplo para o mundo. Na opinião deste autor o MST é o maior movimento social da cidadania mundial em torno da terra. Mesmo enfrentando sanções e repressão consegue mobilizar a sociedade em todo país em torno da luta pela terra.

De acordo com Silva (2004, p. 96),

As mesmas mulheres que defenderam suas casas, suas crianças, seus companheiros e suas tralhas da violência ignóbil da polícia em Guariba, as mesmas que residem nos acampamentos, sofrendo toda sorte de privações nas beiras das estradas brasileiras, lutando por um pedaço de terra neste imenso e injusto País, as mesmas estarão, com seus companheiros sem-terra, unidos, reunidos em Curitiba, neste grande acontecimento político e nacional. E aí que está a mudança viável para o Brasil que vem da luta dos brasileiros em geral e das mulheres, muito especificamente.

As lutas dos movimentos por moradia se tornam cada vez mais marcantes e significativas com a presença das mulheres nesse processo, pois elas possuem força e liderança em suas atitudes. Muitas vezes são elas que tomam a decisão ou até mesmo possuem o poder de decisão nos encaminhamentos do movimento. O MST tem um perfil eminentemente masculino em suas atitudes e lideranças, mas com o passar dos anos as mulheres foram ganhando espaço e sendo reconhecidas como grandes lideranças.

A Irmã Helena Augusta Walcott, uma das fundadoras da luta pela terra em Manaus, ouvida nesta pesquisa aponta que “a população sabia que precisava estar unida para que suas reivindicações fossem ouvidas, não dispersávamos e nem nos deixávamos abater. A ocupação é feita para ganharmos a terra e não tínhamos nenhuma intenção de voltar, quando entrávamos

era para não voltar” (entrevista/2012). Sem a organização e liderança desta religiosa a população não teria conseguindo avançar em suas conquistas e garantido o direito à moradia.

Torres (2005) assinala que em Manaus as mulheres tiveram uma inserção forte no processo de organização política do operariado, e isto, exigiu delas um preço muito alto. De acordo com essa autora,

A saída das mulheres da esfera privada para a esfera pública possibilitou-lhe o contato com uma rede de relações que implicariam novos saberes e novas informações que redefiniriam suas relações com as família. A participação política da mulher teve o seu preço e exigiu coragem para enfrentar um universo assaz dominador (TORRES, 2005, p. 57).

Uma das conquistas significativas de reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos adveio com o título da terra em seu nome, o que não era possível em tempos passados. Para Silva (2004, p. 100) “[...] a inscrição em nome da família não deixa de ser uma forma de garantir mulheres no grupo, mesmo que elas estejam ocultadas sob o nome do marido, que é quem aparecia no título da terra até 1988, ano em que as mulheres passaram a ter direito ao título da terra também”. A partir desse reconhecimento cresceu ainda mais a presença das mulheres na luta pela moradia tanto no espaço urbano quanto no rural, com voz ativa e poder de decisão.

Com o advento do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades os movimentos de mulheres conseguiram colocar-se no processo de gestão do Programa como sujeitos capazes de administrar políticas sociais, com o devido reconhecimento do Estado como vimos anteriormente. Este Programa visa garantir o direito à moradia digna às mulheres chefes de família e em vulnerabilidade social, posto que o deslocamento migratório trouxe muitas mulheres chefes de família para Manaus, ocasionando uma má qualidade de vida para a maioria delas.

A criação do Ministério das Cidades no início do ano de 2003 trouxe consigo uma nova esperança no que concerne ao enfrentamento do *déficit* habitacional no Brasil e no Amazonas. O descaso com a política pública de habitação começa a ser superado e com o Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades as mulheres passam a ter seus direitos assegurados. Uma das lideranças feministas ouvidas nesta pesquisa revela que,

O programa garantirá às mulheres os seus direitos, pois muitas vivem hoje de um lado para o outro pagando aluguel, porque a única casa que tinha (um 4X4) o companheiro vendeu e foi embora sem dar nada para ela e ainda deixou com os filhos menores. Através da conquista dos movimentos sociais

de luta pela terra, com o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades nós dos movimentos podemos desenvolver o processo e garantir a dignidade humana para essas mulheres. Com esse Programa a casa sai no nome da mulher, o homem não poderá mais deixar-la sozinha com os filhos sem um lar, pois o direito é dela, o bem é dela. Isso é uma grande vitória para nossas mulheres tão sofridas (Florismar, 51, entrevista/2012).

Torres (2005) destaca que sem a luta das mulheres no PIM o operariado não teria avançado em Manaus. Elas estão na raiz do movimento operariado local, empunharam grandes bandeiras e obtiveram grandes conquistas como a ampliação da licença maternidade para 90 dias antes da Constituição Federal de 1988 e abertura de vagas nas creches para os seus filhos.

A participação das mulheres no MST também assume aspecto central na luta de forma ativa, não são meras coadjuvantes, na medida em que estão nas frentes de atuação das ocupações de terras, assim como coordenam atividades importantes de formação nos assentamentos. Perrot (2008) chama a atenção para a importância e presença marcante das mulheres na formação das lideranças dos movimentos de moradia, que é onde elas ganham voz, espaço e conquistaram vários direitos hoje existentes. As mulheres mostram que não se deixam abater e nem fogem à luta, são ativas e corajosas, não se deixando intimidar pelas forças de poder.

Elas passaram a ser reconhecidas definitivamente como sujeito das políticas públicas a partir de 2003 quando instala-se o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que cria, no primeiro dia de Governo, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Este reconhecimento deve-se à luta do feminismo no Brasil articulado à luta mundial das mulheres que conquistaram na Conferência de Beijing (1995) a inserção do corte de gênero nas políticas públicas dos países signatários das Organizações das Nações Unidas (TORRES, 2005). Uma das mulheres que compõem a amostra deste estudo faz um relato emocionado nos seguintes termos:

Para nós que somos do chão de fábrica é um sonho sendo realizado ver esse Programa acontecer em Manaus. Temos tantos dos nossos direitos sendo violados e quando o Programa vem a gente tem a oportunidade de sair do aluguel. Essa luta será também das mulheres do chão de fábrica, porque não é porque a gente tem emprego com carteira assinada que não temos esse direito. Muita gente diz que a gente não podia se inscrever, mas com R\$ 1.300,00 a gente não consegue fazer financiamento da casa própria e nem dá porque depois que pagamos água, luz, aluguel, comida não sobre nada. As pessoas parecem que não entendem (M.S., 40, entrevista/2013).

Essa conquista marca, definitivamente, o reconhecimento do sujeito mulher na pauta do Governo e nas políticas públicas. E, como nos diz Torres (2005), as mulheres operárias são pioneiras na luta aqui no Amazonas. Elas não podem ser excluídas dessa conquista que é delas. Uma das lideranças feministas ouvidas nesta pesquisa afirma que “as mulheres têm obtido conquistas consideráveis através da luta do movimento feminista, o Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades é um grande exemplo” (Cristiane Sales, entrevista/2012). A reivindicação das mulheres pela moradia de cunho popular é também a luta por equipamentos sociais que garanta a elas e a seus filhos qualidade de vida, junto com um endereço digno, um pedaço de terra, melhores condições de existência.

Ao se inserir no protagonismo da esfera pública as mulheres enfrentam grandes desafios. De acordo com Pinto (1992, p.131) a participação ou “a adesão coloca o sujeito frente a novas relações de poder, e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança”.

A luta das mulheres em Manaus tem seus marcos no chão de fábrica. Torres (2005) considera que as principais conquistas do movimento de mulheres em Manaus relaciona-se diretamente com sua atuação no PIM e nos movimentos sindicais. A licença maternidade de 60 para 90 dias, conquistada antes da Constituição Federal de 1988 como vimos anteriormente é um dos maiores exemplos. Com a promulgação da Constituição Federal as mulheres de todo o país ampliaram a licença maternidade para 120 dias. O Amazonas saiu na frente. Na verdade quando o feminismo avança no país as mulheres amazonenses já estão um passo à frente em alguns aspectos. As operárias do então Distrito Industrial de Manaus sempre estiveram “antenas” com as comissões nacionais de mulheres das fábricas do ABC Paulista, participavam de encontros e debates nacionais para organizarem a luta no Amazonas (TORRES, 2005).

A participação dos movimentos de mulheres na luta pela moradia foi expressiva no processo de revisão do Plano Diretor de Manaus. Os movimentos sociais de mulheres fizeram-se presente em todas audiências públicas com o propósito de garantir que suas propostas fossem aprovadas a fim de que o direito à cidade alcançasse os segmentos femininos subalternizados. Conforme Cristiane Sales, “as mulheres estão aqui e precisam ser ouvidas, elas que usam nossa cidade e são elas que precisam de casa, os vazios urbanos devem ser destinados para a Habitação de Interesse Social” (entrevista/2011). A luta nas audiências públicas foi intensa e, mesmo que os movimentos sociais não tenham conseguido aprovar o destino dos vazios urbanos, eles são vitoriosos porque conseguiram incluir a mobilidade urbana, interferiram na reorganização da malha viária de forma a atender as

reivindicações populares, bem como o transporte coletivo de qualidade dentre outras questões. Conforme Adnamar Santos,

O Estatuto das Cidades é muito claro, precisa estar na mesa de negociação das audiências públicas, o processo tem que ocorrer com a presença de todos os segmentos envolvidos, não deixamos passar, lutamos até o fim para garantir o direito a terra da nossa população (entrevista/2011).

Além da organização das mulheres no PIM, outros movimentos foram surgindo em Manaus em favor dos direitos das mulheres. Elas organizaram a luta a partir de uma pauta advinda das demandas mais emergenciais como o direito à creche, moradia condigna, baixa nos custos dos alimentos, contra a inflação galopante dentre outras reivindicações. Conforme Torres (2005, p. 50) “o espírito de valentia, combatividade e enfrentamento da contradição capital/trabalho por parte das operárias amazonenses, depõe contra a imagem da mulher submissa e despolitizada”. Uma das mulheres que compõem a amostra deste estudo relata que

Sempre fui valente, lutava pelos meus direitos, mas quando fui conviver com meu ex-companheiro parecia que minha voz estava sufocada. Não podia trabalhar, pois ele dizia que a mulher era para cuidar dos filhos, isso me incomodava. Anos se passaram e não deu certo nossa relação, mas precisava arcar com todas as despesas dos meus filhos e fui em busca de emprego, nossa! Como foi difícil, eu não tinha experiência e pouca formação, mas consegui. Mas não era suficiente para oferecer a meus filhos uma qualidade de vida, o pai não ajudava, pois sempre alegava estar desempregado, então era apenas eu para sustentar meus filhos. Quando adentrei ao mercado de trabalho comecei a questionar por que éramos tão exploradas e recebíamos tão pouco, a sensação que eu tinha é que achavam que por sermos da região não sabíamos os nossos direitos, isso me fez ver que é necessária a luta constante e quando visualizo a luta dos movimentos sociais em Manaus, percebo o quanto avançamos e que ainda há muito para avançarmos (R.S., 38 anos, entrevista/2013).

Para Torres (2002, p. 64) a reivindicação das mulheres de forma organizada as coloca num processo de luta para reverter a situação de enclausuramento à esfera privada que historicamente as segregou. A sua entrada na esfera pública representou um desafio para elas “as quais tiveram de provar cotidianamente a sua capacidade intelectual, ao desempenhar ofícios e profissões no espaço público”.

Uma assistente social do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo ouvida neste estudo relata que,

Ao longo do processo de cadastramento, seleção, organização e formação das mulheres beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida –

Entidades percebemos que algumas das mulheres que atendemos encontram-se num processo de submissão, mesmo estando no século XXI. Por inúmeras vezes somos surpreendidas ao realizarmos a entrevista socioeconômica com a (o) beneficiária (o), que o marido quer que o imóvel saia no nome dele, pois eles alegam que são eles que vão pagar. É necessária toda uma intervenção e acompanhamento para essa família, posto que no próprio lar essas mulheres ainda enfrentam o processo de dominação e o que me chama mais atenção é que algumas dessas mulheres trabalham fora e não dependem exclusivamente do marido (Tatiane Franco Nascimento, entrevista/2012).

Segundo Nogueira (2001) as relações pautadas pela desigualdade entre os sexos são creditadas à sedentarização das comunidades humanas e ao surgimento da propriedade privada, tendo em vista as consequências desses processos uma vez que a sedentarização tornou o ser humano capaz de compreender e dominar aspectos variados da natureza e a detenção da propriedade, que fez surgir a necessidade de transmitir bens hereditários a filhos cuja paternidade fosse indiscutível. Para esta autora à medida que as civilizações se desenvolveram os sistemas de gênero – relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada sexo – foram tomando forma também, pondo fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres e com essas mudanças ampliou-se as diferenças entre os sexos.

A autora chama a atenção para o fato de que algumas mulheres e mesmo alguns homens não ficaram inertes frente às mudanças sociais que aconteciam a sua volta e contribuíram para a desconstrução desse padrão social, objetivando superar a cultura patriarcal e o machismo. Foi a partir de um movimento socialmente organizado, de forma coletiva que elas se destacaram na luta pela conquista de direitos para o segmento feminino numa sociedade que as desvalorizava.

Para Torres (2002) por muitos anos as mulheres tiveram condições mínimas de acesso, já seu papel estava restrito a esfera privada. Para esta autora, “no plano ideológico, a condição biológica da mulher como reprodutora assume um aspecto determinante que justifica a situação de dominação a que fora submetida” (TORRES, 2002, p. 54).

As mulheres eram encorajadas a sair de casa para trabalhar, mas, ao mesmo tempo, novos discursos às levavam a questionar se realmente seu papel era na esfera pública. Nogueira (2001, p. 135-136) enfatiza que,

A expansão das oportunidades de emprego durante e após a guerra não significou maior igualdade para as mulheres no trabalho; pelo contrário, existiram pressões contraditórias no que diz respeito à resposta das mulheres a essas oportunidades. Se, por um lado, as mulheres foram encorajadas a assumir os trabalhos que lhes eram oferecidos, por outro lado, eram

bombardeadas com mensagens contraditórias, que acentuavam que seu verdadeiro lugar era em casa a tratar da família. O discurso típico dos anos 50, que referia os malefícios psicológicos que uma mulher casada e com filhos trabalhar fora de casa poderia provocar nos seus filhos constituiu uma mensagem de desencorajamento, provocando sentimentos de culpa e ansiedade para as mulheres que assumiam múltiplos papéis.

Torres (2002) chama a atenção para o fato de que surgiu no processo de industrialização cursos de economia doméstica para que as mulheres tivessem acesso a educação formal, uma vez que aquela época foi o momento em que se verificou uma crescente saída das mulheres para a esfera pública, ocupando em sua maioria espaços nas fábricas. Para esta autora “a educação formal dirigida às mulheres expressa uma particularidade ideopolítica voltada para a manutenção de valores dominantes, os quais associam conteúdos escolares à “missão” da mulher, ou seja, às concepções de gênero” (TORRES, 2002, p. 69).

Para Silva (2004) é a partir da CF de 1988 que as mulheres passam a ter direito de terem seu nome inserido no título da terra, uma vez que este direito até esse período só pertencia aos homens, sendo considerado pela autora como uma conquista para as mulheres. A Constituição Federal (1988, p. 123) em seu Artigo 183. § 1º destaca que “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente do estado civil”. Esta situação foi regulamentada pela Medida Provisória nº 561 de 2012 que acrescenta à Lei Federal nº 11.977, de 7 de Julho de 2009 que trata do Programa Minha Casa Minha Vida o seguinte texto: “nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do Orçamento-Geral da União, do FAR e do FDS, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS”. A Lei Federal nº 11.977 (2009) já tratava do título do imóvel ser no nome da mulher quando em seu Artigo 35 ela destaca que “os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher”.

Torres (2005, p. 162) chama a atenção para o fato de que a industrialização, em Manaus, reproduz e reintroduz formas assimétricas das relações de gênero em vários sentidos, mas “não se pode negar que ela trouxe expectativas de emancipação para as mulheres”. Uma das lideranças feminista que compõem a amostra deste estudo revela que,

É através da luta que conseguimos avançar ao longo dos anos em Manaus, mas o Fórum de Mulheres esta sempre presente nas ações, pois hoje temos um espaço de debate onde as vozes das mulheres são escutadas, muitas de nós passamos pelo Distrito Industrial de Manaus e lá também fizemos parte da luta e sei como é duro o chão de fábrica, mas acredito que através da luta unida dos movimentos ainda conseguiremos muitos avanços e conquistas no que tange às políticas públicas para as mulheres (Florismar, 51 anos, entrevista/2012).

Conforme Torres (2005) perceber e compreender as formas de expressão das mulheres operárias é respeitar o tecido comum dos direitos trabalhistas e sociais, que assumiu centralidade na identidade operária das mulheres. Para esta autora “não deixa de ser oportuno notar que, nas sociedades modernas, a cidadania é uma categoria travejada pelo trabalho. Foi em decorrência da contradição capital / trabalho que as classes trabalhadoras colocaram em curso o processo de construção de sua identidade classista” (TORRES, 2005, p. 216).

Para Perrot (2008) o feminismo age através de manifestações públicas. Para esta autora raramente as manifestações feministas eram violentas, elas se organizavam em forma de lutas e por não aceitarem a discriminação e submissão a que eram submetidas, as mulheres protestaram contra o Código Civil e outras formas arbitrárias que a sociedade lhes impunha.

De acordo com Torres (2005) a inversão de papéis sociais no âmbito das relações de poder no lar é umas das mudanças que precisa ser lembrada na atualidade em relação à ascensão das mulheres chefes de família. Para esta autora “o padrão de autoridade e hierarquia masculina entra em declínio” (TORRES, 2005, p. 170).

As mulheres possuem inserção significativa e indiscutível nas lutas contemporâneas seja empunhando bandeiras eminentemente feministas ou bandeiras de caráter popular como aquelas que envolvem a conquista do direito de moradia e equipamentos urbanos. Para Viana (2005, p. 87),

A determinação feminina de obter a dignidade na condição de moradia desafia limitações anátomo - fisiológicas sócio-econômicas e amarras conjugais quando a relação com o companheiro fica impossibilitada face à rebeldia feminina em escolher os próprios caminhos passando por cima das reticências e idiosincrasias masculinas São mulheres que desbravam capinam constroem negociam. planejam e podem até mesmo romper os laços de conjugalidade por descobrirem-nos limitantes de suas possibilidades como sujeitos de direito.

Para Leite (2007) o acesso à moradia adequada tem sido tratado não apenas como acesso a uma unidade habitacional simplesmente, mas também a requisitos que possibilitem a

utilização dessa unidade integrada a sistemas de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos.

Torres (2005) chama a atenção para o fato de que foi a partir da tomada de consciência das contradições capital / trabalho que as operárias da Zona Franca de Manaus construíram a luta das mulheres com suas reivindicações específicas, encampando mesmo sem perceber, a luta feminina no chão de fábrica, reivindicando melhorias inerentes ao gênero feminino com bravura e disposição política.

O movimento de mulheres assim como os outros movimentos sociais de luta por moradia, precisam manter a força e articulação para que suas conquistas continuem acontecendo, pois, se não mantiver o alerta ininterrupto da luta, ela estaciona.

## CAPÍTULO II – POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL CONTEMPORANEO

O que verdadeiramente somos é aquilo  
que o impossível cria em nós  
(Clarice Lispector).

### 2.1. Ministério das Cidades e o Programa Minha Casa Minha Vida

A problemática habitacional no Brasil é antiga e representa um dos graves problemas vivenciados pelas classes subalternas na medida em que acarreta outros problemas como doenças, falta de saneamento, condições totalmente insalubres dentre outras. A habitação é um tema debatido há muitos anos, mas só foi reconhecida pelo Estado a partir da década de 30 e 40, e o seu enfrentamento só ocorre no período pós-64. É o que afirma Silva e Silva (1989, p. 29), a saber:

A situação da classe trabalhadora no Brasil se agrava mais a partir de 1964, quando três elementos se associam na garantia da reprodução ampliada do capital: superexploração da força de trabalho, numa busca de níveis cada vez mais elevados de mais valia absoluta e relativa que garantissem a superacumulação; crescente concentração de renda e da riqueza nacional; e forte repressão política da classe trabalhadora, o que se agrava com a instabilidade no emprego, substituída pelo estabelecimento do FGTS.

Nas últimas décadas o crescimento desordenado das cidades proveniente dos processos de desenvolvimento econômico do país foi responsável pelo desordenamento urbano e pela transformação territorial. As cidades passaram, então, a contar com estabelecimentos mais diversificados de comércio e serviços sem a devida atenção dada pelo poder público à vida da população, especialmente das camadas subalternizadas que necessitam de equipamentos básicos como a moradia e os equipamentos sociais, sem contar que há também a necessidade de transporte coletivo de qualidade e urbanização. Note-se que “todos os processos de transformação urbana aos quais as cidades estão sujeitas são reflexos de fatores externos (política, economia) ou agentes internos (poder público, investidores privados), que impactaram no ordenamento do território” (Apostila do Curso de Reabilitação Urbana com Foco em Áreas Centrais, p. 1, 2013).

A instituição do Ministério das Cidades em janeiro de 2003 atende à uma demanda histórica dos movimentos sociais que tinham como pauta de luta a criação de uma instância

federativa na área habitacional desde a década de 70. Historicamente, o Estado brasileiro esteve preocupado com os problemas sanitários e com as consequências do período colonial escravista que ainda tem interferência no desenvolvimento urbano atual, através da política do favor (clientelismo), “doando” as terras devolutas com planos e leis que favoreceram às elites da época.

A criação deste Ministério constituiu-se no fator inovador das políticas urbanas na medida em que superou o recorte setorial da habitação, do saneamento, dos transportes (mobilidade) e trânsito para integrá-los levando em consideração o uso e a ocupação do solo. Conforme dados do Ministério das Cidades<sup>13</sup> outro aspecto fundamental desta criação está na busca da definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano em consonância com os demais entes federativos (município e estado), demais poderes do Estado (legislativo e judiciário) além da participação da sociedade civil visando a coordenação e a integração dos investimentos e ações nas cidades do Brasil dirigidos à diminuição da desigualdade social e à sustentabilidade ambiental. Luzarina Varela, representante do Fórum de Mulheres de Manaus, ouvida nesta pesquisa destaca que,

As mudanças na cidade de Manaus são visíveis e as transformações econômicas ocorridas no Amazonas foram um dos fatores que determinaram as mesmas. Com elas também vieram as problemáticas sociais e nós dos movimentos sociais começamos a buscar saídas e o Estado para solucioná-las. Mas a luta é difícil pois há fatores que vão além, como é o caso dos grandes investimentos econômicos que não pensam na população que vivem em condições precárias que precisam dos equipamentos sociais e de condições de vida favoráveis. Os empresários esquecem assim como o Estado das necessidades da população, mas os movimentos não deixam isso ocorrer, lutando sempre por políticas públicas de qualidade (entrevista/2013).

A questão habitacional sempre foi colocada em segundo plano em nosso país. Silva e Silva (1989) destaca que no Brasil o problema habitacional só passou a ser realmente visto pelo Estado quando os cortiços e favelas passaram a incomodar ou até mesmo ocasionar prejuízos para o desenvolvimento do capital. A autora destaca que a classe emergente e as indústrias, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, pressionaram o Estado para que tomasse providências no sentido de que as condições precárias de moradia não prejudicassem e/ou desvalorizassem os investimentos feitos por eles nestas cidades. Note-se que a classe dominante tinha forte interesse que a população de baixa renda não tivesse acesso à moradia

---

<sup>13</sup> Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2003/Volume1/V23%20-%20MCID.pdf>>, acessado em 20 de janeiro de 2013.

de qualidade, pois assim os grandes proprietários poderiam elevar os preços dos aluguéis e de terrenos, o que favorecia a especulação imobiliária e a acumulação.

Isto fez com que o Estado passasse a criar ações que forçassem as pessoas com baixo poder aquisitivo a mudarem-se para longe das áreas com maior potencial econômico, pois estas áreas eram, e ainda são, de interesse do Capital e da especulação imobiliária. Para Rolnik (2002, p. 55) “em geral, a população de baixa renda só tem a possibilidade de ocupar terras periféricas – muito mais baratas porque em geral não têm nenhuma infra-estrutura – e construir aos poucos suas casas”. A falta de moradia não afetava só a população pobre, mas todas as classes sociais. De acordo com Silva e Silva (1989, p. 70)

O problema da habitação, nas cidades, está intrinsecamente relacionado com a questão fundiária urbana, uma vez que a excessiva valorização dos terrenos e o crescimento desordenado produzem desequilíbrio na estrutura interna da cidade, cuja expressão mais evidente é a segregação social a que as classes populares se submetem.

Esses fatos criaram ambiguidades nas cidades onde as famílias com baixo poder aquisitivo vivem na ilegalidade e em precárias condições de moradia. Nesse período da ditadura militar, época de grande expressão dos movimentos sociais surge às mobilizações para políticas públicas de habitação e assim atender a população de baixa renda. Florismar, 51 anos, liderança feminista do Fórum de Mulheres de Manaus, destaca que “a grilagem era muito forte na cidade, a Zona Leste é um exemplo do que foi esse processo onde mais de mil lotes estavam sendo vendidos de forma ilegal. A população sofria com medo de ver suas casas serem destruídas, pois quem atrasava o trator passava por cima e eles não tinham para onde ir” (entrevista/2013). Para atender a demanda que crescia foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), através da Lei nº 4.380, de 12 de agosto de 1964, momento em que é instituindo o Plano Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Botega (2008, p.5) contextualiza dizendo que o BNH vinha “com a missão de estimular a construção de habitação de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente à população de baixa renda”. Essa instituição, no entanto, desviou seu foco do financiamento para a moradia popular apresentando sérias distorções em sua política. Gonçalves (s/d, p. 254) pontua que,

Do total de 4,5 milhões de unidades habitacionais financiadas pelo BNH, ao longo de sua existência, apenas 33,5% foram formalmente destinadas aos setores populares, enquanto 48,8% foram destinados aos setores de classe

média com altos rendimentos. A distorção assume maior gravidade quando se consideram que, do montante de 33,5% menos de 6% foi dirigido para programas alternativos visando atingir a população de 1 a 3 salários mínimos.

Com o passar dos anos o BNH perdeu autonomia e foi extinto tendo em vista que não conseguia concretizar os seus objetivos na política de habitação, pois os investimentos feitos por ele não supria a demanda para o qual havia sido criado. Silva e Silva (1989) destaca que a política habitacional ficou mais uma vez sem ações o que favorecia o capital. Na década de 80 algumas alternativas foram criadas para auxiliar a população de baixa renda em sua necessidade como a criação do Programa Nacional de Autoconstrução e o Projeto João de Barros (PNA/PJB).

Gonçalves (s/d) destaca que na década de 80 após a extinção do BNH outras alternativas foram criadas para atender a população que clamava por moradia, surgindo assim, o Programa Nacional de Autoconstrução (PNA), o Projeto João de Barros (PJB) e a criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU). Em 1987 o referido Ministério teve mudanças em sua nomenclatura passando a denominar-se Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), agora, vinculado à Caixa Econômica Federal. Em 1988 uma alteração na economia no país levou novamente a mudanças em sua nomenclatura, passando a chamar-se Ministério da Habitação e Bem-Estar (MBES). Com as medidas do Plano Verão o referido Ministério foi extinto e a Caixa Econômica Federal passou a ser vinculada ao Ministério da Fazenda que assumiu o controle do Sistema Financeiro de Habitação no país.

Na década de 90 foi lançado no governo do então Presidente Fernando Collor de Melo o Plano de Ação Imediata para Habitação<sup>14</sup> (PAIH). No Governo do Presidente Itamar Franco foi lançado o programa Habitar Brasil<sup>15</sup> e o Morar Município<sup>16</sup>, mas ao longo de seu mandato os dois programas não tiveram êxito.

Conforme Gonçalves (s/d) traços das ideias do Governo de Itamar Franco foram absorvidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que criou a Secretaria de Política Urbana vinculada ao Ministério do Planejamento que reconhecia a necessidade e relevância da existência de um canal de participação democrática e gestão da política habitacional. Algumas medidas assumidas pelo Governo FHC foram vistas pelos movimentos

---

<sup>14</sup> Era uma medida emergencial para financiar em 180 dias cerca de 245 mil habitações, mas esse objetivo não foi alcançado.

<sup>15</sup> Programa voltado para municípios de mais de 50 mil habitantes.

<sup>16</sup> Destinado a municípios de menor porte.

sociais como políticas autoritárias e de exclusão da participação popular, já que este Governo notabilizou-se pela exclusão da participação popular na vida do país. Só no segundo mandato de FHC é que há registro da criação do Ministério de Política Fundiária que visava atender a demanda habitacional no país. Gonçalves (s/d, p.256) destaca que,

Alguns pontos da sua proposta para a questão da habitação dizem respeito: à defesa de uma política habitacional integrada à política urbana e de saneamento ambiental: à defesa de uma política fundiária urbana que não incentive a formação de estoques de terras para fins especulativos; ao reforço ao papel dos governantes municipais para assumirem a promoção da habitação popular, inclusive a urbanização das favelas: ao apoio aos programas geradores de tecnologia simplificada para a construção de moradias de qualidade com custo reduzido.

As duas gestões do governo FHC se encerrou com a aprovação no Congresso Nacional e promulgação presidencial do Estatuto das Cidades, em 2001, depois de 13 anos de tramitação, o que possibilitou o desenvolvimento da função social da propriedade, tendo em vista que durante estes dois mandatos houve uma paralisação na aplicabilidade e efetividade da política de habitação no país. A trajetória histórica das principais medidas adotadas ao longo de diferentes conjunturas e distintos governos da década de 60 no final de 1990, permite-nos inferir que a questão habitacional aparece como uma questão secundária que não ocupa o lugar que merece.

A partir de 2003 com o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva novas medidas foram adotadas e essa situação de descaso em relação à Política Pública de Habitação parece ter sido vencida. Como vimos anteriormente problemas de precariedade na saúde, educação, saneamento e equipamentos sociais estão associados à má qualidade de vida e ao *déficit* habitacional e, na tentativa de sanar tais problemas, o Governo Lula adotou alternativas de enfrentamento à problemática da habitação no país. É possível dizer que em seus dois mandatos este governante realizou inúmeras mudanças na política urbana sobretudo a partir da criação do Ministério das Cidades. Alcir Ferreira de Matos, 64 anos, membro da Executiva Nacional da União Nacional por Moradia Popular - UNMP, destaca que “no início do Governo Lula as medidas que foram tomadas para desenvolver a questão habitacional mostrou que o referido Governo vinha com a proposta de chamar os movimentos sociais para a mesa de discussão e essa conquista deve-se à organização, mobilização e articulação da sociedade civil” (entrevista/2013).

No mesmo dia da criação do Ministério das Cidades ocorreu a instituição de três secretarias nacionais no âmbito do referido Ministério, a saber: 1) Habitação, 2) Saneamento,

3) Mobilidade Urbana e Programas Urbanos, com o objetivo de articular as políticas setoriais e enfrentar a questão urbana. Confirma-se aqui o conceito gramsciano de que a política pública é resultado da ação do Estado e das classes sociais, a partir da correlação de forças existentes.

Gramsci (1999) discute a relação entre Estado e sociedade civil como próprias do capitalismo. O Estado atua de acordo com a correlação de forças que se espraia no bloco histórico. Conforme a hegemonia que se estabelece no bloco histórico ora ele atende os interesses das classes dominantes, ora das classes subalternas. Pode-se dizer que “sem Estado (sem uma ligação com o Estado e sem uma perspectiva de Estado), não há sociedade civil digna de atenção: sem Estado não pode haver hegemonia” (NOGUEIRA, 2011, p. 107).

Para Draibe (1990) o conceito de políticas públicas está relacionado ao conceito de Estado e de Sociedade Civil, na medida em que elas são os resultados das demandas advindas das classes mediadas pelo Estado.

Em outubro de 2003, foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Cidades, que visava a criação e composição do Conselho Nacional de Habitação, instalado em 2004, com 2.500 delegados num processo de mobilização social. Buscava-se a consolidação das bases da atuação do governo, com vistas sobretudo, à criação e composição do Conselho Nacional de Habitação, instalado em 2004 e do Conselho Nacional das Cidades. É através desta articulação e mobilização que os movimentos sociais foram se fortalecendo junto ao Governo Federal para construir seu espaço e sua força, e assim, colocar-se dentro do Conselho Nacional das Cidades de forma consultiva e deliberativa. Torres (2007, p. 164) destaca que,

Continuamos a viver numa sociedade transpassada por classes antagônicas. A luta de classes não acabou como sinaliza o discurso neoliberal. O capitalismo é obrigado a conviver lado a lado com a cidadania, assim como o Estado é levado a incorporar o protagonismo político na sua gestão através dos conselhos e outros tipos de expressão da cidadania.

De acordo com Alcir Ferreira de Matos, membro da Executiva Nacional da União Nacional por Moradia Popular – UNMP e membro do Conselho Nacional das Cidades,

A luta da sociedade civil foi árdua e constante, necessitávamos da criação do Conselho Nacional para criarmos força para a formação dos mesmos nos municípios, para que a política nacional de habitação fosse efetivada nas três esferas. A 1ª Conferência foi um momento marcante para conseguimos colocar a população na mesa de debate e foi uma conquista, pois não tínhamos um espaço para este debate nos outros governos, sem a luta esse processo não teria ocorrido (entrevista/2013).

Torres (2007) chama a atenção para o fato de que mudou a relação do Estado com a sociedade civil e, nessa mudança, ocorreu um deslocamento no diálogo. Agora patrões e empregados assentam-se à mesa do Conselho de Emprego e Renda para discutirem políticas de trabalho e emprego, assim como representantes do Estado e dos movimentos sociais discutem conjuntamente e realizam a gestão da política pública de habitação.

O Ministério das Cidades destaca que,

A nova Política Nacional de Habitação foi elaborada durante o ano de 2004 e contou com a contribuição de diversos atores que participaram de vários seminários. O principal objetivo da Política Nacional de Habitação é retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população. É necessário destacar o protagonismo do Conselho das Cidades, em especial seu Comitê Técnico de Habitação, que discutiu a proposta e a enviou para aprovação do Conselho em 2004<sup>17</sup>.

Os movimentos sociais se articularam para a efetivação de ações que atendam a população em situação de vulnerabilidade social, que em sua maioria era esquecida pelos programas de habitação. O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, criado em janeiro de 2007, trouxe consigo propostas para desenvolver o país bem como para atender aspectos relativos à infraestrutura, transporte, política urbana, habitação dentre outros.

Veja-se que a organização dos movimentos sociais foi crucial para que o Governo Federal pautasse o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV para as populações de baixa renda. Trata-se de um Programa que possui quatro modalidades de financiamento, a saber: financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Fundo de Arrendamento Residencial - FAR; - Fundo de Desenvolvimento Social - FDS; Oferta pública de recursos em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. De acordo com Cristiane Sales, militante do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea,

Os movimentos sociais participaram ativamente do processo de luta para que a população de baixa renda tivessem direito garantido no que tange à questão habitacional, posto que antes só quem tinha carteira assinada conseguia com muita dificuldade o acesso ao financiamento da casa própria. Hoje com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida houve uma ampliação, fazendo com que todos tenham acesso. Foi uma conquista suada, mas que deixa cada vez mais forte o movimento e traz à luz os movimentos de mulheres por moradia (entrevista/2012).

---

<sup>17</sup> Material disponível em <<http://www.cidades.gov.br>>, consultado em 20 de outubro de 2012.

É patente a importância dos movimentos de mulheres na luta pela moradia no Brasil. De acordo com Silva (2004) as mulheres cada vez mais se inserem no processo de luta envolvendo-se nas questões políticas das comunidades em que vivem, redimensionando suas devidas contribuições, não como exceções ou casos isolados, mas como práticas costumeiras.

Na elaboração do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades – PMCMVE, as mulheres foram fundamentais porque elas conseguiram fazer com que a Política Nacional de Habitação assumisse o critério de gênero, cujo cadastro da casa própria é feito no nome da mulher como vimos discutindo ao longo deste trabalho. A Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em 1995, em Beijing no item 35<sup>18</sup> que trata do compromisso assumido pelos países que estiveram presentes na conferência, apresenta o corte de gênero no que tange à promoção de ações que visem “assegurar o acesso das mulheres em condições de igualdade aos recursos econômicos, incluindo terra, crédito, ciência e tecnologia, treinamento vocacional, informação, comunicação e mercados, como meio de ampliar o empoderamento e o avanço das mulheres e meninas, inclusive sua capacidade de usufruir benefícios do acesso equitativo a esses recursos, por meio da cooperação internacional”.

Para Rolnik (1996) a Conferência Habitat II ou Cúpula das Cidades que ocorreu no Canadá em 1996 e que tinha como objetivo atualizar os temas e paradigmas que fundamentam a política urbana e habitacional, com vistas a reorientar a linha de ação dos órgãos e agências de cooperação internacional para estes temas, incluindo a do próprio Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat, foi um espaço de debate entre os inúmeros atores sociais envolvidos neste processo, contou com a participação da academia, gestores e sociedade civil. Esta autora também sinaliza que nesta Conferência foi reafirmado o compromisso assumido na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (BEIJING, 1995), o que reforça ainda mais o corte de gênero já destacado nas políticas públicas em especial a de habitação no Brasil.

Atente-se para o fato de que o corte de gênero é bem definido na política habitacional brasileira. Uma das condicionalidades primordiais do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades é a mulher chefe de família. Isto mostra que cada vez mais o eco da voz das mulheres, tão esquecida, está sendo ouvido. Demorou mais chegou a vitória da cidadania feminina, o que revela o fato de as mulheres nunca terem baixado a guarda na luta. A Medida Provisória 561 de 2012 destaca que o imóvel será preferencialmente no nome da mulher

---

<sup>18</sup> Disponível em <<http://www.spm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>>, acessado em 10 de janeiro de 2013.

dando a ela o direito à casa própria, mas a mesma ainda se via vinculada ao marido ou companheiro, pois em muitos casos eles não aceitavam que a casa figurasse no nome da mulher. Para sobreviver a esta situação em dezembro de 2012 criou-se a Resolução 194 que garante no item 3 letra c a inscrição do imóvel no nome da mulher. Vejamos: “será permitido às mulheres chefes de família firmar contrato de financiamento independente de outorga do cônjuge, na forma do art. 73-A da Lei nº. 11.977/2009”. Em Manaus o Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo - ASV é um dos exemplos desse processo de luta que cresce a cada dia e conquista espaço e credibilidade junto à população manauense. Dulce Sena, 45 anos, uma das diretoras do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo – ASV destaca que,

Nossa luta é constante, iniciamos nosso processo através da luta em torno de questões voltadas para o desenvolvimento sustentável, levando ações que visassem lutar em torno das questões socioambientais para a população. Percebemos que a nossa população precisava de bem mais, e começamos a nos articular em prol das necessidades da população que era a moradia. Mas poucas alternativas existiam em Manaus, então, começamos a fazer pressão junto aos nossos gestores, mas não obtivemos resultado favorável. Em 2011 nos filiamos à União Nacional por Moradia Popular e unimos força nessa luta e em 2012 nos habilitamos junto ao Ministério das Cidades. Lutamos sempre para garantir a o atendimento das necessidades dos nossos usuários, que em sua maioria são mulheres chefes de família (entrevista/2013).

De acordo com Torres (2005) as mulheres sempre estiveram à frente da luta pelos direitos sociais na cidade de Manaus. O Comitê da Mulher Trabalhadora, entidade feminista criada em 1986, já trazia na sua pauta de reivindicação a proteção às mulheres de todos os segmentos de gênero, tais como as donas de casa, trabalhadoras domésticas, da indústria, do comércio e das áreas rurais no que diz respeito à conquista da casa própria.

Bentes (2005, p. 75) assinala que “a ocupação das áreas dos igarapés e de terrenos públicos e particulares passou a constituir-se na única alternativa que a população pobre encontrou para a garantia do direito à cidade”. E, diga-se que, trata-se de uma população feminina constituída por mãe e filho, o que hoje é denominada família monoparental, neste caso, sendo a mulher a única responsável pelo sustento da casa. Esta população acaba vivendo em áreas afastadas e sem equipamentos sociais adequados ao atendimento de suas necessidades, bem como sem a garantia de seus direitos. As entidades da sociedade civil habilitadas junto ao Ministério das Cidades assumem a responsabilidade na execução de ações e gestão da política habitacional. Dulce Sena reitera esta situação nos seguintes termos:

A luta em Manaus existe há muitos anos desde a época da Irmã Helena, ela impulsionou esse processo, mas foi fortemente reprimida e perseguida. Ela era forte não se deixou abater e manteve a população unida e articulada em prol da moradia. Hoje os movimentos de moradia em Manaus estão atuantes e articulados, coisa que já não se via há muitos anos. O movimento de mulheres Amazonas Sempre Vivo, assume um papel de destaque em Manaus, está atuante e organizado, fazendo a população participar dos debates em torno da habitação, pois se não fizermos isso a problemática habitacional iria crescer cada vez mais e a população ficaria sempre segregada. Não queremos qualquer moradia, queremos que os nossos associados estejam em um ambiente de qualidade, com seus direitos garantidos e com os equipamentos sociais no entorno de suas moradias para que eles possam viver de forma digna (entrevista/2013).

Torres (2007, p. 161) assinala que “a questão da cidadania constitui-se no horizonte basilar de emancipação social, é o *status* de respeito e de reconhecimento do ser humano enquanto sujeito de direitos e deveres”. Para esta autora,

Vive-se um momento de singular mudança de lugar dos instrumentos da cidadania. Passou o tempo histórico da radicalidade dos conflitos, do enfrentamento abrupto com os patrões e com o Estado. Agora, trabalhadores e patrões assentam-se à mesa para discutirem e encaminharem políticas públicas em conjunto (TORRES, 2007, p. 163).

Sem dúvida a criação do Ministério das Cidades e do Programa Minha Casa Minha Vida foi conquista árdua dos movimentos sociais. As Conferências das Cidades abriram um canal de comunicação entre a sociedade civil e o Governo, pois sem este processo democrático não haveria avanço na política habitacional do país.

## 2.2. Minha Casa Minha Vida e os movimentos de mulheres em Manaus

No Brasil a luta pela terra tem início no meio rural expandindo-se para a área urbana quando os pequenos proprietários de terra foram obrigados pelo desenvolvimento a migrarem para os centros urbanos, posto que suas terras passaram a pertencer aos posseiros e grandes empresários latifundiários. Essa migração trouxe consigo inúmeros problemas sociais para as famílias que foram compelidas a deixar suas pequenas propriedades, situação que não atinge só o aspecto econômico de sobrevivência, mas também a vida e a sociabilidade das pessoas que passam a vivenciar outra realidade diferente da sua. Silva (2004, p. 40-41), deixa claro que,

As pessoas não foram para a cidade atraídas por suas luzes; elas foram forçadas a deixar seu lugar, entendido não somente como espaço físico mas como espaço cultural [...]. Este processo é responsável pela expropriação e aumento da exploração, por meio da violência – física, simbólica e legal – A ideologia desenvolvimentista iniciada nos finais da década de 50, durante o governo de Jucelino Kubitschek, e consolidada durante o regime militar pelo autoritarismo, foi responsável pelo aumento da concentração fundiária e da apropriação de terras pelas empresas nacionais e multinacionais. Elas foram beneficiadas pelos incentivos fiscais e pela constituição de um grande exército de trabalhadores espoliados, cujo destino foi a cidade ou a migração temporária, vagando de um lugar para o outro em busca de trabalho.

É através da luta dos movimentos sociais que as políticas públicas foram conquistadas. E essa organização e mobilização contou com a presença maciça das mulheres que se tornaram as principais protagonistas da luta pela terra e de outros direitos sociais no Brasil. As lutas e ocupações sem as mulheres dar-se-iam pela metade já que elas são aguerridas, destemidas e organizadas.

As reivindicações do direito à terra já estavam postas ao movimento feminista na medida em que a luta pelo solo urbano entrelaçava-se com outras lutas dos movimentos sociais de modo geral (PINTO, 2003).

Ao longo de sua trajetória de luta as mulheres imprimiram ao movimento de moradia características de cunho familiar o que revela a sua preocupação com o bem-estar dos filhos e de seu núcleo familiar, aspecto tipicamente feminino. Foi, com efeito, só a partir da Constituição de 1988 é que as mulheres passaram a ter direito ao título da terra.

Luzia Silva (2004) em seu trabalho sobre os trabalhadores que lutam pela terra no Triângulo Mineiro, observou que, na prática, a participação das mulheres e crianças além de funcionar como forma de sensibilizar a opinião pública, também, muitas vezes serve de defesa

contra agressões da polícia e jagunços. Ela chama a atenção, ainda, para a forma como os cadastros são feitos nos acampamentos e assentamentos, sempre através de famílias, o que indica uma forma de conferir, às suas lutas, um caráter familiar. Além disso, a inscrição em nome da família não deixa de ser uma forma de garantir mulheres no grupo, mesmo que elas estejam ocultadas sob o nome do marido, que é quem aparecia no título da terra até 1988, ano em que as mulheres passaram a ter direito ao título da terra (SILVA, 2004).

O entrelaçamento do movimento feminista com os movimentos sociais de luta pela terra, como assinalamos anteriormente, vem desde a década de 70, cujo auge está circunscrito ao Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizado em Fortaleza no ano de 1979. Nesse congresso o debate das questões defendidas pelo Movimento Feminista vieram a tona, e a partir daí as discussões sobre o direito à terra desloca-se do eixo Rio - São Paulo tomando as ruas de outras cidades do país. De acordo com Silva (2004, p. 94) “o feminismo nesse ano de 79 se espalhou por todo o país. O movimento até então existia só no eixo Rio e São Paulo. Nesse Congresso, encontramos mulheres de todos os Estados do país, e elas fundaram os primeiros grupos feministas fora do eixo Rio – São Paulo”. Para a autora esse foi um ano importantíssimo para a difusão das ideias feministas, foi no período entre 1980 a 1985 que o feminismo no Brasil passou a difundir-se na cultura de massa.

É assim que o movimento feminista expande-se por todo o país, principalmente ao longo da década de 80, obtendo paulatinas conquistas como é o caso do Estatuto da Mulher Casada<sup>19</sup> que já em 1964 atingia às mulheres com impedimentos legais, em conjunto com os homens (maridos). Conforme a autora “marido e mulher passaram a ter os mesmos impedimentos legais, necessitando do consentimento mútuo para, por exemplo, dar fiança, alienar imóvel, oferecer bens em hipoteca, dentre outros” (PINTO, 2003, p. 47).

Ao longo da história identificamos a existência de três ondas dos movimentos feministas como destaca Nogueira (2001): a primeira é circunscrita ao sufrágio do século XIX; a segunda é associada aos acontecimentos do pós-2ª Guerra Mundial; e a terceira é a atual intitulada de *pós-feminismo*.

A luta das mulheres não é ingloria, muito já foi conquistado frente à subordinação e dominação androcêntrica que historicamente elas foram submetidas. De acordo com Viana (2005, p. 77) “a história sempre consistiu em apanágio dos dominantes conferindo uma invisibilidade às mulheres ou uma aparição subordinada e aprisionada por uma leitura androcêntrica do mundo salvo raras exceções”.

---

<sup>19</sup> Lei 4.121/62.

Conforme destaca o militante Alcir Mato, da Executiva Nacional da União Nacional por Moradia Popular – UNMP,

Sem a organização dos movimentos sociais as Conferências demorariam bem mais tempo, pois precisamos debater como queremos nossas cidades. A população sofre com todos os problemas causados pela forma desordenada com que as cidades são expandidas e é através desses espaços que podemos lançar propostas e cobrar do poder público ações de forma a atender as necessidades do povo (entrevista/2013).

Com relação à luta pelos direitos das mulheres à terra pode-se dizer que elas passaram por avanços e retrocessos, pois ao mesmo tempo em que seus direitos eram conquistados, estes não eram colocados em prática como deveria ser. De acordo com Deere (2004, p. 186),

As mulheres têm sido muito visíveis na condução das ocupações de terra do MST (estima-se que elas sejam entre um terço e a metade dos participantes), e muitas vezes estão na linha de frente nos confrontos com a polícia. Além disso, as mulheres geralmente desempenham um papel-chave e muito ativo nos acampamentos que resultam dessas ocupações. No entanto, uma vez que os acampamentos estão constituídos, poucas mulheres participam tão ativamente e, até recentemente, havia poucas mulheres em sua liderança ou na do MST. Conforme verificado pelas mulheres ativistas do movimento, todavia observamos que, depois da conquista da terra, nos assentamentos, um grande número de mulheres volta a fazer apenas trabalho interno, na roça, em casa ou com as crianças. Por isso, é necessário que as mulheres se organizem e participem da luta da classe em todas as suas instâncias.

Florismar Ferreira, representante do Fórum de Mulheres de Manaus, sujeito desta pesquisa destaca que,

Existem movimentos que estão bem mais à frente do processo de luta pela terra em Manaus, mas nós também participamos, pois nossas mulheres precisam ser respeitadas, seus direitos resguardados. Os poderosos da cidade tentam passar por cima de nós, mas não deixamos, aqui na zona Leste tentaram tirar de nós nossa terra e nossas casas, mas nos organizamos e fomos para a luta, ficamos na linha de frente do processo, pois sem terra, casa, o que seria das mães que vivem aqui e muitas vezes são abandonadas pelos maridos, companheiros. Sem a moradia elas ficam sem referência (entrevista/2013).

Para Rolnik (1996) a Conferência Habitat foi um momento marcante da luta dos movimentos sociais no mundo e para o Brasil, principalmente, posto que em outros espaços de discussão o processo ocorria de qualquer forma e nessa Conferência ele ocorreu de forma paralela. Esta autora chama a atenção para o fato de que “esta mudança já é um reflexo

daquela que foi uma das questões-chave em pauta em Istambul e, conseqüentemente, um dos pilares da agenda atual de política urbana e habitacional: a formulação de um novo papel para o Estado e sobretudo de novas formas de relação deste com os demais atores que incidem” (ROLNIK, 1996, p. 3).

Para Rolnik (1996, p. 10) “a história da moradia popular entre nós é bastante marcada pela auto-produção, ou autogestão. A imensa maioria dos assentamentos brasileiros foi construída pelos próprios moradores e com seus próprios recursos: todas as periferias do país” o que reforça as mudanças ocorridas em nossa história, algumas de forma tímida, como foi na década de 90 no que tange o diálogo do Estado com os movimentos sociais.

O Programa Minha Casa Minha Vida, originado do PAC, é uma conquista comemorada sobretudo pelas mulheres porque elas são os sujeitos centrais deste Programa. E. L. C. (45 anos), associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades relata que,

Desde o governo Lula e depois o da Dilma houve uma melhora na política pública de habitação, agora nós podemos ter voz. Os movimentos sociais levam nossas reivindicações. O PMCMVE para as mulheres foi a melhor coisa, pois agora poderemos ter nossa casa com dignidade, pois com o que ganho nunca conseguiria comprar minha casa” (entrevista/2013).

Para Gohn (2011) os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolíticos e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas, adotando diferentes estratégias em suas ações. Esta autora chama a atenção para o fato de que tanto os movimentos sociais dos anos de 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. De acordo com a autora “ao realizarem estas ações, eles projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social” (GOHN, 2011, p. 15).

Gohn (2011, p. 14) concorda com as antigas análises feitas por Touraine de que “os movimentos sociais são o coração, o pulsar da sociedade”. Para esta autora a luta pela moradia continuou a ter centralidade como a luta popular mais organizada. Reforçamos ainda a fala de Leite (2007) de que o movimento não luta apenas pela casa propriamente dita, mas pela qualidade e dignidade da vida.

As Entidades habilitadas<sup>20</sup> constroem ações e propostas que visam atender de forma ampla e satisfatória os beneficiários do Programa. Uma das conquistas foi ter como prioridade

---

<sup>20</sup> Para poder pleitear recursos oriundos do Fundo Nacional de Habitação Interesse Social (FNHIS) as entidades ou os movimentos sociais precisam habilitar-se junto ao Ministério das Cidades. O processo de habilitação é

no referido Programa as Mulheres, que por anos foram esquecidas nessa política. M. J. S. S., 44 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E revela que,

Até que enfim lembraram da gente, nós criamos os filhos, abandonamos nossas vidas e do nada o cara vai embora, vende a casa e deixa a gente sem nada. Meu ex-marido fez isso, me deixou sem nada, tive que começar tudo do zero e com dois filhos, hoje moro alugado porque ele vendeu a casa e não me deu nada. Vejo na luta do movimento Amazonas Sempre Vivo a oportunidade de ter minha dignidade de volta, pois quando o valor do aluguel fica muito alto, fora das minhas condições, tenho que procurar outra moradia, isso é triste porque o pouco que tenho se destrói nas mudanças (entrevista/2013).

As mulheres veem nas ações do movimento feminista a luz no fundo do túnel para o seu desenvolvimento social. A casa própria é tudo para elas e sua esperança é a obtenção desta conquista por intermédio do movimento de mulheres. Ainda há um número muito reduzido de movimentos de mulheres habilitados junto ao Ministério das Cidades para realizar a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades, há só duas entidades habilitadas em Manaus e com luta ativa nesse processo, que são o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMMO e o Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo - ASV. Para Viana (2005, p. 87),

A determinação feminina de obter a dignidade na condição de moradia desafia limitações anátomo - fisiológicas sócio-econômicas e amarras

---

composto de duas partes, a primeira referente à comprovação da regularidade institucional da entidade e a segunda referente à qualificação técnica e social e também da capacidade de mobilização da entidade. As entidades privadas sem fins lucrativos deverão estar legalmente constituídas por no mínimo três anos até a data da publicação desta portaria, e seus estatutos sociais deverão contemplar a questão habitacional. O processo de habilitação terá início pelo preenchimento de Formulário de Habilitação, disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades, [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br), dando origem ao número de protocolo. De posse do número do protocolo, a entidade deverá formalizar a entrega na Caixa Econômica Federal, das cópias dos documentos comprobatórios da regularidade institucional e da qualificação da entidade. É vedada a habilitação de entidade privada sem fins lucrativos que: a) Possua pendência registrada no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN; b) Possuam no âmbito dos programas sob gestão do Ministério das Cidades, contratos firmados há mais de seis meses com obras não iniciadas, ou contratos com obras paralisadas por mais de seis meses, sem repactuação aprovado pela CAIXA; c) Não comprovem ter desenvolvido nos últimos três anos, as atividades definidas nos subitens 4.4 e 4.5; d) Estejam inscritas no CEPIM – Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas; e e) Outros impedimentos juridicamente caracterizados. É vedada a habilitação de entidade privada sem fins lucrativos cujos dirigentes componentes da diretoria executiva: a) Possuam pendência registrada no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN; e b) Sejam eles mesmos, ou seus respectivos cônjuges ou companheiros bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, servidores públicos vinculados ao Conselho Gestor do FNHIS ou ao Conselho Curador do FDS ou ao Ministério das Cidades. ([http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Resolu%C3%A7%C3%B5es/PORTRARIA\\_MCIDADES\\_-\\_HABILITACAO\\_2013\\_-\\_26-02-2013.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Resolu%C3%A7%C3%B5es/PORTRARIA_MCIDADES_-_HABILITACAO_2013_-_26-02-2013.pdf)), acessado em 10 de janeiro de 2013.

conjugais quando a relação com o companheiro fica impossibilitada face à rebeldia feminina em escolher os próprios caminhos passando por cima das reticências e idiosincrasias masculinas. São mulheres que desbravam, capinam, constroem, negociam, planejam e podem até mesmo romper os laços de conjugalidade por descobrirem-nos limitantes de suas possibilidades como sujeitos de direito.

Conforme dados do IBGE (2010) Manaus possui atualmente 1.802.014 habitantes na área urbana e deste total, 922.272 de mulheres residentes na cidade, vivendo em sua maioria em situação subhumana. Muitos dos equipamentos sociais não são implantados em suas comunidades. Do número total de habitantes da cidade 17.326 sobrevivem com renda de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo mensal<sup>21</sup> e 2.668 pessoas com mais de 30 salários mínimos mensais, o que revela a disparidade social e econômica existente entre as classes sociais em nossa cidade.

De acordo com Gomes (2011), o *déficit* habitacional do Amazonas é o maior do país, chegando a um total de 25,4%. Dados do Ministério das Cidades dão conta de que Manaus tinha um *déficit* de 68.483 em 2009. Se há um *déficit* de habitação no Amazonas reconhecido oficialmente, como mostram esses dados do Ministério das Cidades deve-se ao fato de que o próprio poder público não garantiu moradia aos migrantes que se deslocaram para Manaus no afã da Zona Franca.

Os deslocamentos trouxeram consigo o aprofundamento da problemática social da cidade, fato que levou famílias inteiras a ocupar espaços impróprios para a moradia nas calhas dos igarapés, nos terrenos baldios e nas encostas de barrancos, submetidas ao alto risco de vida e às precárias condições de habitabilidade. Some-se a isto, o fato de que o deslocamento direcionou uma boa parte da população ao mercado informal de trabalho em virtude de seu baixo grau de escolaridade e ausência de qualificação profissional. Dias (2007) ressalta que além da falta de moradia outros serviços sociais são deixados de lado pelo poder público em relação à população migrante, e esse fator tem ocasionado, desde a década de 70, o aumento no número de ocupações, de palafitas e criação de periferias sem as mínimas condições de infraestrutura.

Para essa autora o espaço urbano idealizado, pensado e organizado, para impressionar os investidores estrangeiros dentro de uma visão burguesa de cidade ideal, cria também as próprias contradições, visto que o custo de vida é muito alto e a população que vem em busca de fazer fortuna no novo “Eldorado” não consegue inserir-se no mercado de

---

<sup>21</sup> No Brasil conforme dados do IBGE (2010) 279.967 pessoas vivem com renda maior que  $\frac{1}{2}$  ou até 1 salário mínimo, 276.130 com mais de 1 ou até 2 salários mínimos, 88.255 com mais de 2 ou até 3 salários mínimos, 70.009 com mais de 3 ou até 5 salários mínimos, 51.459 na faixa de 5 a 10 salários mínimos, 9.134 na faixa de 10 a 15 salários mínimos, 8.070 na faixa de 15 a 20 salários mínimos, 4.076 na faixa de 20 a 30 salários mínimos.

trabalho e acaba em condições de vida precárias. R.F., 50 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E relembra sua vinda para Manaus nos seguintes termos:

Vim pra cá do Pará em busca de uma condição melhor pra mim e minha família, mas quando cheguei aqui não tive muitas oportunidades. Tive que ir pro chão de fábrica e lá é puxado, a gente sofre, não ganhava e nem ganho muito, tive que morar onde dava pra pagar e nunca tive condições de comprar a minha casa. Agora vejo nessa luta uma oportunidade, vejo nesse Programa a possibilidade de ter o meu cantinho e poder chamar de meu. Lá encontrei muitas companheiras que também sofreram e ainda sofrem com esse mesmo problema, nunca temos um salário que dê pra financiar nossa casa, mas agora será possível (entrevista/2013).

R.F. é uma das inúmeras mulheres que sofrem com a segregação socioespacial e que são submetidas às péssimas condições de moradia. A entidade Amazonas Sempre Vivo é um movimento sociais de mulheres sem fins lucrativos, criada em 2007, para desenvolver ações que visam garantir o direito à moradia para famílias de baixa renda na cidade de Manaus, especialmente para as mulheres que são estimuladas a exercerem de forma consciente sua cidadania. Destaque-se que a primeira entidade de mulheres a habilitar-se junto ao Ministério para realizar a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades é o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea - MMMO. Esta entidade organizou ocupações de terra nas comunidades da zona norte da cidade de Manaus, principalmente, as ocupações Deus é Fiel, Bom Jardim e a ocupação Portelinha no bairro de Santa Etelvina.

Com a organização dessas ocupações o MMMO conseguiu algumas vitórias, sendo uma das mais importantes a construção do Conjunto Habitacional Deus é Fiel pela Prefeitura Municipal de Manaus, em 2009, e a habilitação da própria entidade junto ao Ministério das Cidades para fazer a gestão do Programa Minha Casa, Minha Vida / Entidades do Governo Federal. O MMMO é o primeiro Movimento de Mulheres na luta por moradia no Estado do Amazonas habilitado para construir unidades habitacionais. Apresentou projeto à Caixa Econômica Federal no intuito de atender 600 famílias na faixa de 0 a R\$ 1.600,00 reais e em sua maioria chefiadas por mulheres.

As mulheres sempre estiveram à frente de grandes ocupações desde a época da Irmã Helena Augusta Walcott, que é referência para as lideranças em Manaus. Cristiane Sales, liderança do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea destaca que “a Irmã Helena é referência para nós, aprendemos muito, eu era pequena, mas lembro dela e das histórias que

ouvíamos. Também fomos perseguidas, mas hoje vencemos e mostramos que o movimento é organizado e luta pela garantia dos direitos sociais da população” (entrevista/2012).

No final de 2007 como vimos anteriormente surgiu outra organização de mulheres para realizar a gestão do referido programa habitacional. Estamos falando do Movimento Amazonas Sempre Vivo que possui duas linhas de atuação que são a defesa do meio ambiente e a geração de emprego e renda através de atividades de preservação ambiental e cursos profissionalizantes. Logo as suas lideranças perceberam que as famílias atendidas pela referida entidade sofriam com a falta de moradia e, diante da demanda que chegava à entidade começaram a se organizar na luta pela moradia digna para seus usuários habilitando-se junto ao Ministério das Cidades para a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades – PMCMV/E. É assim que a ASV se insere na luta por moradia em Manaus, possuindo em seus cadastros famílias de todas as zonas de Manaus com maior número de inscritos da zona leste e norte da cidade. De acordo com Wanderley (1997, p.98),

As mulheres representam a metade da população – é responsável direta pela existência da outra metade –, há que se agregar a constatação de que ela permeia todos os setores sociais, incluindo os dominantes, o que a converte numa questão fundamental. Não é à toa que certos cientistas sociais e estudiosos classificam o movimento das mulheres como o movimento radical mais importante do século e com desdobramentos insuspeitados para o novo milênio.

A Amazonas Sempre Vivo possui atualmente 850 famílias cadastradas, a equipe Técnico-Social é composta por seis assistentes sociais, sendo uma a Coordenadora da equipe. Possui como linhas de atuação o direito à cidade.

O MMMO e a ASV são vinculadas à União Nacional por Moradia Popular – UNMP, entidade nacional que tem por objetivo principal a garantia do direito à moradia digna para as populações mais pobre. Essa entidade jogou papel importantíssimo na habilitação dos movimentos junto ao Ministério das Cidades, haja vista a articulação política que tal entidade possui junto ao Governo Federal. Já conquistou, inclusive, assento no Conselho Nacional das Cidades.

É no âmbito das novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna que a ASV e o MMMO se situam, como movimentos sociais habilitados pelo Ministério das Cidades, para administrar e gerenciar o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades em Manaus. E, por se tratar de movimentos de mulheres, o atendimento prioriza as

mulheres chefes de família e mulheres vítimas de violência doméstica. Também são observados outros critérios, conforme preconiza a Medida Provisória 514/10, a saber:

Maior proteção à mulher chefe de família – Renda mensal limitada a R\$ 1.395,00<sup>22</sup>. Contratos no âmbito do PMCMV ou de programas de regularização fundiária de interesse social promovidos pela União, Estados, DF ou Municípios, poderão ser firmados sem a outorga do cônjuge - (excetuam-se os contratos do FGTS) (Medida provisória 514, de dezembro de 2010).

Além de sua bandeira de luta situar-se no enfrentamento à violência contra as mulheres e a luta pela moradia digna a ASV e o MIMO, atendem a população subalternizada que necessita e que se enquadra nos critérios do referido Programa. Ambos incluíram e habilitaram 600 famílias para a construção de 600 unidades habitacionais. Destas 600 famílias aproximadamente 70% correspondem ao atendimento de mulheres chefes de família e/ou vítimas de violência doméstica. Estes Movimentos são os únicos Movimentos de Mulheres em Manaus a atender de forma efetiva os segmentos subalternizados com o PMCMV/E, oportunizando às mulheres melhor qualidade de vida e a segurança da casa própria.

---

<sup>22</sup> Valor alterado para R\$ 1.600,00, em dezembro de 2011.

### 2.3. A gestão do programa minha casa minha vida pela entidade Amazonas Sempre Vivo

A Amazonas Sempre Vivo atua na gestão do Programa de forma organizada e com a participação ativa de suas beneficiárias promovendo o debate e tomando decisões em conjunto. A entidade adotou como regime de construção<sup>23</sup>, a administração direta que tem como finalidade a construção de casas pela Entidade Organizadora, por meio da utilização de recursos públicos repassados pela Caixa econômica Federal com contratação de profissionais ou empresas para a execução parcial dos serviços necessários. Rosália Froés revela que

A gestão do PMCMV/E requer a participação ativa da direção da entidade organizadora, da equipe técnica social, da equipe de engenharia e das famílias beneficiárias do referido Programa. Mas percebemos ao longo do tempo que o Programa iria encontrar dificuldades em relação ao pagamento da prestação da casa própria, e lutamos incansavelmente para que a taxa fosse reduzida de 10% para 5% da renda bruta das famílias beneficiárias, visando evitar as dificuldades de pagamento por parte das beneficiárias (entrevista/2013).

Maricato (2011) alerta para a situação das famílias com renda abaixo de R\$ 600,00 que, dificilmente, conseguirão manter um pagamento mínimo de R\$ 50,00<sup>24</sup> como prevê o Programa. Afinal, despesas como transporte, água, gás, energia e alimentação já são suficientes para comprometer o orçamento da família. Dentro da mesma problemática está a população moradora de rua que não pode arcar sequer com o mínimo instituído pelo Programa, mas já pensando nesse impacto para as famílias a ASV vem formalizando parcerias com instituições para que seus associados sejam inseridos em cursos de qualificação profissional para fins de inserção produtiva deles na geração de renda, como sugere o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS). Tatiane Nascimento Franco, assistente social da ASV que atua no PMCMV/E revela que “quando elaboramos o projeto técnico social precisamos pautar nossas ações conforme os eixos de atuação que ele possui, para que as famílias possam ser preparadas para o processo de mudança que os aguarda quando receberem a casa. Assim, a importância da presença da equipe técnico social por 18 meses desenvolvendo a pré-obra, durante a obra e o pós-obra” (entrevista/2013). Rosália Froés, 59 anos, membro da direção da ASV revela o seguinte:

---

<sup>23</sup> O Programa Minha Casa Minha Vida / Entidade possui 5 modalidades de construção, sendo elas: Autoconstrução pelos próprios beneficiários; Mutirão ou autoajuda; Autogestão; Administração direta; e Empreitada (RESOLUÇÃO Nº 194, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012).

<sup>24</sup> Esse valor foi reduzido para R\$ 25,00 o qual foi legalizado pela Resolução nº 194, de 12 de dezembro de 2012.

Sabemos que estamos diante de um desafio, pois muitos dos nossos associados não possuem emprego e vivem muitas vezes de ajuda ofertada por terceiros, mas a equipe do serviço social propõe em suas ações alternativas para que haja a emancipação social dos nossos associados, garantindo assim a condição mínima para que eles possam arcar com os custos da casa própria, pois sabemos que mesmo sendo um valor baixo, mas para muito esse valor faz uma grande diferença no orçamento familiar (entrevista/2013).

De acordo com a perspectiva liberal clássica, a liberdade é a ausência de interferência ou, ainda mais especificamente, de coerção. O Marxismo é herdeiro de uma concepção mais rica e mais ampla de liberdade como autodeterminação. Marx e os marxistas tendem a ver a liberdade em termos de eliminação dos obstáculos à emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana (BOTTOMORE, 2001, p. 123-124).

De acordo com a Resolução 194 (2012) a Entidade Organizadora receberá um repasse de 5% do valor total pago pelas beneficiárias por mês, através da CEF, mas este repasse só acontecerá quando a adimplência for de 100% (cem por cento)<sup>25</sup> e será verificada até o último dia de cada mês. Merece um destaque de que esse repasse só ocorre quando as beneficiárias iniciarem o pagamento junto a Caixa Econômica Federal (CEF). Desta forma a Amazonas Sempre Vivo, através da equipe técnica a entidade tem proposto ações que visa contribuir para a geração de emprego e renda de suas associadas, como previsto no PTS, evitando descontinuidade no pagamento do imóvel para a Caixa Econômica Federal - CEF. Rosália Froés, 59 anos, membro da direção da ASV destaca que

O repasse deste valor possibilitará o movimento no desenvolvimento de ações integradas e oportunizará ações voltadas ao atendimento das associadas, tendo em vista que somos uma entidade sem fins lucrativos. Mas também sabemos que um dos nossos grandes desafios é que eles paguem a prestação para a CEF, pois se um deixar de pagar não receberemos o repasse e ele só vem quando o imóvel for entregue, então será apenas daqui a quase 18 meses. Agora só receberemos o recurso para o desenvolvimento das ações e realização da gestão do Programa (entrevista/2013).

O recurso para a construção das unidades habitacionais é encaminhado para a entidade após o processo de análise feita pela CEF e Ministério das Cidades na documentação do terreno, documentação da entidade, vistoria no terreno, projeto da engenharia, projeto técnico social e documentação dos beneficiários. A Resolução 194 (2012) prevê que os

<sup>25</sup> Quando as beneficiárias receberem o imóvel e iniciarem o pagamento do mesmo, junto a CEF, e a adimplência for de 100% a EO receberá um repasse de 5% do montante pago pelas beneficiárias, para que possa desenvolver novas ações a seus associados.

recursos devem ser empregados com custos direto e indireto. Para a referida Resolução são custos direto “terreno, projetos, infraestrutura<sup>26</sup>, edificação, assistência técnica, trabalho social, administração da obra, almoxarifado, canteiros de obras, mobilização, desmobilização” e custos indireto “são as despesas da administração da sede central da Entidade Organizadora e os tributos incidentes na execução do objeto principal do contrato”. Rosália Froés, membro da direção da ASV destaca que “é muito sério o processo de gestão do PMCMV/E, pois todo o recuso vem com seu destino certo, temos que prestar conta ao término de cada etapa se não o recurso para a próxima etapa não vem. A CAO<sup>27</sup> está sempre fiscalizando o processo para que seja garantida a qualidade nos empreendimentos. Nossa gestão é transparente e visa o controle social” (entrevista/2013).

A entidade desenvolve de forma clara a gestão do referido Programa, primando pela transparência de suas ações. O movimento arca inicialmente com todo o processo, mas quando o recurso é repassado ela é ressarcida pelos gastos já realizados dentro do que preconiza a Resolução 194 (2012). Para Silva (2010, p. 32) a gestão social é

Um conjunto de estratégias voltadas à reprodução da vida social no âmbito privilegiado dos serviços – embora não se limite a eles – na esfera do consumo social, não se submetendo à lógica mercantil. A gestão social ocupa-se, portanto, da ampliação do acesso à riqueza social – material e imaterial –, na forma de fruição de bens, recursos e serviços, entendida como direito social, sob novos valores democráticos como equidade, universalidade e justiça social.

O PMCMV/E desde a sua implementação tem tido como agente de sua gestão os movimentos sociais, associações de moradores, organizações não governamentais, cooperativas que tenham em suas atividades a luta pela moradia de forma a atender a população com ações voltadas para as suas necessidades e direitos sociais. Conforme prevê a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 6º “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Os

---

<sup>26</sup> Na planilha de composição dos custos de infraestrutura considerados para o financiamento não devem ser contemplados recursos para as redes de distribuição de energia;c.2) A responsabilidade da distribuidora compreende as obras necessárias, em quaisquer níveis de tensão, para a conexão do empreendimento à rede da distribuidora (RESOLUÇÃO 194, 2012).

<sup>27</sup> Comissão de Acompanhamento da Obra Eleita em assembleia convocada pela Entidade Organizadora - EO, com registro em Ata, composta por mínimo três pessoas, sendo duas do grupo de beneficiários dos projetos e distintos dos membros da Comissão de Representantes - CRE, responsáveis pela execução do empreendimento juntamente com os beneficiários e a EO. (Disponível em <[http://www.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=277:a-resolucao-do-novo-credito-solidario-saiu&catid=64:credito-solidario&Itemid=98](http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=277:a-resolucao-do-novo-credito-solidario-saiu&catid=64:credito-solidario&Itemid=98)>. Acessado em 10 de janeiro de 2013).

movimentos sociais lutam ativamente na busca pela garantia desses direitos, agora com uma ação nova que é a gestão de Programas Minha Casa Minha Vida / Entidades. Para Silva (2010, p. 140-141),

Articulam-se argumentos e ações em favor da reforma do Estado. A gestão social estatal, acusada de perdulária e incompetente, vai dando lugar a novas formas de pensar e equacionar necessidades sociais. Florescem as alternativas de gestão social fora do Estado. No Brasil a reforma do Estado significou desestatização. Em nome da eficiência, da produtividade e da qualidade, a produção estatal de determinados bens e serviços é transferida para agentes do setor privado, inclusive na área das políticas sociais.

Chamamos a atenção para o fato de que essas entidades que realizam a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades têm interesses políticos nestes empreendimentos. Não raro as suas lideranças pleiteiam cargos de parlamentar nas Câmaras ou Assembleias Legislativas. Não devemos ter uma visão romântica sobre essas entidades quanto aos ganhos políticos que elas obtém.

De acordo com Santos (2010, p. 364) “se é certo que o Estado perde o controle da regulação social, ganha o controle da meta-regulação, ou seja, da seleção, coordenação, hierarquização e regulação dos agentes não estatais que, por subcontratação política, adquirem concessões de poder estatal”.

Dulce Sena informa que “estamos participando de forma constante na luta pela moradia em Manaus, sabemos o quanto é importante nos fazermos presente neste processo, pois a gestão só ocorrerá de forma democrática, concreta e transparente se todos os sujeitos envolvidos estiverem participando do processo, é nesta perspectiva que estamos trabalhando” (entrevista/2013).

Para Santos (2010) a designação Estado enquanto novíssimo-movimento-social pretende salientar a importância atribuída à participação das classes populares e suas organizações e movimentos nesta luta pelo controle democrático do Estado. Este autor chama a atenção para o fato de que “as lutas pela democratização do espaço público têm assim um duplo objetivo: a democratização da meta-regulação e a democratização interna dos agentes não estatais” (SANTOS, 2010, p. 364).

A ASV pauta suas ações de forma clara tendo em vista a responsabilidade que possui ao gerenciar um Programa que requer dos entes envolvidos legalidade, transparência e legitimidade, já que o repasse de recursos torna-se maior a cada luta travada pelos movimentos sociais. Trata-se da “contratação direta com a Entidade Organizadora para

aquisição de terreno, pagamento de assistência técnica e despesas com legalização, como substituta temporária dos beneficiários, vinculado à contratação futura para a produção das unidades habitacionais” (Resolução 194/2012). Todo o custo necessário para o desenvolvimento dessas atividades são repassadas através do Fundo de Desenvolvimento Social ao qual o PMCMV/E está integrado.

De acordo com Dulce Sena, membro da direção da ASV,

Termos uma boa equipe técnica é o que faz a diferença nesse processo, pois sabemos ir à luta, não entendemos com tanta propriedade o desenvolvimento das ações técnicas, as assistentes sociais, engenheiros, administrativos e demais membros que compõem a entidade é que nos auxiliam nesse processo. A União Nacional por Moradia Popular também tem nos assessorado, pois sem a luta que é feita pelas lideranças nacionais nosso trabalho aqui na ponta não conseguiria em um espaço tão curto de tempo tamanha proporção. Temos desenvolvido inúmeras parcerias para o desenvolvimento de nossas atividades, fechamos parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH) que é a gestora do CADÚNICO e quem gerencia o atendimento das famílias para o NIS e assim viabilizarmos o processo, com o SINE visando o encaminhamento e inserção dos nossos beneficiários para o mercado de trabalho e demais instituições públicas e privadas, visando o desenvolvimento dos eixos de ação do trabalho técnico social (entrevista/2013).

Pensar a prática do Serviço Social nos movimentos sociais implica perceber grandes desafios encontrados neste espaço ocupacional, posto não é um espaço tradicional da prática profissional. Exercer a prática profissional junto aos movimentos sociais exige também uma certa militância do assistente social e não só o trabalho técnico-social. Há necessidade de preparo e capacitação para lidar com conflitos e relações de poder, incluindo a prática profissional junto aos movimentos de mulheres.

Costa (2008) destaca que a prática profissional no que tange às relações de gênero devem abordar aspectos em torno do poder da política pelas mulheres, desmitificando a apropriação do patriarcado pela sociedade capitalista para manter a dominação sobre a mulher. O enfrentamento dessa dominação exige preparo e qualificação profissional a fim de que a prática profissional contribua para o emponderamento das mulheres. Tatiane Franco Nascimento, 32 anos, assistente social do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades e voluntária do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo revela que,

Desenvolvemos um trabalho que prima pela transparência e legalidade. Nossas ações são pensadas e executadas de forma a atender a demanda que nos chega, assim como visa o preparo das mulheres para que possa ser

possível a emancipação social de suas famílias, assim como o emponderamento dessas mulheres (entrevista/2013).

Para Yamamoto (2009) uma das condições do exercício democrático é captar os reais interesses e necessidades das classes subalternas, sentir com ela suas paixões para que se possa efetuar a crítica do senso comum e da herança intelectual acumulada ao papel da “filosofia da práxis”. Para esta autora a profissão de Serviço Social possui um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. De acordo com Yamamoto (2009, p. 77) “o desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social”. Rosineide Silva Farias Saraiva, 36 anos, assistente social do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades no Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo diz o seguinte: “buscamos em nossas ações com as famílias verificar suas reais necessidades, pois não podemos levar propostas que não atraia essas mulheres a participarem de nossas ações. O trabalho na comunidade é diferente e no PMCMVE também, sem a participação das mulheres não alcançaremos nossos objetivos” (entrevista/2013).

Yamamoto (2009, p. 58) chama a atenção para o fato de que “o assistente social é o profissional que trabalha com políticas sociais, de corte público ou privado e não resta dúvida ser essa uma determinação fundamental na constituição da profissão, impensável mais além da interferência do Estado nesse campo”. Dulce Sena diz que “quando começamos a trabalhar com as assistentes sociais sentimos muitas dificuldades, pois não entendíamos como funcionava a prática deste profissional, hoje temos um bom relacionamento e entendemos que sem a presença deste profissional não conseguiríamos desenvolver de forma satisfatória as exigências desse processo” (entrevista/2013).

Não obstante, deve-se reconhecer o fato de que a prática profissional realizada junto aos movimentos sociais é muito mais difícil do que em outras instituições. O despreparo de algumas pessoas que estão à frente dos movimentos sociais contribui para esta dificuldade encontrada na prática profissional. Rosineide Saraiva, assistente social da ASV que trabalha no PMCMV/E revela que,

Todos os dias é um desafio para nós (assistentes sociais) na ASV, pois quando chegamos para desenvolver as atividades as coordenadoras da entidade já estão distribuindo a documentação, preenchendo fichas dos associados, então reunimos e explicamos como é desenvolvida nossa prática profissional. Mas elas muitas vezes não aceitam, então precisamos criar estratégias para que o processo não seja prejudicado, uma vez que eles infringem nosso código de ética e isso não aceitamos. Nos cobram ações,

mas querem fazer de qualquer forma e isso não concordamos e buscamos desempenhar nossas ações de forma ética e profissional, sendo realmente um desafio para o serviço social atuar no movimento social e no PMCMV/E (entrevista/2013).

De acordo com Iamamoto (2009) os princípios constantes no Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria. Para esta autora, “então ele não pode ser um documento que se “guarda na gaveta”: é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano” (IAMAMOTO, 2009, p. 78).

O Serviço Social é o “carro” chefe do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades. É o assistente social o responsável pela organização documental, seleção dos beneficiários, entrevista socioeconômica, exatidão de parecer social, encaminhamentos sociais, formalização de parcerias, contatos institucionais, pesquisa juntos aos associados da entidade com o intuito de apreender suas necessidades para a elaboração do projeto técnico-social que é de responsabilidade do assistente social, dentre outros encaminhamentos. De acordo com Tataiane Franco, “nossa prática é desenvolvida baseada num arcabouço teórico – metodológico e dentro de uma perspectiva crítico – dialética. Os instrumentais operativos utilizados em nossa prática profissional são: visitas domiciliares, laudos, pareceres, entrevista socioeconômica e outros que sejam necessários no processo” (entrevista/2013). No processo de seleção dos beneficiários do Programa o assistente social precisa orientar os beneficiários a realizarem a inscrição no Cadastro Único<sup>28</sup> dos Programas Sociais do Governo Federal para que seja gerado o Número de Identificação Social (NIS), pois é através do NIS que será realizada a conectividade desta família. Ou seja, é quando a Caixa Econômica Federal fará o cruzamento das informações que constam na base do CADÚNICO com o que está sendo apresentado pela Entidade Organizadora (EO).

O Trabalho social em programas e projetos de Habitação de Interesse Social (2010) tem como eixo central o apoio às reivindicações e à organização popular. “Os movimentos de moradia passam a identificar os técnicos como aliados de suas lutas, num contexto mais

---

<sup>28</sup> É um mapa representativo das famílias mais pobres e vulneráveis do Brasil, com ampla potencialidade de utilização pelas políticas públicas, pois apresenta informações da família e do domicílio em que ela reside como composição familiar; endereço e características de seu domicílio; acesso a serviços públicos de água, saneamento e energia elétrica, despesas mensais; e vinculação a Programas Sociais, assim como dados de cada um dos componentes da família como documentação civil; qualificação escolar; situação no mercado de trabalho; rendimentos, entre outros. O Cadastro Único foi regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

amplo de lutas pela redemocratização do País” (Curso a Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social<sup>29</sup>, 2010, p. 48).

De acordo com a União Nacional por Moradia Popular – UNMP

O município deverá providenciar a inclusão ou atualização dos dados da família selecionada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), antes da indicação do candidato para a Caixa Econômica Federal, instituições financeiras ou agentes financeiros. As informações dos candidatos selecionados serão verificadas pela Caixa junto ao cadastro de participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); ao Cadastro de Mutuários (CADMUT); ao Cadastro de Inadimplência (CADIN) e ao Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliária (SIACI). Após o cruzamento de dados, as famílias irregulares serão excluídas do processo. Os estados que participaram com contrapartida no empreendimento deverão solicitar ao município a inclusão ou atualização dos dados do candidato no CadÚnico<sup>30</sup>.

O trabalho técnico social do assistente social no Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo – ASV, é intenso, sendo, pois, necessário realizar mutirão aos sábados para o atendimento social das mulheres e famílias beneficiárias para fins de regularização de documentos. Rosineide Silva Farias Saraiva, assistente social do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo deixa claro o fato de que,

Todo dia temos usuários procurando por inscrição, cada um com uma realidade diferente, como nossas inscrições já encerraram, criamos uma lista de espera e desenvolvemos todos os procedimentos e orientações para quando formos inseri-los no processo já estarem prontos. Já percebemos em nossos atendimentos que muitas famílias vivem em áreas afastadas enquadrando-se em aspectos relacionados a segregação socioespacial, o que tem levado os mesmos a condições de vida vulneráveis (entrevista/2013).

De acordo com Fraga (2010) o trabalho do assistente social está voltado para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos, na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos. Para esta autora, “o assistente social deverá imprimir em sua intervenção

<sup>29</sup> Disponível em <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro\\_EAD\\_19-10-10.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD_19-10-10.pdf)>. Acessado em 15 de dezembro de 2012.

<sup>30</sup> Disponível em <[http://www.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=626:pr-seminario-de-his-em-nova-data&catid=56:pr-ecomoradia-no-encontro-estadualda-ump&Itemid=76](http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=626:pr-seminario-de-his-em-nova-data&catid=56:pr-ecomoradia-no-encontro-estadualda-ump&Itemid=76)>. Acessado em 10 de maio de 2013.

profissional uma direção, sendo necessário, para isto, conhecer e problematizar o objeto de sua ação profissional, construindo sua visibilidade a partir de informações e análises consistentes numa atitude investigativa” (FRAGA, 2010, p. 45).

A ASV no que tange à luta por moradia e garantia dos direitos de suas associadas busca inserí-las no processo de luta, tendo em vista que sem a participação popular o movimento perde força e a gestão do Programa não acontece. Rosineide Saraiva, assistente social do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo, revela que “sempre organizamos os associados para participarem da luta, em nossas reuniões desenvolvemos ações que visam esclarecer e sensibilizar as inscritas no Programa acerca da importância da participação delas no processo, pois sem elas nem o processo e nem a gestão existem” (entrevista/2013).

O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades é visualizado pelos associados da ASV como sendo o único na história que assume o corte de gênero na política habitacional, posto que ele possui como condicionalidade as mulheres chefes de família como já assinalamos anteriormente. De acordo com a Portaria 610 de 2011 os beneficiários do Programa são,

Pessoas físicas com renda familiar bruta mensal de até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos Reais); será permitido às mulheres chefes de família firmar contrato de financiamento independente de outorga do cônjuge, na forma do art. 73-A da Lei nº. 11.977/2009; 3% das unidades habitacionais para atendimento aos idosos, conforme disposto no inciso I do art. 38 da Lei nº. 10.741/2003, e suas alterações – Estatuto do Idoso; famílias residentes em áreas de risco<sup>31</sup> ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; 3% para pessoa com deficiência (PORTARIA Nº 610, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011 e RESOLUÇÃO Nº 194, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012).

Os movimentos sociais podem acrescentar até 3 critérios além dos já estabelecidos pelo próprio referido Programa<sup>32</sup> contanto que tais critérios não sejam contrários aos já previstos. A ASV no desenvolvimento da gestão do referido Programa estabeleceu os seguintes critérios: a frequência de suas associadas em suas reuniões que ocorrem uma vez ao

<sup>31</sup> Um dos critérios adotados pelo Programa são famílias que residem nas áreas de risco. São consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil (PORTARIA Nº 610, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011).

<sup>32</sup> As entidades organizadoras deverão aprovar os critérios adicionais em assembleia geral, regulada pelos seus respectivos estatutos e registrada em ata específica. As entidades organizadoras deverão dar conhecimento a todos os seus associados e divulgar as atas de aprovação nos meios de comunicação do município (PORTARIA Nº 610, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011).

mês em espaço cedido pelo Sindicato dos Metalúrgicos; mulheres vítimas de violência doméstica; e homens e mulheres solteiros, com ou sem filhos, que vivam em condições precárias. Rosineide Saraiva, assistente social da ASV que trabalha no PMCMV/E revela que

Os critérios estabelecidos pela ASV foi votado em assembléia, registrado em ata e divulgada através das reuniões mensais que fazemos com os associados. Os critérios vão ao encontro das necessidades dos associados, sendo estas percebidas pela equipe técnica social que é composta por 5 assistentes sociais e 1 coordenadora (entrevista/2013).

Os critérios de seleção do PMCMV/E estão ancorados na participação social, todos os associados são convocados a esta participação, o que torna este processo amplamente democrático. Dulce Sena revela que, “sem as famílias a nossa gestão não ocorre, são eles que legitimam o movimento, desta forma criamos estratégias em conjunto com a equipe técnica social para que as nossas ações tenham cada vez mais força” (entrevista/2013).

Para Faleiros (2005) as estratégias são processos de articulação e mediação de poderes e mudança nas relações de interesses, referências e patrimônios em jogo. Segundo o autor “pelo arranjo de recursos, de vantagens e patrimônios pessoais, seja pela efetivação de direitos, de novas relações ou pelo uso de informações” (FALEIROS, 2005, p. 76). De acordo com o autor, “não é possível viver sem referência às instituições sociais, elas fazem parte das trajetórias e estratégias dos sujeitos e por sua vez definem trajetórias, itinerários e estratégias, já que pressupõem relações de poder e saber que interferem na vida e no cotidiano dos indivíduos” (FALEIROS, 2005, p. 78).

O autor chama a atenção para o fato de que “o serviço social se inscreve num contexto institucional permeado de conflitos, de lutas, de jogos de poder e recursos, o que sempre tenho enfatizado, e participa da articulação de estratégias que variam de acordo com a perspectiva teórica e ideológica de seus atores, assim como das relações de poder das instituições” (FALEIROS, 2005, p. 77).

Para Gohn (2011, p. 14-15) “os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnóstico sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes articulam ações que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”.

O Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades é de extrema relevância para que a sociedade civil tenha garantido seu espaço no que tange ao direito à cidade, tendo em vista que a problemática habitacional em Manaus é grande e as ações desenvolvidas pelo poder

público local é ínfima, no atendimento à essa parcela da sociedade que clama por políticas públicas que venha garantir-lhes o direito à terra.

No referido Programa existe os agentes participantes que recebem uma terminologia, e cada um tem a sua responsabilidade determinada conforme previsto na Resolução Nº 194 de 2012, posto que todos os agentes estão entrelaçados do início ao fim no processo. A Resolução aponta que no Programa estão inseridos como agentes participantes do processo os seguintes organismos:

Gestor da Aplicação - Ministério das Cidades; Agente Operador - Caixa Econômica Federal (CAIXA); Agentes Financeiros - Instituições Financeiras Federais; Entidade Organizadora - Cooperativas habitacionais ou mistas associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos habilitadas previamente pelo Ministério das Cidades; Comissão de Representantes – CRE e Comissão de Acompanhamento de Obra - CAO, constituídas em eleição pelos beneficiários e representatividade da EO; Beneficiários - Pessoas físicas cujas famílias se enquadram nas regras do programa e que sejam participantes e indicadas pela Entidade Organizadora; Agentes Fomentadores - Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, Companhias de Habitação Popular – COHAB's e órgãos assemelhados; Agentes Executores - Empresas do setor de construção civil responsáveis pela execução da obra ou Entidade Organizadora; Equipe ou órgão de assessoria técnica, contratada pela Entidade Organizadora; e Outros órgãos ou entidades, que a critério da Entidade Organizadora, participem da realização dos objetivos do projeto (RESOLUÇÃO Nº 194, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012).

Todos os órgãos/agentes envolvidos no processo devem estar bem articulados entre si, uma vez que cada um tem uma ação própria e um depende do outro. De acordo com Faleiros (2005), as estratégias são fundamentais neste processo, tanto por parte dos movimentos sociais quanto pelos órgãos envolvidos. A gestão deste processo não é fácil, tendo em vista que para os movimentos sociais essa prática é nova, então, buscam apropriar-se do processo recorrendo à profissão do serviço social para poderem apresentar os resultados que desejam, pois a militância que eles possuem e sabem desenvolver não dá a eles o conhecimento técnico. Rosália Froés revela que “pensamos que era simples, mas não é, o processo é trabalhoso e extremamente burocrático e nós dos movimentos sociais não entendemos tão bem dessa burocracia. Isto assusta, mas somos guerreiros e competentes e vamos vencer, nossa gestão será lembrada e ficaremos na história do movimento de luta por moradia” (entrevista/2013).

A gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades pelos movimentos sociais é nova e muitos possuem dúvidas, mas os movimentos de mulheres em Manaus vem

mostrando que é possível e que as mulheres estão preparadas para esta realidade. A gestão não é fácil como nos relatam alguns sujeitos da pesquisa, mas eles acreditam ser imprescindível a presença do movimento neste processo. A presença do assistente social é importante pelo fato de ser legitimadora das ações do movimento na gestão do Programa.

### **CAPÍTULO III – O CONTROLE SOCIAL E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES AMAZONAS SEMPRE VIVO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES**

O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica (E. P. Thompson).

#### **3.1. A ação organizativa da entidade Amazonas Sempre Vivo**

A participação social nas sociedades republicanas é uma instância de atuação política fundamental na organização da cidade e, de modo geral, da coisa pública. Ela expressa e representa uma pluralidade de interesses antagônicos aos interesses dominantes, instalando, desta forma, a luta de classes. De acordo com Teixeira (1995, p. 55) “essa pluralidade de interesses, quando se organiza, cria o que Gramsci denomina de sociedade civil, uma nova esfera de superestrutura jurídico-política que, juntamente com o Estado-coerção, forma o Estado no sentido ampliado”. Torres (2006) chama a atenção para o fato de que o papel da sociedade civil é o de constranger o governo ditando políticas públicas. Para esta autora, “todas as políticas de proteção social que o Estado brasileiro colocou em desenvolvimento são produtos de reivindicação da sociedade civil. O Estado tem um papel de gestor e administrador do bem público agindo em meio à correlação de forças como o fiel da balança entre as classes” (TORRES, 2006, p. 2).

De acordo com Nogueira (2011, p. 121), “a gestão participativa associa-se a um Estado mais aberto à dinâmica social, mais democrático e mais competentemente aparelhado para auxiliar as comunidades a se autogovernarem”.

Para Gonh (2008, p. 63) “a identidade política dos movimentos sociais não é única, ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens que geram consciência de interesses”. Os sujeitos pertencentes aos movimentos sociais sabem fazer a leitura de mundo e da realidade e nessa perspectiva a ASV organiza as mulheres beneficiárias para que saibam atuar de forma organizada e, assim, terem condições de fazer o controle social. Rosália Froés, 59 anos, presidente da Entidade Amazonas Sempre Vivo revela que “antes das nossas ações realizamos uma observação das necessidades reais das nossas mulheres, não podemos ir de qualquer jeito. A leitura do mundo delas é necessária porque se

não for feita a nossa luta não ocorre” (entrevista/2013). Gohn (2008, p. 63) reitera o fato de que,

Os sujeitos dos movimentos sociais sabem fazer leitura de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por demanda socioeconômica ou cultural relativa ao não reconhecimento no plano dos valores ou da moral. Infelizmente, no Brasil atual, pouquíssimos movimentos sociais podem ser colocados nesta categoria, de atuação com autonomia.

Os sujeitos sociais atuantes na Amazonas Sempre Vivo estão constantemente em processo de formação, para que consigam entender e realizar a leitura de mundo. D. M. V., 42 anos, associada no Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E diz o seguinte:

Não entendia muito o que era esse processo, vim em busca da minha casa, mas através dos espaços de diálogo percebo que meu papel no movimento vai muito além, nos organizamos para lutar por uma causa comum, sem organização, mobilização e articulação a luta fica enfraquecida. Percebo que ainda temos muito a vencer, até em relação a nós mesmos, precisamos nos organizar mais. Quando a direção convoca vamos em massa, pois já estamos percebendo que a luta não é só das lideranças e sim de cada um de nós (entrevista/2013).

Bravo (2006) sinaliza para a necessidade de um exame das experiências em andamento, bem como das dificuldades que as entidades da sociedade civil têm tido de mobilização e organização na atual conjuntura. Dulce Sena revela que

Temos muitos associados que participam ativamente do processo, mas ainda precisamos fortalecer, pois muitos não dão a devida importância, não percebem que o processo é nosso, de cada um de nós e que se não estivermos unidos nossa força cai. Então, em todas as nossas reuniões com os associados reforçamos a necessidade de em nossas mobilizações todos estarem presentes (entrevista, 2013).

Bravo (2006) aponta a necessidade de a sociedade civil participar ativamente dos processos de decisão não só através dos conselhos nas três esferas (municipal, estadual e nacional), mas também no âmbito de todas as instâncias de participação. Quanto aos conselhos deve-se reconhecer que eles ainda não desenvolvem o protagonismo social como deve ser, há ainda muitos obstáculos a serem vencidos para se estabelecer o controle social. Conforme Bravo (2006, p. 92),

Parte-se do pressuposto que muitos dos obstáculos enfrentados pelos conselhos decorre da cultura política presente ao longo da história brasileira, que não permitiu a criação de espaços de participação no processo de gestão das políticas sociais públicas, havendo o predomínio da burocracia, com ênfase nos aspectos administrativos e técnicos, bem como nas práticas do favor, patrimonialistas (uso privado da coisa pública), de cooptação da população, populista e clientelistas.

Correia (2002) destaca que há cada vez mais a necessidade de a atuação dos movimentos sociais neste processo de tomada de decisão, pois a sociedade civil deve estar presente para que a tomada de decisão não seja arbitrária e a sociedade desconheça o real destino dos recursos públicos. Para Dulce Sena, “é através da nossa participação ativa no Conselho das Cidades no Amazonas que iremos direcionar o destino dos recursos públicos, pois nossa Cidade deve ser do jeito que o povo quer” (entrevista, 2013).

É notório a importância da participação nos espaços de discussão dos movimentos sociais, pois Pereira (2007), chama atenção para a diferença entre mínimos e básico ao destacar que quando a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS se refere à provisão fala de mínimos, e quando se refere à garantia de atendimento fala de necessidades básicas. Para esta autora, o termo mínimo expressa a desproteção social ou mesmo pressupõe a supressão de cortes de atendimento tal como propõe a ideologia neoliberal, enquanto que o termo básico expressa as necessidades a serem satisfeitas, constituindo as condições prévias para o exercício da cidadania. Pereira (2007, p. 27) destaca que

Para que a provisão social prevista na LOAS seja compatível com os requerimentos das necessidades que lhe dão origem, ela tem que deixar de ser mínima ou menor, para ser básica, essencial, ou precondição à gradativa otimização da satisfação dessas necessidades. Só então será possível falar em direitos fundamentais, perante aos quais todo o cidadão é titular, e cuja concretização se dá por meio de políticas sociais correspondentes.

De acordo com Dulce Sena, “temos muitas dificuldades neste processo de organização das famílias beneficiárias do Programa, pois mantê-las participando do processo é uma luta diária, pois em alguns momentos elas desanimam. Mas, em conjunto com o serviço social buscamos estratégias para que as beneficiárias estejam sempre organizadas no e para o processo” (entrevista/2013). Correia (2000) sinaliza para o fato de que sem a organização social da sociedade civil não há avanço nas políticas sociais, e que os movimentos sociais são o pilar deste processo, uma vez que os objetivos do controle social “devem estar parametrados no atendimento às necessidades humanas básicas em sua plenitude natural, social, econômica e política” (CORREIA, 2000, p. 127).

Para Campos (2006) o controle social pressupõe a construção de uma perspectiva de um futuro capaz de reduzir desigualdades sociais e promover a justiça social. Rosália Fróes, (59 anos), presidente da Entidade Amazonas Sempre Vivo destaca que “mesmo com todas as dificuldades que passamos para organizar a famílias, percebemos que não podemos deixar de participar do Conselho das Cidades, pois lá é o espaço onde a nossa voz ecoa em busca das mudanças necessárias para que as desigualdades sociais sejam diminuídas e quem sabe extinta” (entrevista/2013).

As ações desenvolvidas pela equipe técnica e lideranças da ASV vem reforçar o que destaca Touraine (1997) no sentido de que um movimento social é mais que um grupo de interesse ou um instrumento de pressão política. Para o autor o movimento põe em questão o modo de utilização social de recursos e modelos culturais. O controle social na sociedade manauense parece ser exercido mais pelas mulheres, posto que elas estão fortemente presentes nas entidades associativas, assistenciais, fóruns de debate e outros. São atuantes nos diversos conselhos de gestão pública, nas conferências, sempre preocupadas em participar de cursos de formação. Todos os anos, salvo algumas raras exceções, o GEPOS – Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: gênero, política e poder (vinculado ao CNPq e à Universidade Federal do Amazonas) oferece curso de extensão universitária para as mulheres do Fórum Municipal de Mulheres de Manaus para se capacitarem e estarem preparadas para a luta. Tatiane Nascimento Franco, 32 anos, assistente social da ASV que atua no PMCMV/E revela o seguinte:

Estamos ativas em todos os espaços, sempre reservamos um tempo para a formação da equipe técnica e das lideranças do movimento. Acreditamos que para propormos ações precisamos estar embasados e com conhecimento sobre as necessidades de nossos associados. Na Conferência das Cidades nos fazemos sempre presente, pois são nas conferências que são colocados em pauta os anseios e necessidades do povo e lá surgem as propostas de políticas públicas (entrevista/2012).

Para Campos (2006, p. 104) existem dois tipos de controle social, um relacionado à área dos controles externos e outra que diz respeito aos mecanismos de controles internos. Para este autor, o primeiro está relacionado aos mecanismos de repressão à manutenção da ordem e o segundo é mais sutil, porém, mais avassalador uma vez que “horizontalmente construído, ocorre como produto de uma socialização que naturaliza as desigualdades sociais e individuais, que justifica privilégios e que consente discriminação”. Mas segundo este autor no Brasil o que prevalece é o de natureza mais política, pois “filia-se a um ideal que radicaliza

a democracia, atribuindo-a a uma dimensão mais coletiva” (CAMPOS, 2006, p. 104). Adnamar Santos, representante do Fórum da Reforma Urbana e Conselheiro do Conselho das cidades do Amazonas é enfático em afirmar que,

Quando não nos dão espaço, conquistamos, é através da luta que nos fazemos presente. Vivemos em um país onde a democracia é constante, mas quando se fala em debater os recursos públicos e o destino deles, poucas vezes chamam a população, a sociedade civil e os movimentos sociais para o debate, mas mesmo sem o convite formal estamos lá. As lideranças em âmbito nacional, estadual e municipal estão sempre unidas para que tenhamos força e voz neste processo (entrevista/2012).

Campos (2006, p. 105) destaca que o controle social como prerrogativa da sociedade civil envolve o desenvolvimento e a afirmação de competências diversas: “primeiro, por se tratar de processo político; segundo, porque também é demanda de natureza técnica; terceiro, pela dimensão ética que contempla”. No que tange ao processo político o controle social investe os representantes da sociedade civil de prerrogativas para intervir na agenda do governo. Tatiane Nascimento Franco, assistente social da ASV que trabalha no PMCMV/E pontua que,

Participamos ativamente dos espaços de discussão acerca das políticas públicas, seja nos Conselhos, Conferências e até mesmo quando precisamos organizar os associados visando a mobilização em prol da garantia de seus direitos. Não podemos deixar de participar, pois são nesses espaços que debatemos, pontuamos, denunciemos e propomos alternativas visando diminuir a burocracia e morosidade que enfrentamos em alguns órgãos públicos. Mas já percebemos mudança do início do processo para agora, isso significa dizer que a luta está posta e que os movimentos não perderam sua identidade, quando participam desses espaços (entrevista/2013).

Para Campos (2006) este é o ideal da democracia participativa que nos anima no difícil e complexo empreendimento do controle social, e numa gestão democrática é atribuição da sociedade civil intervir na definição de políticas e na fiscalização das ações governamentais. Para este autor,

Essa investidura pressupõe, ou melhor, requisita um conjunto de prerrogativas, as quais a sociedade civil deve dispor para desempenhar o controle social. Os conselhos e as organizações credenciadas para atuar na área da assistência social estão investidos de atribuições e competências legais para, por meio de conferências específicas, definir as prioridades políticas que deverão nortear os compromissos governamentais no âmbito de sua respectiva jurisdição. Em tese, ou do ponto de vista puramente teórico, o controle social integra um processo de gestão democrática no qual as

políticas sociais, dentre elas a política de assistência social, são objeto e objetivo do interesse público (CAMPOS, 2006, p. 105).

A ASV em suas ações organizativas busca incentivar seus associados a criarem a cultura da participação social que é o elemento central da gestão democrática. Outros direitos como saúde, assistência social, educação, trabalho e outros compõem a pauta reivindicativa da ASV. Para Rosália Fróes, “nossas ações são intensas, o movimento não pára. Lutamos principalmente pela moradia, mas também atuamos na educação, saúde, saneamento e outras, pois o povo precisa é de melhores condições de vida” (entrevista/2013).

A entidade habilitou-se junto ao Ministério das Cidades em 2012, mas sua luta já vem desde a sua fundação em 2007. Depois de sua filiação à União Nacional por Moradia Popular a referida entidade passou a trabalhar de forma organizada criando força para lutar pela qualidade de vida e pela construção da cidadania de toda população. Torres (2007, p. 155) assinala que,

A história do sindicalismo e dos movimentos sociais na sociedade brasileira é marcada por fluxos e refluxos, avanços e recuos, conquistas, repressão, vitórias e perdas para as classes trabalhadoras. É essa a história da arte da organização dos trabalhadores. Os sindicatos e os movimentos sociais tornaram-se instrumentos e expressão identitária de uma classe antagonista ao capitalismo e suas relações de exploração. São formas organizadas de fazer política e de apropriação do espaço público por sujeitos coletivos, que buscam construir e afirmar a cidadania numa interlocução com o poder.

Torres (2006, p. 01) relembra que a sociedade civil historicamente reivindicou o direito de participar na formulação de políticas públicas fiscalizando a execução dessas políticas, mas só “hoje, a participação da sociedade é capitaneada pelo Estado como contribuição decisiva para melhorar a qualidade da gestão pública, orientando-o para atender as principais demandas da população e fortalecendo a capacidade de diálogo com o poder público”. A ASV busca o diálogo com o poder público sempre colocando-se no front das discussões em favor da população que representa. De acordo com Dulce Sena, membro da direção da ASV,

Estamos unidos e organizados para a luta, não deixamos nossa identidade ser perdida. Este Programa foi a conquista dos movimentos sociais e estaremos sempre presentes nos conselhos e conferência pois os companheiros precisam de força para terem suas propostas aprovadas. Sabemos reconhecer quando o Estado desenvolve suas ações de forma clara e em prol do povo, mas quando temos que cobrar o fazemos também (entrevista/2013).

A Amazonas Sempre Vivo possui mais de 500 mulheres associadas em processo de análise pela equipe técnico-social para inserção no PMCMV/E. Estas associadas participam de reuniões mensais na entidade momento em que são informadas sobre o andamento do processo, oportunizando a elas certa formação com vistas à melhorar a atuação no movimento. Gonh (2008) chama a atenção para o fato que os movimentos sociais precisam estar atuantes em seu processo de mobilização para que não haja perda de sua identidade e possa estar ativamente voltados ao atendimento da população. Para a autora “o grau de organicidade, capacidade de proposta, capacidade de mobilizar por meio de convocações, discurso político, grau de autonomia e taxa de afiliação (número de militantes/participantes ou adeptos dos movimentos). Essas dimensões são analisadas em uma perspectiva histórica” (GONH, 2008, p. 61). De acordo com Dulce Sena

Temos um bom número de associados, quando acionamos eles participam, mas enfrentamos uma problemática que é a contribuição (afiliação) que os mesmos fazem, pois temos ainda um número pequeno que contribui assiduamente com nossa taxa de associado de R\$ 10,00 mensais. A taxa foi votada em assembleia e eles mesmos estipularam o valor, mas sempre lutamos para que eles colaborem, pois é através dessa contribuição que tiramos as xerox dos formulários da CEF, necessário para o processo. Mas sabemos que é uma luta também esse processo com os próprios militantes (entrevista/2013).

A participação social é fator importante para a continuidade das ações dos movimentos sociais, haja vista que sem mobilização e participação o movimento perde força e os sujeitos ficam fora do processo. Para Gohn (2008) existe dois tipos de mobilização a saber: política e social, a mobilização política segundo a autora refere-se a “um processo de ativação das pessoas, ou massas. Poderá ser feita tanto pelos governantes como por líderes da sociedade civil” (GOHN, 2008, p. 65). A mobilização social possui relevância significativa uma vez que

Refere-se à ativações que visam mudança de comportamento ou adesão a dados programas ou projetos sociais. Mobilização social, nesta acepção, envolve uma série de processos que objetivam mudança de comportamento, aquisição de novos valores, acesso a meios de inclusão social etc. Apela-se para a adesão do outro numa dada ação social, com um certo sentido já configurado. Nesta acepção, mobilização é uma categoria gêmea de participação (GONH, 2008, p. 65).

O PMCMV/E assenta-se na participação ativa de suas beneficiárias. A Comissão de Acompanhamento da Obra - CAO<sup>33</sup> que é determinante neste processo, é votada e eleita em assembleia pelos associados e registrada em ata devidamente assinada. Deve possuir no mínimo 3 membros, sendo 01 da entidade organizadora e 02 do grupo de beneficiários. Esta comissão é de suma importância no processo cujas atribuições, conforme a Resolução 194 de 2012, consiste em acompanhar a execução da obra por meio do cronograma físico financeiro, observando as especificações do memorial descritivo; comunicar à construtora, à EO e à Caixa Econômica Federal sobre irregularidades para verificação; repassar informações sobre o andamento da obra aos demais adquirentes; e registrar as visitas realizadas. Compete à equipe técnico-social em suas ações do PTS<sup>34</sup> desenvolver atividades voltadas para a formação da equipe que irá compor a CAO de forma a orientá-los acerca de suas atribuições, atividades e sobre a necessidade de os mesmos encaminharem relatórios para a Caixa Econômica Federal – CEF após as visitas de acompanhamento. Tatiane Nascimento Franco, assistente social da ASV que trabalha no PMCMV/E informa que,

Já iniciamos o processo de orientação aos membros da CAO para os associados. Tratamos inicialmente sobre o que é, suas atividades, atribuições e da importância no processo, mas não realizamos a votação, haja vista que a formação levará 2 meses e meio e só após a finalização é que realizaremos a votação. Essa formação é para todos os associados, após a eleição realizaremos uma formação específica para os membros eleitos da CAO (entrevista/2013).

A Amazonas Sempre Vivo também organiza-se para que haja a inserção de seus beneficiários no CADÚNICO, uma vez que este cadastro permitirá aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais verificarem quais famílias já foram beneficiadas, evitando possíveis casos de corrupção nos Programas Federais. A referida assistente social revela que “no início tivemos muitas dificuldades para conseguirmos a inserção das beneficiárias no CADÚNICO, mas através de ofícios e muito empenho conseguimos incluí-las neste cadastro. Mas ainda possuímos associados que não possuem o cadastro em virtude da indisponibilidade de horário dos próprios beneficiários em estarem presentes nos dias em que conseguimos atendimento para nossa demanda” (entrevista/2013). D. C. M. V., 50 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E enfatiza que

---

<sup>33</sup> Comissão de Acompanhamento da Obra - eleita em assembleia convocada pela Entidade Organizadora, com registro em ata, composta por mínimo de três pessoas, sendo 01 indicada pela Entidade Organizadora e 02 do grupo de beneficiários dos projetos e distintos dos membros da CRE, responsáveis pela execução do empreendimento juntamente com os beneficiários e a Entidade Organizadora (RESOLUÇÃO, 194, 2012).

<sup>34</sup> Nomenclatura utilizada para tratar do Projeto Técnico Social.

“foi muito difícil para conseguirmos o CADÚNICO, se não fosse a articulação e mobilização feita, ainda estaríamos na fila para a inserção, porque a fila para este processo já estava para setembro de 2013 e isso atrasa o processo de todos nós” (entrevista/2013).

Não resta dúvida quanto ao fato de que a participação é expressa através da pressão popular na apresentação de demanda ao poder público. Campos (2006) assinala que as ações públicas devem atentar para compreender os diferentes gradientes e etapas de um processo, cujo compromisso deve estar vinculado com a redução das desigualdades sociais e a geração de oportunidades efetivas para grupos sociais historicamente marginalizados dos benefícios e riquezas gerados pela sociedade brasileira. Para este autor, “o exercício do controle social deve considerar aspectos éticos e pedagógicos dessa experiência participativa com vistas a formar cidadãos mais empenhados e comprometidos com um projeto civilizatório orientado pelos valores efetivos da liberdade e da igualdade de oportunidades” (CAMPOS, 2006, p. 109). Rosineide Saraiva, assistente social da ASV que trabalha no PMCMV/E revela que,

A cada reunião com as beneficiárias do PMCMVE, associadas da ASV, desenvolvemos ações que visa sensibilizá-las acerca do papel que desenvolvem nesse processo, pois elas são os atores sociais e precisam estar organizadas para serem apresentadas, tendo em vista que uma das exigências da Caixa econômica Federal no referido Programa é de que precisamos apresentar a demanda, antes mesmo de qualquer processo, pois sem demanda não há movimento (entrevista/2013).

Para Gohn (2011, p. 14-15), “os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas”. Para esta autora eles se constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. “Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (IBDEM, 2011 p. 14-15).

É importante destacarmos a presença dos movimentos sociais nos conselhos de forma organizada para a efetivação do controle social, sem os quais este controle ficará apenas na formalidade, uma vez que a luta não é apenas pela moradia, mas pela garantia no âmbito do atendimento das necessidades humanas de forma integral, pleno e irrestrito porque “a gente não quer só comida [...] a gente quer comida, diversão e arte<sup>35</sup>”. A presença da ASV e outros movimentos sociais no Conselho das Cidades do Amazonas é a prova de que chegou a vez da participação social no rumo das políticas públicas do Estado brasileiro.

---

<sup>35</sup> Retirado da estrofe da música do Titãs.

### **3.2. A gestão democrática do Programa Minha Casa Minha Vida pela entidade Amazonas Sempre Vivo**

A participação democrática é necessária para que as políticas públicas sejam realmente desenvolvidas, executadas e implementadas. Santos (2010) considera que para avançarmos neste processo de diálogo de participação das classes populares num estágio saudável, é preciso avançar na participação.

De acordo com Raichelis e Wanderley (2004) embora as políticas públicas sejam de competência do Estado, não são decisões impositivas e injunções do governo para a sociedade, mas envolvem relações de reciprocidade e antagonismo entre essas duas esferas. Para estes autores, “mesmo considerando-se a primazia do Estado pela condução das políticas públicas, a participação ativa da sociedade civil nos processos de definição e controle de sua execução é fundamental para a consolidação da sua dimensão efetivamente pública” (RAICHELIS; WANDERLEY, 2004, p. 7).

Nesta nova fase vivida pelos movimentos sociais num efetivo diálogo com o Estado, um dado nos chama a atenção que diz respeito à necessidade de qualificação de seus militantes para atuação na nova tarefa de forma competente. A gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades é uma vitória significativa alcançada pelos movimentos na arena política do embate da luta e isto não pode esvaír de suas mãos. É por isso que estamos preocupadas com a qualificação destes atores sociais, pois a qualificação das lideranças permitirá aos movimentos sociais desenvolverem suas ações com maior qualidade. Mas, é preciso que este processo de mudanças não seja de caráter imediatista só para saber operar o Programa, torna-se mister que os movimentos sociais entrem num processo de efetiva capacitação. De acordo com Dagnino (2002, p. 283),

Uma série de elementos opera na mesma direção, dificultando uma participação mais igualitária nos espaços públicos: o mais importante deles parece ser a exigência da qualificação – técnica e política – que essa participação coloca aos representantes da sociedade civil. A importância dessa exigência está relacionada com o fato de que ela expressa em grande medida o desafio que advém da novidade desses espaços, tanto para a sociedade civil como para o Estado. O reconhecimento dos diferentes interesses e a capacidade de negociação sem perda da autonomia, a construção do interesse público, a participação na formulação de políticas públicas que efetivamente expressem esse interesse são algumas dimensões que constituem essa novidade.

O Estado foi compelido a aceitar a atuação dos conselhos gestores, criação dos fundos municipais, estaduais e federais, tornando democrático o processo de controle social desenvolvido pelos conselheiros que legitimam esse processo. Tatiane Nascimento Franco, assistente social do PMCMV/E na ASV revela o seguinte:

Sabemos da necessidade de participarmos deste processo, uma vez que são os sujeitos que legitimam os conselhos e lutamos, ainda, para que seja criado o Fundo Municipal e Estadual de Habitação de Interesse Social, pois é através deste Fundo que as entidades habilitadas poderão requerer recursos para complementar os projetos de habitação de interesse social por elas desenvolvidos, haja vista que o recurso ainda é pouco para os inúmeros processos pelos quais passamos. Até a finalização da obra e a formação das lideranças e técnicos devem ocorrer de forma sistemática, pois a cada dia uma nova legislação surge (entrevista/2013).

Para Duarte (s/d) No Brasil, nos últimos anos, o Governo Federal tem produzido normativos legais incentivando a prática do controle social da gestão dos recursos públicos. A Lei de Responsabilidade Fiscal, para além de seu forte viés no sentido do controle dos gastos e do endividamento público, apresenta um capítulo referente ao controle e à participação do cidadão (Capítulo IX da Lei nº. 101 de maio de 2000).

Para Raichelis e Wanderley (2004) controle social significa a instituição da participação da sociedade civil na formulação e na revisão das regras que conduzem as ações do Estado no trato com os recursos públicos, fiscalizando o próprio Estado segundo critérios pactuados.

Para Raichelis (2000, p. 85),

E são as classes dominadas da sociedade civil e suas formas de organização e de representação que se encontram diante do desafio de construir e dar unidade às suas propostas políticas, uma vez que as classes dominantes brasileiras nunca tiveram dificuldades em organizar seus interesses e fazê-los prevalecer na sociedade e no Estado [...]. Um dos elementos centrais constitutivos de espaços efetivamente públicos e democráticos é sua ocupação por sujeitos sociais capazes de tornar legítimas suas representações. E isso só é possível quando se constituem como sujeitos coletivos dotados de autonomia e se a legitimidade de sua representação for permanentemente ativada pela democratização radical dos mecanismos decisórios e pelo controle social exercido pelas bases que fundam essa representação. A questão do controle público, portanto, é central em todo o processo de conformação da esfera pública democrática, e supõe a criação de nova cultura política democrática que institua a alteridade, ou seja, o outro dotado de representação e protagonismo.

Inúmeras conferências foram realizadas na década de 90 principalmente na temática dos direitos da criança e do adolescente, mas é nos marcos dos anos 2000 que é posto em marcha um processo mais democrático no qual outros temas passaram a ser debatidos como a habitação, saneamento, mobilidade, gestão democrática dentre outros. Estamos falando da Conferência das Cidades na qual a participação popular se fez fortemente presente e atuante. Conforme destaca Alcir Mato, membro da Executiva Nacional da União Nacional por Moradia Popular – UNMP e conselheiro do Concidades Nacional,

A Conferência das Cidades foi um marco para os movimentos sociais, visualizamos neste espaço a oportunidade de sermos ouvidos e de podermos debater como queremos as nossas cidades e propormos ações que pudesse modificar a realidade em que se encontra a nossa população, sem equipamentos sociais adequados e cada vez mais segregadas. Foi nas Conferências que alcançamos marcos na história dos movimentos sociais, foi nesse espaço que conseguimos ir para a mesa de negociação com o governo, onde podemos ver a democracia ser colocada em prática e os movimentos não foram abolidos do processo (entrevista/2013).

O evento das Conferências das Cidades iniciado no ano de 2003, quando da criação do Ministério das Cidades, promoveu uma mudança significativa no processo de participação popular. Esta mudança aponta para uma nova relação institucional de interação entre governo e sociedade civil para além da mera consulta à população. Essa relação democrática e participativa não ocorreu de uma hora para outra como num passe de mágica. Trata-se de uma conquista histórica construída na luta do dia a dia, na resistência e efetiva organização dos movimentos sociais. Para Gohn (2010, p. 25), “dentre os movimentos populares urbanos, a luta pela moradia continuou a ter a centralidade como a luta popular mais organizada. Uma parte dela tornou-se bastante institucionalizada, atuando no plano jurídico, via suas assessorias, obtendo conquistas importantes como o Estatuto das Cidades.

A Conferência das Cidades é o fórum de discussão e elaboração de políticas públicas para a área urbana. Surge como resultado da pressão das lutas populares junto ao Estado brasileiro que, a partir da Constituição de 1988, passa a incorporar a participação. É dentro do processo das conferências que surge o Conselho Nacional das Cidades, instrumento consultivo e deliberativo que congrega setores da sociedade representativos da cidade expressos em segmentos afetos à política urbana.

A 1ª Conferência Nacional das Cidades aprovou a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social com o intuito de que a política de habitação realmente fosse

colocada em prática, posto que o *déficit* habitacional tão elevado impunha ao Estado tomadas de decisão urgentes na área da habitação.

É dentro da Política Nacional de Habitação, especificamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades, elaborado com a participação popular que se estabeleceu a relação aproximada entre Estado e movimentos sociais.

Segundo Nassuno (1999) e Vieira (1999), ao se pensar em eficiência ou eficácia na prestação de serviços públicos num contexto democrático, parte-se do conceito de cidadania, associando seu desenvolvimento a um processo de conquista e expansão dos direitos do cidadão, iniciado com a afirmação dos direitos civis e que inclui o usufruto dos serviços associados aos direitos sociais. Nesse sentido, a participação dos cidadãos na gestão e no controle das entidades e dos órgãos governamentais representa fonte de informações sobre o desempenho dos burocratas e sobre a qualidade dos serviços públicos. Assim, “mecanismos que viabilizam a participação na gestão e no controle são estratégicos para garantir maior eficiência e qualidade na implementação de políticas públicas” (NASSUNO, 1999, p. 344).

É patente a importância do controle social como o mecanismo de fiscalização não só dos recursos, mas também das políticas públicas. Para Correia (2002, p. 121), “o controle social envolve a capacidade que a sociedade civil tem de interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses da maioria da população”.

Registre-se o fato de que na legislação do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades, os movimentos sociais conseguiram que ficasse garantida a participação na co-gestão do Programa e nos projetos e programas voltados para a moradia. Esta presença dos movimentos sociais na gestão do Programa é fruto do diálogo e embate travado nas Conferências da Cidade em nível nacional. De acordo com o Ministério das Cidades (2010, p. 64),

Entre as diversas propostas dos movimentos de moradia, a defesa da participação popular na política habitacional é uma das principais bandeiras de luta, com destaque para a participação e implementação dos projetos e programas, para a criação de conselhos gestores para definição das diretrizes da política habitacional e a destinação dos recursos nas três esferas de governo; a realização de conferência de habitação, enquanto um espaço de discussão e negociação de propostas entre os diversos grupos e o poder público; e também a implantação de programas autogestionários, ou de cogestão, nos quais as associações de moradores assumem a gestão do empreendimento.

O controle social permite uma participação ativa da sociedade, pois é através deste processo que teremos uma gestão democrática. T. M. C, 24 anos, associada no Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E destaca que “a participação faz o processo crescer, somos nós que vamos morar, então, nós também temos que lutar” (entrevista/2013). Para Campos (2006, p. 109 – 110),

O exercício do controle social deve considerar os aspectos éticos e pedagógicos dessa experiência participativa com vistas a formar cidadãos mais empenhados e comprometidos com um projeto civilizatório orientado pelos valores afetivos da liberdade e da igualdade de oportunidades. A gestão democrática da assistência social, que tem na participação da sociedade civil, nos processos de formulação das políticas e na fiscalização das ações seus traços mais inovadores, precisa afirmar, reiteradamente, os compromissos dessa política com a construção da cidadania aos seus usuários.

Para Pereira (1996) a implementação, formulação e gestão de políticas públicas são concebidas como linhas de ação coletiva que concretizam direitos sociais, por meio dos quais, são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços em resposta às demandas da coletividade.

A gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades é realizada com base no debate democrático e participativo, envolvendo a população usuária do Programa. Em Manaus, é perceptível essa participação na gestão do referido Programa tanto por parte do movimento social de mulheres Amazonas Sempre Vivo (ASV), quanto por parte das mulheres e demais beneficiários usuários dessa política habitacional. T. M. C, 24 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E destaca que,

A ASV atua sempre de forma participativa, as ações por eles desenvolvidas sempre nos são repassadas, percebo uma integração entre eles e um comprometimento. Sempre participamos do processo, pois sei que se a população não participar como conseguiremos mudar o processo em que vivemos. Sabe, vim do interior, lá a gente não tinha condições para nada, aqui vivo em condições precárias, mas percebo através da luta dos movimentos uma oportunidade. Esse não é o primeiro movimento que participo, mas percebi a equipe empenhada em fazer acontecer o processo. Somos participantes ativos dessa luta (entrevista/2013).

No processo de urbanização e industrialização ocorrido nos anos de 1970 o espaço urbano em Manaus modificou-se bruscamente com a implantação do Polo Industrial de Manaus – PIM, visto que a “cidade passa a refletir não só as transformações que se realizam no âmbito do capitalismo mundial, mas também se preparam para oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento industrial” (GOMES, 2005, p.2). O fluxo migratório

ostensivo dos anos 1970 foi um dos maiores em todo país que ocasionou o crescimento populacional e o desordenamento da cidade, através das ocupações que já existiam, porém nesse processo de industrialização houve a formação de várias ocupações fazendo a cidade ampliar-se para as zonas Norte e Leste, sem que houvesse uma adequação desses bairros para receber a população, levando-as a um processo de segregação socioespacial. Para Bentes (2005, p. 36),

Manaus emerge como atrativo para a migração, tanto interna quanto externa à região, e ainda internacional, pois os empreendimentos estabelecidos na cidade acenavam para a possibilidade de geração de empregos e oportunidades de renda para as populações que buscavam no centro urbano a melhoria de suas condições de vida.

M. M. C., 26 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E revela que “no interior não tínhamos nenhuma esperança, um descaso a educação não funcionava, saúde precária, emprego nem em sonho. Viemos para a cidade em busca de melhores condições de vida, mas ainda vivemos de forma precária e com inúmeros problemas com a saúde, educação e emprego” (entrevista/2013).

A ASV encontra dificuldade para desenvolver a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades e um dos aspectos mais significativos é a falta de recursos financeiros e a própria inexperiência dos movimentos sociais em desenvolver esta gestão, tendo em vista que para os mesmos esta é uma prática nova em suas ações. Dulce Sena destaca que,

São muitas dificuldades, não temos recurso para contratação da equipe técnico – social, engenharia, administrativo. Isso em alguns momentos nos deixa de mãos atadas, pois sabemos da importância da presença deles conosco. Essa é uma prática nova para nós da direção, sabemos ir para a luta, mas fazer a gestão requer muito mais do que vontade, exige comprometimento e formação, por isso estamos sempre participando das formações (entrevista/2013).

A Amazonas Sempre Vivo (ASV) está situada no centro de Manaus, mas suas ações atendem todas as zonas habitacionais da cidade. Conforme o Ministério das Cidades (2010, p. 64),

A concepção de gestão pública e democrática traz dois elementos centrais: pública porque se direciona para o atendimento das necessidades da maioria da população, da coletividade, nesse sentido para o interesse público; democrática porque está submetida às regras do sistema democrático, que exige participação da sociedade e transparência nos

procedimentos e recursos, tornando a gestão permeável às demandas emergentes da sociedade.

Para Campos (2006) a participação social tem entre seus méritos a faculdade de proporcionar aos cidadãos maior integração sociopolítica, desenvolvendo em cada um a sensação de pertencimento à sua comunidade. T. M. C (24 anos), associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMVE destaca que “se eu participo eu sou agente deste processo, somos todos sujeitos, pois sem essa atuação como conseguiremos! Sei que muitos não pensam como eu, mas sei que se nos unirmos conseguiremos um espaço só nosso” (entrevista/2013).

Nesse processo participativo e democrático de gestão do Programa os movimentos sociais administram a política pública de habitação de forma que não haja mais a segregação socioespacial das moradias das classes subalternas assistidas pela política habitacional. Rosineide Saraiva, assistente social do PMCMV/E na ASV destaca que “em nosso projeto técnico – social, propomos ações que visam a participação democrática da população, uma vez que antes de sua formulação realizamos um diagnóstico social e é por meio dele que são formuladas as atividades a serem desenvolvidas, voltadas ao atendimento das necessidades da demanda que chega ao serviço social da instituição” (entrevista/2013).

Raichelis e Wanderley (2004) consideram que a gestão política com parcerias entre governos e setores da sociedade civil, requer a democratização da sociedade civil no sentido de que ela assuma responsabilidades de caráter público. Para estes autores, “o orçamento participativo tem gerado contribuições democráticas de mão dupla, trazendo alterações significativas, quer nas ações estatais, quer nas ações dos setores sociais envolvidos” (RAICHELIS; WANDERLEY, 2004, p. 20).

De acordo com os autores no caso brasileiro está em andamento uma multiplicidade de experiências que incorporam organizações da sociedade civil como ONGs, movimentos populares, associações de moradores, sindicatos, entidades empresarias, universidades, entidades sociais, científicas e culturais, em processo de produção e prestação de serviços e de gestão de políticas e programas, nas quais tem se ensaiado diferentes modalidades de controle social sobre as ações públicas estatais.

A modalidade de ação gestão e execução de políticas públicas de habitação pelos movimentos sociais em Manaus, ocorre de forma competente e comprometida com a transparência e o controle social. Rosália Fróes, membro da direção da ASV sinaliza que, “sempre convocamos nossas mulheres para participarem de nossas reuniões mensais, pois são

nas reuniões que deliberamos quais ações iremos realizar. Sem a presença de nossas famílias o movimento não alcança o objetivo da luta” (entrevista/2013).

De acordo com Raichelis e Wanderley (2004) no contexto da gestão pública das políticas sociais, outra modalidade de articulação entre estatal e privado na direção do público tem sido a experiência dos conselhos de gestão das políticas públicas. Para estes autores trata-se de

Prática que vem se desenvolvendo especialmente no âmbito da política da seguridade social nas áreas da saúde e da assistência social, dos conselhos de direitos da criança e do adolescente, conselhos tutelares, conselhos de educação e outros, como os de reforma urbana, política ambiental etc. Muitos desses conselhos foram instituídos nos âmbitos federal, estadual e municipal (RAICHELIS E WANDERLEY, 2004, p. 23).

Dulce Sena sinaliza que “Manaus ainda está lutando para a real efetivação do Conselho das Cidades. Mesmo já tendo sido criado, através da luta dos movimentos de moradia, sua atuação ainda não se faz de forma satisfatória para nós dos movimentos, pois sabemos que é através dele que conseguiremos avançar ainda mais na política de habitação” (entrevista/2013). Para Carvalho (1995) os Conselhos é uma proposta contextualizada em um projeto de reforma democrática do Estado, o autor ainda destaca que os conselhos se apropriam de parcela do poder de governo e devem usá-lo a favor da proposta de reforma democrática do sistema e da ampliação de seu espaço político.

De acordo com Campos (2008) o controle social como processo político pressupõe a existência de governantes democráticos, o que estimula o partilhamento do poder com a sociedade civil e instados à construção de canais de participação e de instrumentos institucionais que favoreçam o protagonismo da sociedade nos assuntos de interesse público.

Raichelis (2000) defende a possibilidade de construção da esfera pública, através do controle social, espaço de explicitação de interesses em conflito, de confronto de projetos sociais e de luta pela hegemonia, no âmbito das políticas sociais. O controle social exige a participação ativa da sociedade civil na esfera pública e os conselhos de gestão são novos mecanismos que dinamizam a participação social.

A legalidade da participação e da descentralização das políticas públicas foi resultado de lutas dos setores progressistas pela redemocratização do país desde o final da década de 70. “A luta pela descentralização dessas políticas foi no sentido de dar mais autonomia aos estados e municípios e de aproximar a gestão da população” (CORREIA, 2002, p. 123-124).

Para esta autora,

A participação social nestas políticas foi concebida na perspectiva do controle social no sentido de os setores organizados da sociedade participarem desde as suas formulação – planos, programas e projetos -, acompanhamento de suas execuções, até a definição de alocação de recursos para que estas atendam aos interesses da coletividade. Foi institucionalizada por meio das conferências, que têm como objetivo avaliar e propor diretrizes para a política específica nas três esferas governamentais, e por meio dos conselhos gestores, que são instâncias colegiadas de caráter permanente e deliberativo com composição paritária, entre os representantes dos segmentos dos usuários e os demais segmentos, e que objetivam o controle social (CORREIA, 2002, p. 124).

Esta é uma vitória significativa alcançada pelos movimentos sociais na esfera pública. Mas, é necessário desencadear o processo de qualificação das lideranças para o alcance de qualidade no protagonismo do controle social.

De acordo com T. E. S. C., 34 anos, associada no Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E “percebemos que é através da participação no movimento nos vemos como participantes deste processo, e passamos a entender que precisamos estar presentes na luta para que a força não se perca ao longo do processo” (entrevista/2013). Para Correia (2002) a luta pela descentralização das políticas foi no sentido de dar mais autonomia aos estados e municípios e de aproximar a gestão da população. Correia (2002, p. 124) destaca que “a participação social nas políticas foi concebida na perspectivas do controle social no sentido de os setores organizados da sociedade participarem desde as suas formulações”.

Conforme Campos (2006) o monitoramento e a avaliação da gestão são compromissos inscritos no processo, principalmente do Sistema Único de Assistência Social – Suas e integram as dimensões do controle social.

Para Campos (2006) a gestão democrática ocorre em virtude da participação da sociedade civil nos processos de formulação das políticas e na fiscalização das ações, que são seus traços mais inovadores. Os compromissos dessa política são com a construção da cidadania aos seus usuários. D. V. M., 42 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMVE diz que,

Nós participamos do processo de decisão, somos consultadas antes das decisões serem tomadas, elas levam para a reunião e nós nos colocamos a favor ou não e também podemos expor as nossas ideias. As assistentes sociais estão sempre de olho para que as ações sejam sempre democrática e

legais percebo que elas (as assistentes sociais e a direção) são sérias (entrevista/2013).

De acordo com Nogueira (2011) é através dos espaços políticos que a sociedade civil vincula-se ao espaço público, para que haja a gestão democrática no processo de desenvolvimento das políticas públicas.

Para Gohn (2011) os movimentos sociais ao organizarem grupos dispersos e desorganizados projetam em seus participantes o sentimento de pertencimento social. D. M. C., 50 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMVE revela que

Em alguns momentos é muito difícil participar, pois precisamos fazer a contribuição de R\$ 10,00 mensal, que foi decidido em assembleia, e as vezes não tenho nem o dinheiro da passagem. Penso as vezes em desistir, mas percebo que se eu desistir será ainda mais difícil ter a casa minha casa própria, então me esforço e vou, mas passo mais de 1 mês se fazer a contribuição quando não tenho como pagar. Já fui com o serviço social ver essa situação, mas elas disseram que a não contribuição, para a entidade (elas deixam claro que não estamos pagando pela casa, é uma contribuição para a entidade, porque somos associados ao movimento) não me deixará fora do processo, isso que me alivia (entrevista/2013).

Algumas beneficiárias da ASV relatam não se sentirem a vontade com a contribuição da taxa de R\$ 10,00, em virtude das dificuldades financeiras que enfrentam, mas a entidade sempre deixa claro que a não contribuição jamais as deixará fora do processo. Rosália Fróes revela que “temos muitas dificuldade, não temos recurso a contribuição que as famílias fazem não é pagamento pela casa, é uma forma de termos o almoço das (os) companheiras (os), transporte, xerox, mas ninguém ficará fora caso não contribua” (entrevista/2013). Em virtude da dificuldade pelas quais as famílias passam o Governo Federal, após muito diálogo com os movimentos sociais baixou o valor da prestação, que era de 10% da renda bruta declarada pelas beneficiárias, para 5% em 2012, e reforçou a cobrança acerca do comprometimento dos movimentos sociais em desenvolver as ações do Projeto Técnico Social – PTS no que tange a geração de emprego e renda para que as famílias possam ser emancipadas e tenham uma mudança em sua realidade social e econômica. Rolnik (2013) também chama a atenção para as reais condições econômicas dessas famílias de arcarem com os custos desse pagamento, pois não podemos colocar essas famílias em uma situação de dívida.

### 3.3. A visão das mulheres usuárias do Programa Minha Casa Minha Vida sobre a entidade Amazonas Sempre Vivo

As mulheres chefes de família constituem-se no alvo central da entidade Amazonas Sempre Vivo. Trata-se de uma categoria social de mulheres que vem crescendo assustadoramente no país.

As famílias chefiadas por mulheres podem ser no primeiro momento confundidas com as famílias monoparentais, no entanto essas famílias não são necessariamente monoparentais. O fenômeno chefia feminina cresceu significativamente nas últimas décadas. No Brasil, no censo do IBGE de 1991, elas eram estimadas em 21,9% passando para 25% no censo de 2000 e chegando ao ano de 2008 com 34,7%.

Para Carvalho (1998, p. 15)

a chefia domiciliar feminina se enquadra em três tipos: a) aquela que se define pela ausência do parceiro sem necessariamente acontecer a manutenção feminina; b) aquela em que há a ausência masculina e a manutenção feminina, c) aquela em que há a manutenção feminina, não implicando necessariamente a ausência masculina.

Tatiane Franco revela que “das famílias que atendemos na ASV a maior parte é chefiada por mulheres sem a presença da figura masculina, tendo as mulheres que arcarem com todas as despesas como o sustento da casa e dos filhos, pois seus ex - companheiros não as ajudam com nada” (entrevista/2013).

As teorias de gênero possibilitam entender o que faz com que nove entre cada dez famílias do tipo monoparental sejam chefiadas por uma mulher. De acordo com Scavone, (2001), ainda são preservados modelos mais ou menos rígidos em torno das expectativas acerca da maternidade ou maternagem e paternidade ou paternagem, em que a ética do cuidado é supervalorizada, o que faz com que o filho ainda seja, prioritariamente, objeto de cuidados da mãe. Assim, as teorias de gênero são a base para se entender o que vai definir a identidade primeira desse grupo – *mulher*, depois, *chefe de família*. Inclusive, “é o principal fator que lhes define um lugar no mundo: tornam-se chefes de família porque são *mães*, num contexto social que prevê um modelo de maternidade ou maternagem, socialmente construído, baseado na hipertrofia de suas responsabilidades parentais” (SCAVONE, 2001, p. 13).

De acordo com Mendes (2002, p. 20) a chefia feminina “se consubstancia como um avanço da trajetória das mulheres na sociedade, particularmente pela sua saída do domínio exclusivamente doméstico e seu ingresso no mercado de trabalho”. Mas, ao lado dessa

questão, mais geral da independência e emancipação feminina não se pode desconsiderar outras questões que estão relacionadas às trajetórias e experiências, como por exemplo a luta pela licença maternidade, melhores salários, condições dignas de trabalho vivenciadas pelas mulheres. O relato de D. C. M. V., 50 anos, associada no Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMVE diz que

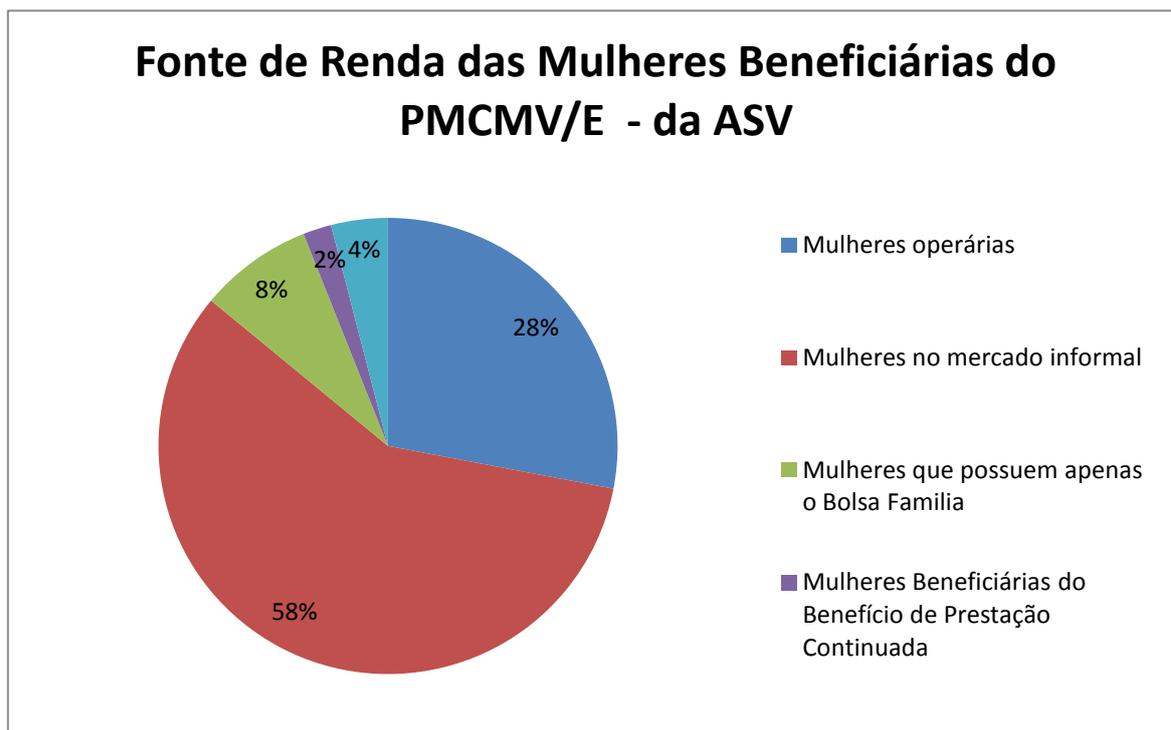
Quando assumi a responsabilidade da casa e dos filhos não tinha noção do que e como iria fazer. Então fui procurar emprego porque precisava sustentar meus filhos, o pai ajudava, mas era muito pouco porque ele estava sem trabalhar. Quando consegui um emprego foi uma emoção porque poderia oportunizar aos meus filhos uma vida digna, mas logo percebi que mal dava para pagar as contas, isso fui muito triste. Não tínhamos, e ainda não temos, uma casa própria e o salário mal dá pra pagar as contas, o que dirá fazer um financiamento. Percebo no movimento uma chance de ter a casa própria. (entrevista/2013).

O trabalho doméstico é apontado por autores como Demo (2005), Bruschini e Lombardi (2003), como a importante porta de entrada para inúmeras mulheres chefes de família. O trabalho doméstico se apresenta como nicho ocupacional feminino por excelência, no qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres. Essa ocupação representa a oportunidade de trabalho para mais de 4 milhões de mulheres no Brasil, mesmo sendo considerada precária e com baixo índice de carteira assinada e baixos salários recebidos.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2011) o emprego doméstico, pela primeira vez, deixou de representar a maior categoria profissional feminina, no Brasil. De acordo com os dados da PNAD (2011), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa ocupação passou a ocupar a terceira posição no *ranking*. A PNAD mostra uma redução de 2009, quando havia 6,702 milhões de trabalhadoras domésticas remuneradas (17%), para 6,160 milhões de domésticas (15,6%), em 2011.

No Brasil, Barroso e Bruschini (1981) apontam que, embora já houvesse no país um contingente expressivo de famílias chefiadas por mulheres, é a partir dos anos 1970, que elas passam a ter visibilidade e conquistam um lugar entre as pesquisas sociológicas.

No que diz respeito à fonte de renda das mulheres beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, usuárias da entidade Amazonas Sempre Vivo esta pesquisa constata a seguinte situação:



Fonte: Dados da pesquisa de campo / 2013.

As mulheres beneficiárias do PMCMV/E da Amazonas Sempre Vivo têm o seguinte perfil de rentabilidade: 58% destas mulheres estão inseridas no mercado informal e esta condição nega-lhes os direitos trabalhistas tão arduamente conquistados pelos trabalhadores. Apenas 28% do total de mulheres trabalhadoras estão inseridas no Polo Industrial de Manaus como operárias, em sua maioria nas linhas de montagem. Uma parcela menor das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, em torno de 8%, não possuem nenhuma outra renda a não ser o Bolsa Família e 2% das mulheres beneficiárias dos programas de geração de renda são usuárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Do total de mulheres que estão trabalhando no mercado informal, somente 4% recebem o Programa o Bolsa Família. De acordo com Barroso & Bruschini (1981, p.40)

É preciso não esquecer que as mulheres chefes de família costumam ser também ‘mães-de-família’: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo quando as duas vítimas são encarnadas por uma só pessoa.

A família monoparental feminina constrói-se sobre esta denominação de chefia feminina, muitas vezes, devido a separação dos cônjuges e, nesses casos, geralmente não há participação financeira do cônjuge masculino na criação dos filhos. De acordo com D. V. M., 42 anos, associada no Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E “quando me separei do pai dos meus filhos foi muito difícil, não tínhamos nada, ele não ajudava financeiramente e então tive que ir atrás, pois precisava sustentar meus filhos” (entrevista/2013).

As mulheres tem consciência de que não basta os direitos estarem garantidos em Lei, é preciso haver organização política por parte da sociedade civil para fazê-los sair do papel. De acordo com Torres (1997) é a partir dos anos de 1970 que os movimentos sociais passam a assumir um cunho político relevante, despontando como novos movimentos sociais que proliferam-se em todos os cantos da sociedade brasileira. Mas, é a partir de 1988 com a promulgação da Constituição Federal que ocorre o reconhecimento de direitos e deveres do cidadão, enquanto sujeito coletivo participante da esfera pública e das decisões políticas. Para a autora “as mulheres organizam-se em clubes, associações, ligas e sindicatos, objetivando pugnar os direitos civis, sociais e políticos, tendo em vista a construção da sua cidadania” (TORRES, 1997, p. 432).

No Brasil, a organização das mulheres também ganhou força a partir de 1970. Em Manaus não foi diferente, as mulheres operárias do então Distrito Industrial de Manaus lutaram arduamente pela criação, garantia e implementação de seus direitos, as quais foram pioneiras em importantes conquistas. De acordo com Torres (2005, p. 182) “o Comitê da Mulher Trabalhadora assumiu um papel importante na luta reivindicativa das mulheres operárias, tendo pois, intermediado questões fundamentais como a inclusão da licença maternidade de 90 dias na Convenção Coletiva de 1985/1986”. Torres (1997, p. 437), destaca que “o movimento de mulheres sempre buscou fazer com que o Estado reconhecesse as suas especificidades na elaboração de políticas públicas que viessem ao encontro de suas necessidades”.

O PMCMV/E no atendimento às mulheres chefes de família segue os critérios de inclusão social adotados pelo Governo Federal. As políticas de transferência de renda possui o corte de gênero desde o evento do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que atende o clamor das mulheres propugnado na Conferência de Beijim (1995) que exigiu aos países signatários da Organização das Nações Unidas – ONU o corte de gênero nas políticas públicas. No Programa Bolsa Família percebemos de forma clara a matricialidade da família em que

prioridade são as mulheres com filhos, as nutrizes. No PMCMV/E nos critérios de inclusão as mulheres chefes de família são a prioridade, conforme já destacamos ao longo deste trabalho.

T. M. P., 38 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E revela que,

Quando fiz minha inscrição me surpreendi, pois no atendimento do serviço social e no administrativo do movimento, percebi que eu era prioridade, mas não entendia muito o porquê, então ao longo das reuniões fui entendendo que foi toda uma luta histórica que trouxe ganhos para nós mulheres. Pensava que tinha sido o Governo que tinha colocado esse critério, mas fui percebendo nas palestras que elas fazem que não, que isso foi uma conquista dos movimentos. Percebo que as vezes o movimento cobra muito de nós (frequência nas reuniões, participação em passeatas, ações, comprometimento), mas aprendi que sem a nossa presença não há movimento e nossa força se perde (entrevista/2013).

T. P. C., 36 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E afirma que “durante as reuniões mensais percebemos o comprometimento da equipe técnica e das lideranças do movimento para com a luta e, nós enquanto beneficiárias e pertencentes deste processo, precisamos participar das mobilização, pois a população faz parte do movimento” (entrevista/2013).

Para Gohn (2011) os movimentos sociais precisam ter projetos e defender os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação, precisam ter planejamento estratégico em termos de metas e programas e se qualificar para realizar bem as suas práticas sociais. D. V. M., 42 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E revela o seguinte:

Sabemos que o movimento precisa estar bem articulado para que suas propostas possam ser aprovadas e suas reivindicações sejam ouvidas, sem organização e mobilização não poderemos ter nossas propostas aprovadas, pois na luta pela moradia digna ainda há muito o que ser conquistado. Todos precisamos ter claro esse processo, pois estamos participando de um momento histórico em nosso país, pois os movimentos sociais não eram ouvidos e hoje eles participam do processo de discussão para que nós tenhamos nossos direitos garantidos (entrevista/2013).

De acordo com Correia (2002) o controle social está na direção da defesa da assistência como direito do cidadão e dever do Estado para a satisfação das necessidades humanas básicas. Para a autora, “este controle projeta a efetivação de benefícios e serviços públicos que proporcionem as condições básicas para que as pessoas possam exercer sua humanidade” (CORREIA, 2002, p. 126).

Pereira (2007) destaca que o conceito de necessidades básicas assumiu papel preponderante na justificação dos direitos sociais e das políticas públicas que lhes são correspondentes. D. V. M., 42 anos, associada no Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMVE assinala que “o Programa Minha Casa Minha Vida trouxe para nós a oportunidade de termos nossos direitos garantidos através da política pública de habitação, pois até a sua efetivação não tínhamos nenhum Programa voltado para atender uma das nossas necessidades básicas que é moradia” (entrevista/2013).

Note-se que as mulheres beneficiárias do PMCMV/E tem conhecimento de que esta política pública é dirigida a elas, o que comprova a fala da assistente social Tatiane Franco sobre a formação que elas recebem junto à Amazonas Sempre Vivo, o que inclui informações sobre os direitos sociais. Para Bobbio (2004, p. 71), numa sociedade em que só os proprietários tinham cidadania ativa, era óbvio que “o direito de propriedade fosse levado a direito fundamental; do mesmo modo, também foi algo óbvio que, na sociedade dos países da primeira revolução industrial, quando entraram em cena os movimentos operários, o direito ao trabalho tivesse sido elevado a direito fundamental”. O autor chama também a atenção para o fato de que a reivindicação do direito ao trabalho como direito fundamental, passando a fazer parte de todas as Declarações de Direitos Contemporâneos. Para D. V. M., 42 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E revela o seguinte:

Admiro a luta dessas mulheres guerreiras, pois elas dedicam seu tempo a lutar por nós. Penso como deve ser difícil porque elas tem casa, filhos, marido uma vida e ainda arrumam tempo para essa luta. Vejo o trabalho das assistentes sociais que buscam fazer todo o repasse de informações para nós, penso que esses são alguns dos motivos que me faz acreditar ainda mais neste processo, já participei de outro movimento, mas não senti confiança (entrevista/2013).

Os assistentes sociais trabalham com a questão social em suas mais variadas expressões como no “trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc” (IAMAMOTO, 2009, p. 28). Para esta autora, a questão social e suas múltiplas expressões são o objeto de trabalho cotidiano do assistente social.

M. S., 40 anos associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E diz que

Passamos por muitas dificuldades diárias, quando escuto o serviço social e a direção do movimento falando que precisamos participar, que se não

assinarmos a frequência podemos ficar fora do processo, me dá um desespero. Sempre pergunto como ficará minha situação, porque não poderei faltar sempre no meu trabalho, então as assistentes sociais já colocaram na minha ficha que quando não vou para a reunião estou trabalhando, isso me aliviou (entrevista/2013).

O conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. Conforme Yamamoto (2009, p. 62-63),

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um *virniz* que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; a condução do trabalho pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado.

O profissional de serviço social não realiza seu trabalho isoladamente, ele é um trabalhador na acepção deste termo, ele é parte da classe trabalhadora. Rosineide Saraiva, assistente social do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo revela que “a nossa prática profissional não ocorre isolada, sem o trabalho coletivo não conseguimos avançar com as famílias neste processo” (entrevista/2013). Isto confirma o que Yamamoto (2009) denomina de trabalhador coletivo em referência ao assistente social.

De acordo com Gohn (2008) as mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho, nas redes e nos fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Para esta autora “nos movimentos organizados segundo a temática de gênero, as mulheres se destacam por ser as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas” (GOHN, 2008, p. 133).

Em Manaus a procura na ASV por inscrições no PMCMV/E é constante, pois a população acredita nos movimentos sociais de mulheres, talvez por se identificarem mais com elas do que com os homens. M. R. C. S., 39 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E revela que “quando cheguei no movimento precisava muito da minha inscrição, mas elas já haviam sido encerradas, fiquei na lista de espera, só que logo depois uma pessoa saiu e eu fui chamada. Isso me fez perceber que o movimento era realmente sério” (entrevista/2013).

As mulheres lutam há muitos anos por mudanças e pela sua entrada na esfera pública, no Amazonas esse processo não foi diferente. De acordo com Torres (2005), as mulheres não fogem dos confrontos e das contendas na esfera sindical e na esfera pública. Elas sempre foram para a linha de frente da luta, sem medo e com foco em suas ações. E. L. C., 45 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMVE revela que “a luta dessas mulheres é marcante, sempre observei em Manaus as mulheres lutando, elas não desistem fácil” (entrevista/2013).

O PMCMV/E é regido pela participação dos movimentos sociais em diálogo com o Estado, firmado no protagonismo de membros de entidades de moradia no Conselho Nacional das Cidades. Trata-se de um protagonismo positivo e incisivo que interfere na ação do Estado por meio da gestão democrática e participativa, buscando garantir o atendimento das necessidades da população subalternizada neste imenso país de grandes contrastes sociais. Rosália Froés, membro da direção da ASV pontua que “iniciamos esse processo através de luta e articulação, não tínhamos muito conhecimento do processo. Hoje estamos no processo de gestão de um Programa de relevância no âmbito nacional, fazendo a diferença para a população de Manaus. Estamos no Conselho das Cidades do Amazonas porque precisamos estar” (entrevista/2013).

O Conselho das Cidades do Amazonas é uma conquista dos movimentos sociais, tendo em vista que o Estado não dava a devida importância para criação do mesmo, que é uma reivindicação dos movimentos sociais desde a primeira Conferência das Cidades, mas apenas em 2012 o CONCIDADE/Amazonas foi criado e tem desenvolvido suas ações neste ano de 2013.

Rolnik (2009) chama a atenção para o fato de que as cidades brasileiras enfrentam muitas dificuldades no que tange às condições de habitação, pois as famílias continuam segregadas e as favelas não possuem condições dignas e mínimas de habitabilidade. Para Maricato (2008) as reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno à moda da periferia. Conforma a autora,

A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial, nesse período (MARICATO, 2009, p. 17).

Os governos não se preocupam em preparar as cidades para atender com moradia e infraestrutura a população migrante. Dias (2007) destaca que Manaus não estava preparada para um número tão grande migrantes e imigrantes, que trouxeram consigo muitos problemas para a cidade. Manaus não estava preparada para receber toda essa população que se via obrigada a ocupar espaços distantes dos equipamentos sociais e de boas condições de vida, higiene e habitação. A autora destaca que Manaus da *belle époque* do início do século XX virou uma grande favela com muitos contrastes sociais. C. K. G. V., 58 anos, associada do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo e beneficiária do PMCMV/E revela que “sinto falta da beleza que víamos em nossa Cidade, era arborizada, limpa. Hoje tudo parece favela, não temos quase árvores na cidade e o que dirá limpeza. Para onde olhamos vemos lixo. Manaus já foi muito linda, hoje é triste” (entrevista/2013).

Para Koga (2002, p. 28), “a perspectiva de políticas para a cidade traz consigo o desafio não apenas da descentralização, mas também da prática da justiça social em terreno tradicionalmente marcado pelas desigualdades e estigmas que dividem a cidade entre pobres e ricos, feios e bonitos, cultos e incultos, bregas e chiques”.

Rolnik (2009) destaca que desde 2001, ano em que foi aprovado o Estatuto da Cidade, o Brasil possui uma estratégia inovadora de regulação territorial e ampliação do acesso à terra urbanizada, em especial para a promoção de moradias populares. A aplicação de alguns instrumentos previstos nesta lei incide nos preços das terras urbanas como as zonas especiais de interesse social demarcadas em glebas e terrenos desocupados, que, ademais, podem estar sujeitos a edificação, utilização e parcelamento compulsório, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública. Combinados, esses instrumentos podem reduzir o preço dessas glebas e terrenos, que se colocam como um dos itens mais caros na composição de custos dos empreendimentos habitacionais direcionados aos grupos de baixa renda.

Mas a sociedade civil deve ficar atenta, pois as produções de unidades habitacionais devem ser pautadas na Lei do SNHIS<sup>36</sup>/FNHIS<sup>37</sup>, originária de um dos primeiros Projetos de Leis / PLs de iniciativa popular que tramitou 13 anos no Congresso. Esta Lei estabelece a articulação entre fundos, planos e conselhos habitacionais nas três instâncias da federação. É importantíssimo

---

<sup>36</sup> O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País.

<sup>37</sup> Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS que centraliza os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de Habitação de Interesse Social, inseridos no SNHIS.

que todos os recursos habitacionais destas instâncias sejam utilizados pelo SNHIS, em articulação com as estratégias urbanas definidas pelo Estatuto da Cidade.

É necessário que a mobilização popular não cesse e que os movimentos sociais continuem empenhados em realizar o controle social com rigor, competência e determinação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Renda-se, como eu me rendi. Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei. Não se preocupe em entender, viver ultrapassa qualquer entendimento (Clarice Lispector).

A luta pela moradia encampada pelas mulheres é um exemplo vivo de uma história de resistência e determinação, num cenário de discriminação vivido e vencido, com a união e esforço coletivo conduzido pelo movimento feminista e ampliado pelos movimentos de mulheres do mundo inteiro.

Os desafios enfrentados pelas mulheres amazonenses em busca dos direitos femininos foram imensos, desde a luta nas fábricas do então Distrito Industrial de Manaus até as lutas nos Fóruns de Mulheres em favor da equidade de gênero. Essa luta não cessa, têm sido permanente no mundo e na sociedade brasileira.

A histórica de organização das mulheres na esfera pública com sua luta incessante foram fundamentais para a conquista da gestão do Programa Minha Casa Minha Vida pelos movimentos sociais de mulheres. Este fato representa o reconhecimento da cidadania feminina pelo Estado brasileiro que, historicamente, tratou as mulheres como cidadãs de segunda categoria. A Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso de posse em janeiro de 2011 foi enfática ao dizer: “Nós podemos!” Esta frase é uma mensagem carregada de simbolismo que parece querer “enterrar” um processo histórico de discriminação e preconceito para com as mulheres. Há vários significados nesta frase, mas o mais forte, remete para o fato de que as mulheres são capazes, competentes, iguais ou melhores do que os homens. A presidenta Dilma parece sinalizar para o fato de que o mundo entrou na era das mulheres, chegamos aqui, nós somos capazes, este é o século das mulheres. As mulheres entraram na cena da grande política, não mais só como protagonistas de movimentos sociais, elas estão presentes em importantes espaços de poder.

Esta pesquisa constata que a religiosa Helena Augusta Walcott foi a precursora dos movimentos sociais de moradia em Manaus. As lideranças dos movimentos sociais de Manaus, que fizeram parte desta pesquisa, deixaram claro que sem a contribuição significativa da Irmã Helena o poder público municipal não teria feito a homologação de algumas terras às populações subalternizadas, que ocuparam várias áreas que se transformaram em bairros. Foi a organização dos movimentos sociais pelo solo urbano que

permitiu assegurar o direito à terra que hoje há no país. O diálogo entre Estado e sociedade civil em torno do direito à terra e à moradia ocorreu decisivamente a partir do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando os movimentos sociais foram chamados para dialogar de maneira democrática com o Estado. Foi no Governo do Presidente Lula que a gestão democrática passou a ser colocada em prática, pois nos demais governos não havia essa abertura para o diálogo com a sociedade civil, ocorrendo um autoritarismo e criminalização dos movimentos sociais. Os movimentos sociais inseridos na gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades representa um salto qualitativo na história do país rumo à construção da cidadania brasileira.

Constatamos na pesquisa que a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades realizada pelo Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo – ASV incluiu como um de seus critérios as mulheres vítimas de violência doméstica, tendo em vista que em Manaus há um número alarmante de mulheres que sofrem ou já sofreram violência doméstica.

Outro aspecto relevante verificado na pesquisa está relacionado à credibilidade e confiança das beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades nos movimentos sociais dirigidos por mulheres, elas acreditam mais nas mulheres à frente deste Programa do que nos homens que parecem ser mais desorganizados.

A pesquisa constata que o Serviço Social é o “carro chefe” na implementação do Programa Minha Casa Minha Vida / Entidades, pois, são as assistentes sociais as profissionais responsáveis por todas as fases do processo. No que tange às ações do profissional de Serviço Social foi possível percebermos que suas ações estão voltadas para a emancipação social destas mulheres, com vistas a contribuir para a conquista de seus direitos sociais de forma ampla e legítima.

Aparece na pesquisa o fato de que as assistentes sociais não se veem apenas como técnicos neste processo, elas se colocam como copartícipes por intermédio de sua militância exercida no movimento de mulheres. Elas também almejam uma sociedade mais equânime e com direitos iguais entre homens e mulheres.

A realização deste trabalho e seus resultados são-me muito satisfatórios, trouxeram-me grande realização pessoal e profissional. Ansiei para que este momento chegasse. O período do mestrado foi único. Foram momentos de angústias, felicidades, encontros e desencontros, erros e acertos, mas acima de tudo a realização de um sonho/objetivo. Inúmeras foram as dificuldades enfrentadas ao longo deste trabalho, mas sem elas creio que não teria alcançado os resultados aqui postos, foram as dificuldades que também me fortaleceram para que chegasse ao término deste estudo.

## REFERÊNCIAS

APOSTILA DO CURSO DE REABILITAÇÃO URBANA COM FOCO EM ÁREAS CENTRAIS, 2013. Disponível em <<http://ead.capacidades.gov.br/course/view.php?id=24>>. Acessado em 15 de junho de 2013.

BENTES, Norma. **Manaus realidade e contrastes sociais**. Manaus, Valer, 2005.

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL (1930-1990)**. Revela Periódico de Divulgação Científica da FALS, Ano I - N° 02- Março de 2008. Disponível em: <[www.fals.com.br/revela11/politicahabitacional.pdf](http://www.fals.com.br/revela11/politicahabitacional.pdf)> acessado em 13 de Maio de 2013.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Estatuto da Cidade (2001). **Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit Habitacional no Brasil**. Brasília: SNH, 2011.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Desafios atuais do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS)**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N 88. Ano XXVII. São Paulo: Cortez, 2006.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. **Capítulo Suplementar. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990**. In: MARUANI, Margareth e HIRATA, Helena (orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

\_\_\_\_\_; BARROSO, C. **Sofridas e mal pagas**. Cad. Pesquisa. N. 7. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981.

CADERNO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO SOCIAL. Brasília, 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS. Disponível em: <[http://www.cmm.am.gov.br/noticia\\_simples\\_2006.asp?ID=8940](http://www.cmm.am.gov.br/noticia_simples_2006.asp?ID=8940)>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

CAMPOS, Edval Bernardino. **Assistência Social: do descontrole a controle social**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N 88. Ano XXVII. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Antônio Ivo de. **Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro: Fase/Ibam, 1995.

CARVALHO, Luiza M.S. Santos. A Mulher Trabalhadora na Dinâmica da Manutenção e da Chefia Domiciliar. In.: **Revista Estudos Feministas**. Vol.6. Florianópolis: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFSC, 1998.

CASSAB, Clarice. **Morar: direito do trabalhador? Experiências de luta em torno da moradia**. XIII Encontro de História Anpuh. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1210704405\\_ARQUIVO\\_ANPUH\\_2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1210704405_ARQUIVO_ANPUH_2008.pdf)>. Acessa em 25 de junho de 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: TEXTO CONSTITUCIONAL PROMULGADO EM 5 DE OUTUBRO DE 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Que controle social na política de assistência social?** In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 72. Ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

COSTA, Heloisa Lara Campos da. **Gênero, desenvolvimento e universidade na Amazônia**. In: NORONHA, Nelson Matos de ATHIAS, Renato (Org). **Ciência e saberes na Amazônia: indivíduos, coletivos, gênero e ethinias**. Recife: UFPE, 2008.

CURSO A DISTÂNCIA, TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJOTOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades**. In: DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira.** In: **Estudos Feministas.** N 12. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

DEMO, Pedro. **Dureza: pobreza política de mulheres pobres.** Campinas: autores associados, 2005.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus 1890 – 1920.** 2ª edição. Manaus: Valer, 2007.

DRAIBE, Sônia. **As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas.** In: **Políticas sociais e organização do trabalho.** N 4. Brasília: IPEA-IPLAM, 1990.

DUARTE, Marisa R.T. **O conceito de controle social e a vinculação de recursos à educação.** Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT05-2087--Int.pdf>>. Acessado em 14 de junho de 2013.

Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores – Caracas, outubro/05. Disponível em <<http://www.ceprolsindicato.com/nav/primeiromaio.pdf>> acessado em maio de 2013.

ESTATUTO DAS CIDADES: LEI Nº 10. 257, DE 10 DE JULHO DE 2001. 3º. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** N 101. São Paulo: Cortez, 2010.

FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. **Adolescência, família e drogas: função paterna e questão dos limites.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** 5 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_ **Novas teorias dos movimentos sociais.** 3. Ed. São Paulo, Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_ **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_ **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_ (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, Beatriz. **Déficit habitacional do AM é o maior do Brasil, aponta pesquisa.** Manaus, 2011. Disponível em: <<http://na.d24am.com/noticias/economia/deficit-habitacional-do-amazonas-e-o-maior-do-brasil-aponta-pesquisa/38379>>. Acesso dia 30 de novembro de 2011.

GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques. **Habitação e questão social - análise do caso brasileiro.** In: **Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia Y Ciencias Sociales.** Vol. IX. N. 194. Barcelona: 2005.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Habitação.** In: **Curso de Formação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.** Brasília: s/d.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. Introdução ao estudo da filosofia.** A filosofia de Benedetto Croce. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>>. Acesso em: 01 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>>. Acesso em: 01 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>>. Acesso em: 01 de maio de 2011.

IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, Beijiim, 1995. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>>. Acessado em 20 de junho de 2013.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ, 2012. Disponível em: <<http://www.diariodopara.com.br/N-160145-UM+CRIME+QUE+MARCOU+A+TERRA+COM+SANGUE.html>>. Acessado em: 16 de março de 2013.

KOGA. Dirce. **Cidades entre territórios de vida e territórios vividos**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 72. Ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002.

LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Traduzido por Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. In: **Coletânea de Leis**. Conselho Regional de Serviço Social: 15ª Região Amazonas/Roraima. 3 ed. Manaus: Valer, 2013.

LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11977.htm)>. Acessado em 05 de janeiro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acessado em 15 de junho de 2013.

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4380.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm)>. Acessado em 15 de junho de 2013.

LEITE, Socorro de Paula Barbosa Rodrigues. **Participação popular e acesso à moradia: as escolhas possíveis para a população removida por intervenções de melhoria urbana do PREZEIS**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da Estrela**. 23. ed. S/A.

\_\_\_\_\_. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**. Disponível em <<http://www.cyvjosealencar.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/26/700/16/arquivos/File/Livros/Clarice%20Lispector/Uma%20aprendizagem%20ou%20O%20livro%20dos%20prazeres.pdf>>, acessado em maio de 2013.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativa para a crise urbana**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Metrópoles desgovernadas**. In: **Estudos Avançados**. Vol. 25. N. 71. São Paulo: 2011.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 514, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010. Disponível em <<http://www.leidireto.com.br/medidaprovisoria-514.html>>. Acessado em 12 de maio de 2013.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 561, DE 08 DE MARÇO DE 2012. Disponível em <[http://www.dji.com.br/medidas\\_provisorias/2012/mp-000561-000-08-03-2012.htm](http://www.dji.com.br/medidas_provisorias/2012/mp-000561-000-08-03-2012.htm)>. Acessado em 12 de maio de 2013.

MENDES, Mary Alves. **Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambiguidade da questão**. 2002. <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_Gen\\_ST38\\_Mendes\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Mendes_texto.pdf)>, acessado em 03 de agosto de 2013.

NASSUNO, Marianne. **O Controle Social nas Organizações Sociais no Brasil**. In: PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. (orgs.). **O Público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social**. Editora: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios á crítica dos mínimos sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2008.

PESQUISA NACIONAL POR DOMICÍLIOS, 2007. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos\\_pdf.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos_pdf.pdf)>. Acessado em 15 de março de 2013.

\_\_\_\_\_, 2011. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010135709212012572220530659.pdf>>. Acessado em 19 de junho de 2013.

PINTO, Céli Regina. **Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político.** In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org). **Uma questão de gênero.** São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PONTUAL, Pedro. **O processo educativo no orçamento participativo: aprendizados dos atores da Sociedade Civil e do Estado.** São Paulo: PUC, 2000. (Tese de doutorado).

PORTARIA Nº 610, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011. Disponível em <[http://www.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=570:mcidades-publica-portaria-610-sobre-demanda-do-mcmv&catid=75:minha-casa-minha-vida-entidades&Itemid=98](http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=570:mcidades-publica-portaria-610-sobre-demanda-do-mcmv&catid=75:minha-casa-minha-vida-entidades&Itemid=98)>. Acessado em 20 de dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 107, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013. Disponível em <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Resolu%C3%A7%C3%B5es/PORTARIA\\_MCIDADES\\_HABILITACAO\\_2013\\_26-02-2013.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Resolu%C3%A7%C3%B5es/PORTARIA_MCIDADES_HABILITACAO_2013_26-02-2013.pdf)>. Acessado em 17 de junho de 2013.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RAICHELIS, Raquel; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional.** In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** N. 78. Ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2004.

RESOLUÇÃO Nº 194, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Resolu%C3%A7%C3%B5es/Resolucao\\_194\\_Revoga\\_CCFDS183.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Resolu%C3%A7%C3%B5es/Resolucao_194_Revoga_CCFDS183.pdf)>. Acessado em 20 de dezembro de 2012.

ROLNIK, Raquel. **É possível uma política urbana contra a exclusão?** In: Revista **Serviço Social e Sociedade**. N 72. Ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cidades: o Brasil e o habitat II**. In: **Teoria e Debate**. N 32. 1996. Disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/cidades-o-brasil-e-o-habitat-ii>>. Acessado em 17 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Moradia adequada é um direito!** Disponível em <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2009/10/19/moradia-adequada-e-um-direito/>>. Acessado em 15 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **As armadilhas do pacote habitacional**, 2013. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=461>> . Acessado em 10 de maio de 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. **Direito à moradia na cidade de Manaus**. In: **Revista Ser Social**. N. 8. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local: dilemas da reforma urbana municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SEDRU. Disponível em <<http://www.urbano.mg.gov.br/municipios/conferencia-das-cidades>>. Acessado em 10 de janeiro de 2013.

SCAVONE Lucila. **Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero.** In: Revista Interfaces, Botucatu, SP, v.5, n.8, p.47-60, 2001. Disponível em: [www.interface.org.br/revista8/ensaio3.pdf](http://www.interface.org.br/revista8/ensaio3.pdf). Acessado em 03 de agosto de 2013.

SCHERER, Elenise (org). **Questão social na Amazônia.** Manaus: Edua, 2009.

\_\_\_\_\_. **Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus.** Manaus: EDUA, 2005.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e Mulheres em Movimento. Relações de gênero e subjetividade no MST.** Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memórias.** São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989.

SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS. Disponível em: <http://www.suhab.am.gov.br/home/modules.php?name=News&file=article&sid=232>. Acessado em 19 de junho de 2012.

TEIXEIRA, Sonia Fleury. **Reforma sanitária: em busca de uma teoria.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária Inglesa, “a maldição de Adão”.** Vol. II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 b.

TOURAINÉ. Alain. **Podemos Vivir Juntos?** Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica, 1997.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas amazônidas.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

\_\_\_\_\_ **Intersecção de Gênero na Amazônia.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

\_\_\_\_\_ **Humaitá: ecos de um povo.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Editora do Instituto Nacional de Pesquisa do Amazônia, 2007.

\_\_\_\_\_ **Cidadania e Política de Gênero: um estudo teórico-crítico da ação reivindicativa das mulheres operárias em Manaus.** *In:* ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. SANTOS, Eunice Ferreira dos. **Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher.** Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997.

\_\_\_\_\_ **Participação e Controle Social.** Disponível em <<http://www.malocadigital.ufam.edu.br>>. Manaus, 2006. Acessado em 16 de maio de 2013.

\_\_\_\_\_ **As primeiras – damas e a assistência social: relações de gênero e poder.** São Paulo: Cortez, 2002.

VALLE, Arthemisia de Souza; OLIVEIRA, José Ademir de. **A cidade de Manaus: uma análise da produção do espaço urbano a partir dos igarapés.** *In:* OLIVEIRA, José Ademir de. [et al.]. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares.** Manaus: EDUA, 2003.

VASCONCELOS, José Romeu de.; CÂNDIDO, José Oswaldo Júnior. Ministério do Planejamento e orçamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O problema habitacional no Brasil: déficit, financiamento e perspectivas.** Brasília, 1996.

VIANA, Ana Luiza d'Aviala; LEVCOVITZ, Eduardo. **Proteção social: Introduzindo o debate.** *In:* VIANA, Ana Luiza d'Aviala; ELIAS, Paulo Eduardo M; IBÁÑEZ (orgs). **Proteção Social: Dilemas e desafios.** São Paulo: hucitec, 2005.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria.** 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Controle Social.** *In:* PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. (orgs.). **O Público não-estatal na reforma do Estado.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho.** *In:* BOGUS, Lucia; YASBEK, Maria Carmelita & BELFIORI - WANDERLEY, Mariangela (Org). **Desigualdade e a Questão Social.** São Paulo: EDUC, 1997.

**CONSULTAS DIGITAL:**

Disponível em meio digital <http://www.band.com.br/amazonas/conteudo.asp?id=553589>, acessado em 19 de junho de 2012.

Disponível em meio digital [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina\\_PGPP/Trabalhos2/Ana\\_%20Elvira%20Barros%20Ferreira%20Lopes214.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Ana_%20Elvira%20Barros%20Ferreira%20Lopes214.pdf), acessado em 01 de julho de 2012.

Disponível em [www.cidades.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1131&Itemid=200](http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1131&Itemid=200), acessado em 22 de janeiro de 2012.

**DOCUMENTOS**

\_\_\_\_\_ **Cadernos Populares**. 5. ed. Manaus: 2009.

# ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos a Sr<sup>a</sup>. a participar do Projeto de pesquisa: **“A Gestão do Programa Minha Casa Minha Vida pela Entidade Amazonas Sempre Vivo: a inserção do Movimento Social na política pública de moradia, em Manaus”**, das pesquisadoras **Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres** e da mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia **Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner**, cujo objetivo geral é verificar o processo de organização das mulheres em torno da política pública de moradia na sociedade brasileira, dando especial destaque à gestão do Programa Minha Casa Minha Vida realizada pela entidade de mulheres Amazonas Sempre Vivo, na cidade de Manaus.

Esta pesquisa assume fundamental importância para o serviço social uma vez que poderá não só subsidiar o poder público municipal na efetivação de suas ações no que tange à política pública de habitação, como também assume primordial relevância aos movimentos de mulheres de luta por moradia na cidade de Manaus, especialmente para a entidade Amazonas Sempre Vivo. Com isso a ampliação e efetivação da política pública de habitação em Manaus é fundamental para a ampliação da cidadania das mulheres e o reconhecimento de seus direitos sociais. Informamos ainda, que sua participação é inteiramente voluntária e consiste em apenas responder perguntas de um formulário e / ou entrevista semiestruturada que será aplicado, sendo que tais informações obtidas poderão ser gravadas, além de registros fotográficos, sendo estes utilizados para fins do presente estudo, devendo ser guardado o sigilo sobre a sua pessoa.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são algum tipo de inquietação emocional, tendo em vista que as perguntas estão relacionadas a sua história de vida e luta no movimento social, para que estes riscos não ocorra buscaremos desenvolver estratégias de diálogo, dinâmicas para que não haja este tipo de dano, mas caso venha ocorrer você poderá procurar as pesquisadoras e / ou o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – UFAM. Se você aceitar participar, estará contribuindo para evidenciar a inserção do movimento de mulheres na cidade de Manaus na gestão da política pública de habitação; ampliar o debate em torno da política pública de habitação, como

política para as mulheres; oportunizar a sociedade referências de como os Movimentos Sociais de Mulheres em Manaus está se organizando na luta pela gestão política pública de habitação (inserir os benefícios).

Informamos, que você pode se negar a responder qualquer pergunta, bem como também se retirar do estudo a qualquer momento que desejar, sem que com isso, tenha qualquer prejuízo. Em caso de dúvida, você pode procurar informação, a qualquer momento, com a orientadora responsável por este estudo, a **Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres** do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, através do endereço: Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário - Bairro Coroado I, ou pelo telefone do Departamento de Serviço Social 3305-4578.

E se você concordar voluntariamente em colaborar com este trabalho, assine o presente termo em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em posse da pesquisadora. Assim permitirá que sejam utilizados os instrumentos de pesquisa para coleta de dados, que depois de serem analisados serão divulgados somente em nível acadêmico, sem que você ou qualquer informação que tenha dado, seja identificado.

#### Consentimento Pós – Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

*“Assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.”*

#### Impressão digital

\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora Responsável



**Universidade Federal do Amazonas**  
**Instituto de Ciências Humanas e Letras**  
**Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –**  
**PPGSS**

**Roteiro de entrevista dirigido ao representante da Caixa Econômica Federal – Amazonas**

**I. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE**

Nome:

Idade:

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Cargo / Função: \_\_\_\_\_

Qual o seu vínculo empregatício? \_\_\_\_\_

1. Você realizou alguma formação específica para o desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades? Qual?
2. Quanto tempo você trabalha nessa Instituição?
3. Você já participou do desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades para população de R\$ 0 a R\$ 1.600,00 em outras cidades / estados? Onde? Qual? Relate sobre ele.
4. Como se desenvolve a análise dos Projetos do PMCMV – E realizado pela C.E.F?
5. Como é composta a equipe que analisa os projetos do referido Programa?
6. Quais os instrumentos utilizados pelos técnicos da C.E.F para análise e desenvolvimento dos projetos?
7. Para você esses instrumentos são suficientes para o desenvolvimento das análises? Fale sobre eles.
8. Quantas entidades da sociedade civil organizada em Manaus desenvolvem, atualmente, o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades para população de R\$ 0 a R\$ 1.600,00? A quanto tempo elas estão desenvolvendo o mesmo?
9. Como as entidades chegam até a C.E.F para o desenvolvimento do Programa? Fale como se dá a relação da C.E.F e as entidades.
10. A C.E.F participa do processo de seleção dos beneficiários do Programa junto com a Entidade? Por quê? Relate sobre o processo de seleção e do papel da C.E.F nesse processo.
11. Quantas unidades habitacionais já foram construídas em Manaus para essa faixa salarial, desde a criação do PMCMV? Quem desenvolveu o Processo? Onde as Unidades foram construídas? Quando ocorreu esse processo?
12. Quais as instituições públicas que desenvolvem o processo de habitação em Manaus? Os processos dessas instituições passam pela C.E.F.? Como isso ocorre?

13. Quais os maiores desafios na prestação de habitação em Manaus?
14. Como você avalia os serviços de habitação em Manaus? Em que você acha que deveria ser melhorado?
15. De que forma é desenvolvido o trabalho da equipe multiprofissional nesta instituição?

**Universidade Federal do Amazonas**  
**Instituto de Ciências Humanas e Letras**  
**Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –**  
**PPGSS**

**Roteiro de entrevista dirigido ao representante da Superintendência Estadual de**  
**Habitação do Amazonas**

I. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Nome:

Idade:

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Cargo / Função: \_\_\_\_\_

Quanto tempo você trabalha nessa Instituição? \_\_\_\_\_

Qual o seu vínculo empregatício? \_\_\_\_\_

1. Você realizou alguma formação específica para o desenvolvimento das ações voltadas para habitação de interesse social? Qual?
2. Você já participou do desenvolvimento de das ações voltadas para habitação de interesse social em outras cidades / estados? Onde? Qual? Relate sobre ele.
3. Existe parceria com o Governo Federal ou outra Instituição para o desenvolvimento das ações? Qual? Com quem?
4. Como é composta a equipe que analisa os projetos de habitação?
5. Quais os instrumentos utilizados pelos técnicos da SUHAB para análise e desenvolvimento dos projetos habitacionais? Fale sobre eles.
6. Para você esses instrumentos são suficientes para o desenvolvimento das análises? Explique.
7. Como as famílias chegam até a SUHAB para inscrição nos programas habitacionais? Vocês recebem encaminhamento de outros locais? Quais?
8. Como ocorre o processo de seleção dos beneficiários para os programas habitacionais do Estado? Relate sobre o processo de seleção.
9. Quais os critérios para os usuários se inscreverem nos programas habitacionais e quem faz a inscrição e seleção?
10. Quantos cadastros vocês possuem atualmente? Há previsão de redução desse número, em quanto tempo?
11. Quantas unidades habitacionais já foram construídas em Manaus para Habitação de Interesse Social, desde a criação da SUHAB? Onde as Unidades foram construídas? Quando ocorreu esse processo?

12. O programa de habitação de interesse social da SUHAB possuiu vínculo com C.E.F.? Como ocorre essa relação?
13. A SUHAB mantém relação com os Movimentos Sociais de Moradia, que desenvolvem projetos de habitação de interesse social em Manaus? Como se dá essa relação? Há parceria com eles, para encaminhamento de família? Fale sobre essa relação.
14. Quais os maiores desafios na prestação do serviço público de habitação de interesse social em Manaus?
15. Como você avalia o serviço público de habitação de interesse social em Manaus? Em que você acha que deveria ser melhorado?
16. De que forma é desenvolvido o trabalho da equipe multiprofissional nesta instituição?

**Universidade Federal do Amazonas**  
**Instituto de Ciências Humanas e Letras**  
**Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –**  
**PPGSS**

**Roteiro de entrevista dirigido ao representante da União Nacional Popular (UNMP)**

I. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Nome:

Idade:

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Cargo / Função: \_\_\_\_\_

A quanto tempo você esta na UNMP? \_\_\_\_\_

1. Você já militou em outro movimento social? Qual?
2. Você já exerceu militância na temática da habitação? Onde? Fale sobre a experiência.
3. Você já participou do desenvolvimento de ações voltadas para habitação de interesse social em outras cidades / estados? Onde? Qual? Relate sobre ele.
4. Como ocorre o processo de assessoria para os movimentos sociais de outros Estados vinculados a UNMP?
5. Como se dá a relação da UNMP com o Governo Federal e os demais movimentos que militam pela moradia?
6. Como é composta a UNMP?
7. Como ocorrem as ações da UNMP na questão da Moradia? Fale sobre esse processo.
8. Para você essas ações como se dá o processo de articulação e mobilização da UNMP? Relate sobre o processo.
9. Qual foi o papel da UNMP junto ao Governo Federal para construção e efetivação do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades? Como você avalia? Fale sobre o processo.
10. Quais as conquistas da UNMP em relação a moradia popular no Brasil e no Amazonas, especificamente em Manaus? Fale sobre os processos.
11. Como se dá a luta da UNMP para construção de políticas públicas de habitação em âmbito nacional e em Manaus?
12. A UNMP possui quantas Entidades filiadas no Amazonas? Como ocorre a filiação.
13. Como é a relação da UNMP com o poder público Nacional e no Amazonas?

14. Como você visualiza a política pública de habitação na cidade de Manaus?
15. Como se desenvolve o apoio as entidades para habilitação no Ministério das Cidades pela UNMP?
16. Como se desenvolve o apoio as entidades habilitadas no Ministério das Cidades pela UNMP?
17. Como você avalia o serviço público de habitação de interesse social em Manaus?

**Universidade Federal do Amazonas**  
**Instituto de Ciências Humanas e Letras**  
**Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –**  
**PPGSS**

**Roteiro de entrevista dirigido as mulheres da Amazonas Sempre Vivo – ASV –**  
**selecionadas para o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades**

**I. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE:**

Nome:

Idade:

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_

**II. SITUAÇÃO SOCIAL:**

2.1. Qual a sua procedência?

Interior do Estado;

da Capital de Manaus;

de outro Estado, qual? \_\_\_\_\_

2.2. Você mora em casa?

Própria, valor? \_\_\_\_\_  Alugada  Cedida  Outro, qual? \_\_\_\_\_

2.3. A estrutura da habitação é de?

Alvenaria

Madeira

Mista

Ocupação

Outra, qual? \_\_\_\_\_

2.4. O banheiro fica:

Área interna

Área externa

Não possui

2.5. A quanto tempo você reside nesse local? \_\_\_\_\_

2.6. Quantos cômodos possui a casa? \_\_\_\_\_

2.7. Como se dá o abastecimento de água na sua residência?

Pública

Cacimba

Poço

Não possui

2.8. Como se dá as instalações elétricas na sua residência?

Regular

Irregular

Não possui

2.9. Como se dá o escoamento sanitário da sua residência?

Público

Fossa

Igarapé

Céu aberto

Outros,

qual? \_\_\_\_\_

2.10. Como é as características do entorno da residência?

### III.SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA / QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

3.1. Quem trabalha em sua residência?

3.2. A renda familiar é oriunda de:

( ) Assalariado com carteira assinada.

( ) Assalariado sem carteira assinada.

( ) Autônomo / Bico

( ) Aposentado/ Pensionista

( ) BPC, ( ) Deficiente ( ) Idoso

( ) Trabalhador Rural.

( ) Desempregado.

( ) Outros, qual? \_\_\_\_\_

3.3. Qual a renda familiar?

( ) Sem renda; ( ) Até 01 S.M; ( ) Mais de 01 até 02 S.M; ( ) Mais de 02 até 04 S.M; ( ) Mais de 04 S.M

3.4. Está inscrita no Programa Bolsa Família? \_\_\_\_\_, quanto? \_\_\_\_\_

### IV.PROBLEMÁTICA SOCIAL:

4.1. Quais os problemas sociais que você considera mais graves de sua comunidade?

4.2. Você já teve casa própria? Onde? Relate sobre.

4.3. Há quanto tempo você milita na Amazonas Sempre Vivo?

4.4. Quanto ao desempenho dos profissionais que trabalham na Amazonas Sempre Vivo como você avalia? Explique.

O trabalho da Presidente: \_\_\_\_\_

Do Serviço Social: \_\_\_\_\_

Dos Administrativos: \_\_\_\_\_

Dos Estagiários: \_\_\_\_\_

### V. CONSCIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

5.1. Você já participou de outro Movimento Social? Qual? Onde?

5.2. Como você visualiza a política pública de habitação na cidade de Manaus?

5.3. Para o atendimento do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades você considera necessária a presença do Assistente Social? Por quê?

5.4. Em sua opinião qual a importância da política pública de habitação?

5.5. Como você soube do programa minha casa minha vida?

5.6. Sabe de outros programas habitacionais do Governo ou de outro Movimento Social?

**Universidade Federal do Amazonas**  
**Instituto de Ciências Humanas e Letras**  
**Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –**  
**PPGSS**

**Roteiro de entrevista dirigido a representantes dos movimentos sociais que participaram das Conferências das Cidades em Manaus**

**I. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE:**

Nome:

Idade:

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_

**II. PROBLEMÁTICA SOCIAL:**

- 2.1. Quais os problemas sociais que você considera mais graves e que foram debatidos nas Conferências?
- 2.2. Quais os desafios encontrados para participar das Conferências? Relate sobre.
- 2.3. De qual entidade você é? Há quanto tempo você milita em sua entidade?

**III. CONSCIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

- 3.1. Você já participou de outro Movimento Social? Qual? Onde?
- 3.2. Como você visualiza a política pública de habitação na cidade de Manaus?
- 3.3. Para o atendimento do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades você considera necessária a realização de Conferências das Cidades? Por quê?
- 3.4. Quais propostas você trouxe nas Conferências e que foram absorvidas?
- 3.5. Quais os avanços que você visualiza da 1º para a última Conferências?
- 3.6. Qual o intervalo de tempo entre uma e outra?
- 3.7. Como o movimento organiza suas propostas para as Conferências?
- 3.8. Você esteve presente no processo de Construção do Estatuto das Cidades? Fale sobre a experiência.
- 3.9. Em sua opinião qual a importância da política pública de habitação?

**Universidade Federal do Amazonas**  
**Instituto de Ciências Humanas e Letras**  
**Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –**  
**PPGSS**

**Roteiro de entrevista dirigido a representantes do Fórum de Mulheres de Manaus**

**I. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE:**

Nome:

Idade:

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_

**II. PROBLEMÁTICA SOCIAL:**

- 2.1. Quais os problemas sociais que são debatidos pelo fórum?
- 2.2. Quais os desafios encontrados para esses debates? Relate sobre.
- 2.3. De qual entidade você é? Há quanto tempo você milita em sua entidade?

**III. CONSCIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

- 3.1. Você já participou de outro Movimento Social? Qual? Onde?
- 3.2. Como você visualiza a política pública de habitação na cidade de Manaus?
- 3.3. Para o atendimento do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades você considera necessária a realização de Conferências das Cidades? Por quê?
- 3.4. Quais propostas que fórum levou para as Conferências das Mulheres e das Cidades e quais foram absorvidas?
- 3.5. Quais os avanços que você visualiza das Conferências das Cidades e das Mulheres em Manaus?
- 3.6. Como o fórum organiza suas propostas para as Conferências?
- 3.7. Em sua opinião qual a importância da política pública de habitação para as mulheres?
- 3.8. Como ocorre a articulação do fórum de mulheres com os movimentos sociais de mulheres?
- 3.9. Quantos movimentos participam assiduamente no Fórum? Quantos são vinculados?